

VIVÊNCIA

CCHLA-UFRN
V.8. nº 2 - 1994

Escreveram
neste número:

Eduardo de Assis Duarte

Denise Ramalho D. de Araújo

Márcio de Lima Dantas

Eleonora B. M. Beaugrand Tinóco

István Imre L. Árbocz

Maria de Lourdes Oliveira

Luiz Gonzaga de O. Filho

Constância Lima Duarte

Rosângela Francischini

José Antônio Spinelli

Ilza Matias de Souza

Arilda Guedes dos Santos

Liomar Costa de Queiroz

Fernando Diniz Moreira

Homero de Oliveira Costa

1833
MAY 10 1833
NEW YORK

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Geraldo dos Santos Queiroz

Reitor

João Felipe da Trindade

Vice-Reitor



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Geraldo de Margela Fernandes

Diretor

José Lacerda Alves Felipe

Vice-Diretor

Comissão Editorial da Revista Vivência

José Lacerda Alves Felipe (editor)

Eduardo de Assis Duarte

Vicente Vitoriano M. Carvalho

Woden Madruga

José Willington Germano

Denise Monteiro Takeya



Normalização

Liana Maria Nobre Teixeira

Vivência, revista editada pela:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Campus Universitário S/N

Lagoa Nova

Natal/RN

59072-970

Deptº. História - NEH

ACERVO BIBLIOGRÁFICO

RIO GRANDE DO NORTE

Editoração eletrônica: TEXTOS Informática

Vivência. UFRN/CCHLA. vol. 1, n. 1 (jan./jun. 1983) - -
Natal: UFRN. Ed. Universitária. 1983 -

Semestral

Descrição baseada em: vol. 8, n. 2 (jul./dez. 1994).

A partir de 1990 publicada pela UFRN/CCHLA.

ISSN 0104 - 3069.

1. Humanismo - periódico.
2. Ciências Humanas - periódico.
3. Comunicação social - periódico.

RN/UF/Banco de Dados Geografia

CDU 130.2:3(05)

Vivência - Revista da UFRN/CCHLA
Volume 8 número 2 julho a dezembro de 1994
Natal - RN

SUMÁRIO

EDUARDO DE ASSIS DUARTE Representações do feminino demoníaco em <i>O Cortiço</i> , de Aluísio Azevedo.....	7
DENISE RAMALHO DANTAS DE ARAÚJO Lendo Gramsci: um encontro com o humano.....	17
MÁRCIO DE LIMA DANTAS Amor e ética na <i>Divina Comédia</i> : análise e interpretação do Canto V do <i>Inferno</i>	31
ELEONORA B. M. BEAUGRAND A derrocada dos paradigmas ou o enterro das quimeras.....	45
ISTVÁN IMRE LÁSZLÓ ÁRBOCZ Uma apreciação crítica do Plano Diretor de Natal.....	53
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA FILHO A estilística à luz da metodologia da pesquisa.....	71
CONSTÂNCIA LIMA DUARTE Uma leitura de <i>Cantigas de Amigo</i> , de Myriam Coeli.....	79
ROSÂNGELA FRANCISCHINI Problemas de aprendizagem: o ponto de vista do professor - a realidade de Natal.....	93

Vivência	Natal	v.8	n. 2	p. 7-193	jul./dez. 1994
----------	-------	-----	------	----------	----------------

JOSÉ ANTONIO SPINELLI	
Os novos movimentos sociais em perspectiva teórica	103
ILZA MATIAS DE SOUSA	
O manifesto antropófago, literatura e etnia	125
ARILDA GUEDES DOS SANTOS	
O menor no contexto sócio-político.....	135
LIOMAR COSTA DE QUEIROZ	
Análise de operadores argumentativos e tempos verbais em textos descritivos do Naturalismo brasileiro	151
FERNANDO DINIZ MOREIRA	
A cidade do espetáculo: notas sobre a contribuição de Walter Ben- jamim para o estudo da cidade moderna.....	165
HOMERO DE OLIVEIRA COSTA	
O conceito de hegemonia em Gramsci.....	181
ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES.....	193

**REPRESENTAÇÕES DO FEMININO
DEMONÍACO EM *O CORTIÇO*, DE
ALUÍSIO AZEVEDO**

Eduardo de Assis Duarte
(UFRN)

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 7-16, jul./dez. 1994

REPERCUSSÃO DO FENÔMENO
DE OPORTUNISMO EM OPORTUNISMO DE
ACÚSIDO ARRABADO

Richard de Almeida
(BR)

1991, vol. 8, n. 2, p. 15-16, jul./dez. 1991

A construção de uma "identidade negativa" para a mulher - marcada pela transgressão ou pela perversão - é uma prática cultural que atravessa as civilizações desde a consolidação do patriarcado e se expressa com força na arte e, em especial, na literatura. Essa negatividade funciona como uma espécie de sombra a turvar as representações do feminino, fazendo-as deslizar facilmente da perversão à perversidade ou da liberação transgressora ao crime abominável. Se abandonamos por instantes o campo das práticas discursivas para nos deter na concretude das experiências históricas (mesmo sabendo o quanto estas estão marcadas pela discursividade), constatamos facilmente que no período de vigência dos tempos inquisitoriais - pautado pelos preceitos draconianos consolidados no *Maleus Maleficarum* - o exercício da sexualidade feminina foi em muitos casos associado à bruxaria, à heresia e ao que mais de hediondo houvesse que justificasse o genocídio e a enorme fogueira até hoje lembrada como "caça às bruxas".

Com efeito, a bruxa encarna desde tempos os mais remotos o consórcio do feminino com o malefício. Não foram poucas as histórias que se contaram, nem as páginas que se escreveram, para reafirmar o estigma que vincula o exercício da inteligência, da vontade e, por que não, da libido femininas, ao permanente esforço em subverter o reinado do bem (ou do deus-pai todo poderoso). De uma perspectiva feminista radical, tal fenômeno ocorre porque o citado reino cria uma ordem que inscreve o exercício da inteligência, da vontade e da libido como prerrogativas exclusivas do homem... Mesmo contornando a polêmica, não há como negar a existência literária da bruxa. Ela voa do mito ao *epos*, da estória ao conto, e daí à poesia, ao teatro e aos muitos romances. E representa, signo pleno de simbolismo, o poderio feminino alijado pelo deus macho e expulso rumo às profundezas do deserto e da escuridão.

Pelo visto, trata-se do demônio ou, melhor, de um demônio razoavelmente conhecido: Lilith. Embora não tão conhecido quanto Lúcifer, esse satanás feminino é anterior à invenção do livro e talvez até do pergaminho, pois que sua história data de antes da Bíblia. Já na epopéia de *Gilgamesh*, grafada em caracteres cuneiformes sobre pequenas placas de argila há nada menos que 5.000 anos atrás, o herói sumeriano expulsa Lilith não sem antes matar a serpente que a protegia. Séculos mais tarde, uma das versões do *Genesis* mostra-a novamente proscrita, desta vez por não aceitar a presença imperiosa de Adão. Desejosa da igualdade e inconformada com a submissão, Lilith se refugia nos pântanos vizinhos ao Mar Vermelho, de onde é trazida de volta logo depois, para figurar como a própria serpente portadora da palavra solerte que pôs a perder Adão e Eva e estigmatizou a humanidade com o pecado original.

Assim, Lilith povoa o imaginário de muitas culturas como a semente deflagradora de todo o mal. Pecadora lasciva, assassina de crianças, vampira sedutora, incubo disfarçado em bela mulher, o arquétipo de Lilith embasa a construção discursiva tanto da feiticeira quanto da cigana, da prostituta, da adúltera, ou da *femme fatale*. Das obras mais clássicas - lembremo-nos de Circe ou de Medéia - à cultura de massa do século XX - que nos legou Mata Hari e o Anjo Azul de Marlene Dietrich - a literatura vez por outra mergulha nos desvãos do imaginário falocêntrico para de lá fazer emergir o sujeito feminino portador da desgraça.

Nas últimas décadas, o mito de Lilith tem sido objeto de reflexões e apropriações diversas. Das discussões teológicas aos questionamentos feministas e às reflexões da psicologia junguiana, surge todo um processo de recuperação dessa figural primordial, inscrita no eterno presente do mito. No afã de resgatar a história, muitas vezes oculta, da condição feminina no passado, bem como de ouvir as vozes caladas em séculos de dominação patriarcal, o discurso feminista repõe Lilith em circulação, agora como referência e emblema no enfrentamento com o sistema que rebaixou a mulher a "segundo sexo". Signo ocupado por novas forças, Lilith tem sua história mais uma vez recontada, agora pelas mulheres, que a transformam em metáfora libertadora. Seu nome provoca não mais o medo, substituído pelas vozes do protesto e da reivindicação.

Feito esse ligeiro resumo do problema, e antes de passar à narrativa de Aluizio Azevedo, seria interessante para a análise indagar a respeito dos valores engendrados na (e a partir da) cadeia discursiva habitada por Lilith. Até que ponto ela existe como elemento de abalo da cultura patriarcal? Até que ponto é símbolo de resistência? Por outro lado, até que ponto Lilith se presta ao papel de reforço da ordem falocêntrica, juntando-se a Eva no processo (muito mais histórico do que mítico) de culpabilização da mulher?

Analisar tal processo pode ser bastante útil na abordagem da representação da mulher na escritura masculina, sobretudo num texto como *O Cortiço*, de Aluizio Azevedo. Aqui, as evocações lilitheanas disseminam-se em mais de uma personagem, num claro objetivo paradigmático, anunciado, aliás, no próprio tom moralista do narrador. Tais evocações podem vir diretamente do mito ou da tradição oral a ele filiada ou, por outro lado, da extensa gama de personagens femininas semelhantes presentes na literatura européia e, mesmo, nas nascentes letras nacionais. Afinal, figuras como Moll Flanders, Manon Lescaut, A Dama das Camélias, Carmen, Naná, entre muitas outras, já eram conhecidas e circulavam de mão em mão nos ambientes letrados.

Nesse contexto, o livro de Aluísio tematiza a guerra dos sexos nela introduzindo os componentes do choque étnico e da diferença cultural. A mulata Rita Bahiana surge como signo da luxúria, da preguiça e de uma pretensa liberdade dos trópicos, contraposta à responsabilidade e apego ao trabalho do imigrante português. Até perder-se nas garras da Lilith mulata, Jerônimo expressa a determinação de vencer que embala os que cruzam o oceano para "fazer a América". Todavia, esta se confunde, na economia interna do texto, com a figura da mulher, inscrita como "fruto dourado e acre dos sertões americanos" (p. 191)¹. Rita Bahiana reencarna (tanto quanto Iracema, anagrama de América) o velho *topos* da mulher-terra - a mãe provedora a ser fertilizada - adaptado no caso ao pensamento mecanicista que embasa *O Cortiço*.

No livro, existem dois Jerônimos: antes e depois da queda. Ou, se quiserem, antes e depois de Rita Bahiana. Aparentemente a mulata é apenas "fruto da terra": objeto exposto à conquista e exploração. Este o sentido primeiro, que seduz o europeu "predisposto à miscigenação", no preciso eufemismo de Gilberto Freyre, e que seduz também o leitor, é claro. Rita concretiza não apenas a sensualidade, mas a luxúria e o desregramento que a fantasia erótica do colonizador projetou sobre o "outro". E há mais: a sensualidade se aglutina ao poder demoníaco, herdado de Lilith. Inimiga da família e do casamento monogâmico, ela é cercada de amuletos mágicos, como o ramo de manjerição² ou afrodisíacos, como a baunilha, o trevo, a mangerona e outras plantas aromáticas. A força de incubo se mostra toda na cena do primeiro encontro, quando a música do português é calada pelo batuque afro-baiano e pela dança de Rita:

Abatidos pelo fãdinho harmonioso e nostálgico dos desterrados, iam todos, até mesmo os brasileiros, se concentrando e caindo em tristeza; mas de repente, o cavaquinho de Porfiro, acompanhado do violão de Firmo, romperam vibrantemente com um chorado baiano. Nada mais que os primeiros acordes da música crioula para que o sangue de toda aquela gente despertasse logo, como se alguém lhes fustigasse o corpo com ur-

¹ Aluísio Azevedo, *O Cortiço*. Rio de Janeiro, Americana, 1973. Todas as citações seguintes serão desta edição.

² "Planta cujas folhas possuem poderes mágicos e cujas flores exalam odor penetrante. As folhas são usadas no Congo Central para conjurar a má sorte e proteger contra os maus espíritos." SEGHERS, *Dictionnaire de Symboles*. Paris, Gallimard, 1973.

tigas bravas. E seguiram-se outras notas, e outras, cada vez mais ardentes e delirantes. Já não eram dois instrumentos que soavam, eram lúbricos gemidos soltos em torrente, a correrem serpenteando, como cobras numa floresta incendiada (p. 90, grifos nossos).

Se a música do europeu toca aos sentimentos e fala da saudade, a música crioula detona a fala do corpo. Desprovida de letra e marcada pelas palmas (como num ponto de umbanda), ela adquire um sentido de ritual desrepressor que invoca algo muito mais forte: aquele componente ancestral e "demoníaco" não controlado pelas interdições da cultura ocidental e cristã. Na construção da cena, o chorado funciona como invocação para a entrada de Rita Bahiana:

Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando, (...) *como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso que a punha ofegante; já correndo de barriga empinada; já recuando de braços estendidos, a tremer toda, como se fosse afundando num prazer grosso que nem azeite, em que se não toma pé e nunca se encontra fundo. Depois, como se voltasse à vida, soltava um gemido prolongado, estalando os dedos no ar e vergando as pernas, descendo, subindo, sem nunca parar com os quadris, e em seguida sapateava, miúdo e cerrado, freneticamente, erguendo e abaixando os braços (...) enquanto a carne lhe fervia toda, fibra por fibra, titilando.*

O chorado arrastava-os a todos, despoticamente, desesperando os que não sabiam dançar. Mas ninguém como a Rita; só ela, só *aquele demônio, tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada; aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante.*

E Jerônimo via e escutava, sentindo ir-se-lhe toda a alma pelos olhos enamorados (p. 92, grifos nossos).

A longa citação faz-se necessária para ilustrar a intensidade alcançada pela incorporação textual dos mitemas de Lilith. A cena lembra, até com excesso de detalhes, a orgia dos sabás medievais, onde bruxas e bruxos se reuniam para louvar e invocar Belzebu. E este parece de fato

incorporado aos movimentos de serpente e à magia dos odores da mulher educadora. O resultado da festa é conhecido: Jerônimo nunca mais será o mesmo. Horas depois já está prostrado numa cama e só melhora quando toma o café e a cachaça enviados pela mulata. Bebidas antes repudiadas, elas agora funcionam como os filtros das antigas feiticeiras, logo despertando no homem o desejo incontrolado.

A narrativa segue de modo linear. Rita é responsabilizada pelo encanto maléfico que transforma Jerônimo em completo pária social. O malefício é explicitado em diversas passagens e para desfrutar do corpo da mulata, o imigrante terá que passar ainda por dois rituais de sangue: a briga e o assassinato de Firmo. A conspurcação da pureza completa-se na cena do encontro amoroso, marcada pelos signos da tortura e da morte. Dominado pelo incubo, o homem bom e pai de família deixa de existir, sua alma "derrete-se" e lhe "sai por todos os poros", numa "agonia extrema" e "sobrenatural" de "anjos violentados por diabos" entre as "labaredas do inferno" (p. 194).

Na voz do narrador, a desrepressão do desejo é associada ao pecado e punida com a decadência física e moral do personagem. Após a sedução, Jerônimo é sorvido por uma trajetória descendente e não se impõe jamais aos caprichos da amada. Em *O Cortiço*, a superficialidade dos personagens, infensos a qualquer elaboração mais profunda em termos de psicologia e interioridade, é uma exigência dessa maneira maniqueísta com que são encaminhados os conflitos. Poderia lembrar aqui a presença do pensamento positivista e determinista, com suas equações rígidas de causa e efeito no balizamento das ações romanceadas. Mas até isso perde força diante das evidentes incorporações mitológicas. A adoção, no caso, de um discurso com tonalidades científicas mal consegue encobrir a voz conservadora da tradição judaico-cristã. Os valores patriarcais falam mais alto e não há materialismo que resista à avalanche de crenças e credências implícita à adoção dos estereótipos oriundos do mito.

O mesmo maniqueísmo se observa na relação entre Pombinha e Leonie ou entre Estela e Miranda. No último caso, temos a velha figura da adúltera, responsável pela frouxidão moral do esposo e pela mal disfarçada desagregação familiar. Tal como Lilith, Estela espreita a inocência de Henriquinho - que cumpre o papel textual de filho adotivo - para destruí-la numa relação libidinosa e perversa segundo os padrões dominantes. E de novo temos o sentido lilitheano do infanticídio, aqui transposto em morte metafórica da criança, para que o adulto possa nascer a partir da relação incestuosa.

Já a união entre a jovem Pombinha e a prostituta Leonie segue o mesmo parâmetro de estereotipia e maniqueísmo dos casos anteriores.

Com a pureza inscrita no próprio nome, Pombinha atravessa boa parte do romance como signo da virgindade intocada e da superioridade moral rente ao espetáculo de luxúria quase permanente que o texto faz desfilar diante de seus olhos de adolescente. Pombinha tem o domínio da escrita e transpõe para o papel em cartas inúmeras toda a frouxidão de costumes que a cerca no cortiço. Mais do que as histórias romanceadas, são esses dramas da infidelidade cotidiana que irão lentamente minando-lhe a inocência.

Por outro lado, esta parece protegida pelo desvio biológico que lhe impede a menstruação... até que entra em cena a prostituta, uma espécie de madrinha pervertida ou de mãe fálica, que inicia a jovem no lesbianismo e em toda a gama de delitos de natureza sexual. A cena da iniciação amorosa em tudo lembra o encontro de Jerônimo e Rita. Léonie utiliza os artifícios conhecidos: visitas, agrados, presentes, promessas. Acrescenta a isto os prazeres da gula e o "entorpecimento" do álcool. Este funciona como filtro mágico, causador do encanto irreversível.

A cena da menstruação, um dos pontos altos do livro, mostra a jovem libertando-se de seu passado de menina enfermiça, para se expor ao sol do trópico que a tonifica de erotismo. Presa ao enfeitiçamento de um "inefável quebranto", Pombinha se isola na pequena mata existente ao fundo do cortiço para o encontro com as forças vitais da natureza. A mata guarda o sentido do deserto onde se recolhe Lilith com vistas à definitiva transformação demoníaca. E Pombinha sonha, vê-se nua seduzindo o deus-sol, rodeada de grandes pétalas, à espera da borboleta fecundadora. Da cena emerge a nova mulher, a futuralésbica e prostituta, Lilith procriada.

Diversas versões do mito assinalam a imensa capacidade reprodutora do demônio feminino. Nos pântanos onde se esconde, Lilith engendra os *Lilim* ou bebês satânicos, que passam a servir à mãe, formando com ela as legiões demoníacas que varrem os desertos inscritos no mito. Uma vez tocada por Leonie, Pombinha lentamente se transforma, ela também, em "adoradora de Lilith". Reflete com malícia sobre o poder da mulher e desdenha a pretensa força masculina. Ao final, ela e Leonie se irmanam na perversão e são chamadas pelo texto "uma só cobra de duas cabeças" (p. 252). Não contente, o narrador arremata dizendo que os lábios de Pombinha "não tocavam ninguém sem tirar sangue" (p. 252). Ao que se poderia acrescentar: da mesma forma que Rita em Jerônimo, Estela em Henrique, Lilith em suas vítimas.

A conclusão possível - e necessariamente provisória, dadas as condições desse escrito - é que Aluizio Azevedo produz um texto onde distintas formulações discursivas se somam no movimento de culpabiiza-

ção e, mesmo, de negação da mulher enquanto sujeito. As figuras femininas de maior relevo no *Cortiço* ou não existem enquanto individualidade ou são as víboras que aqui procuramos rapidamente lembrar. E não se trata do mero emprego de certas imagens com finalidade "literária" ou "estética", pois esta não é uma discussão formalista. Onde há imagens, há valores, já que não existe signo sem discurso, nem linguagem sem ideologia. Imagens e signos não surgem do nada. Imagens e signos propagam (e se deixam propagar) pelos valores. Onde há valores, há práticas. Práticas sexuais, sociais, culturais, numa palavra, históricas. Penso que só poderemos *compreender* (no sentido filosófico da palavra) as imagens de mulher e os valores nelas implícitos se estudarmos a história da condição feminina ao longo dos séculos.

14

Labim/UFRN

LENDO GRAMSCI: um encontro com o humano

*Denise Ramalho Dantas de Araújo**

* Mestre em Ciências Sociais - UFRN
Profª Departamento de Psicologia

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 17-30, jul./dez. 1994

LEDO GRAMER: um encontro com o humano

Denise Farnalho Dantas de Araújo*

Mestre em Ciências Sociais - UFRN
Professora adjunta de Psicologia

Vivências, Natal, v. 8, n. 2, p. 17-33, jul/dez 1994.

A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA de Antonio Gramsci tem um conteúdo cuja atualidade se faz indiferente à época de sua produção, na medida em que se debruça sobre a questão da renovação democrática.

Da leitura de "Alguns Pontos Preliminares de Referência" e "Problemas de Filosofia e História", resultou a súmula a seguir apresentada, onde a liberdade de adoção de uma lente pessoal altera a seqüência do conteúdo, numa tentativa de clarificar a própria concepção de mundo por trás da seletividade no ato de conhecer.

Entende-se que o processo de criatividade se entrelaça no social e no individual: a criação do "novo" social haverá de apoiar-se no entendimento do homem no seu aspecto de subjetividade, que é indissociável das suas vivências objetivas e sociais, eliminando a primazia de qualquer dos termos da relação indivíduo-sociedade.

Reproduzindo Gramsci:

"É um lugar comum a afirmação de que o homem não pode ser concebido senão como vivendo em sociedade; todavia, não se extraem de tal afirmação todas as conseqüências necessárias, inclusive individuais: a saber, que uma determinada sociedade humana pressupõe uma determinada sociedade das coisas. Na verdade, até agora, estes organismos supra-individuais têm recebido uma significação mecanicista e determinista (tanto a societas hominum como a societas rerum); daí, a reação contra este ponto de vista. É necessário elaborar uma doutrina, na qual todas estas relações sejam ativas e dinâmicas, fixando bem claramente que a sede desta atividade é a consciência do homem individual que conhece, quer, admira, cria, etc.; e do homem concebido não isoladamente, mas repleto de possibilidades oferecidas pelos outros homens e pelas sociedade das coisas, da qual não pode deixar de ter um certo conhecimento." (GRAMSCI, 1987, p.41)¹

¹ Grifos nossos

A FILOSOFIA DA PRÁXIS.....

Polêmica gramsciana.....

contra: o dogmatismo..
o revisionismo

A filosofia gramsciana reinstaura, de forma original porque ampliada, a necessidade fundamental do pensamento dialético historicizado na práxis, para uma real ação revolucionária. Norberto Bobbio bem adequadamente situa a questão, quando afirma: "... uma nova confirmação da necessidade de que uma compreensão da filosofia de Gramsci deva começar pelo conceito de dialética." (BOBBIO, 1987, p.77)

É interessante destacar que, na discussão científica, Gramsci, coerentemente, satisfaz a defesa de uma compreensão e valorização dos pontos de vista contrários, despidas das ideologias, numa construção do conhecimento em que a contradição é concebida dialeticamente e não do ponto de vista lógico, ou seja, como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem.

Na medida em que combate o materialismo vulgar (dogmatismo) e o idealismo (revisionismo) em que haviam fixado base certas tendências marxistas, Gramsci provoca a entrada em cena do problema da criatividade.

Retomando do marxismo clássico o seu caráter de imanentismo total, Gramsci reestabelece a fundo, porque presente em todo o desenvolvimento de suas reflexões, a unidade dialética elementar - de acordo com Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder na apresentação do livro, "Para Gramsci, bem como para os clássicos do marxismo, o sujeito e o objeto não são senão momentos relativos da práxis, da atividade histórica dos homens" (GRAMSCI, 1987, p.4) - sobre a qual está ancorada, a nosso ver, a compreensão da estrutura global, do bloco histórico com seus momentos dialéticos - a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas.

O pensamento criador, aquele que se efetiva numa ação transformadora do ponto de vista social, implica a existência de um sujeito (o seu Não ao materialismo vulgar), mas há uma indissociabilidade sujeito-objeto tanto quanto entre esta unidade e o bloco histórico (o seu Não ao idealismo). Portanto, a criatividade resulta de um movimento dialético e o constitui, sendo reabilitado o elo indivíduo-sociedade (a relação sujeito-

objeto comportando dois níveis de análise), aspecto de extrema importância para nós, na contribuição filosófica de Gramsci.

Este, ao enfatizar o momento superestrutural nas suas análises, o fez apoiando-se no conceito que reintroduziu de Bloco Histórico, o que impede a possibilidade de se hierarquizar aspectos de uma mesma realidade, e o que requer, metodologicamente, a dinâmica todo-partes, a relação com a *totalidade concreta*, a que Lúkacs assim se refere para denominar a estrutura global. O marxismo de Gramsci, motivo de controvérsias para alguns teóricos, fica evidenciado pela sua forma de abordagem do conhecimento. Segundo Lukács, "... suponhamos que a investigação contemporânea demonstrou a inexatidão 'de fato' de cada afirmação isolada de Marx. Um marxista ortodoxo sério poderia reconhecer incondicionalmente todos estes novos resultados, rejeitar todas as teses isoladas de Marx, sem por isso, por um só momento, se ver forçado a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método." (LUKÁCS, 1974, p.15)

Entender a afirmativa "Toda a história só pode ser construída pela homem coletivo", passa a exigir que se ultrapasse os limites estreitos de uma desvalorização do individual, apesar da clareza com que isto descarta a vontade individual como móvel, em si, da história, para uma recolocação adequada do homem que, concebido como "bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa - objetivos ou materiais - com os quais o indivíduo está em relação ativa" (GRAMSCI, 1987, p.47), tem na sua individualidade (assim percebida) a medida de liberdade que entra na definição do homem: a possibilidade como uma realidade.

Marxismo:

religião
tarefa política

A filosofia da práxis intenta, através da ação da vontade coletiva, do sujeito histórico ativo, a transformação das condições materiais em instrumento de ação e, portanto, forma de alcançar o objetivo desejado, sendo que, para isso, para essa passagem da necessidade à liberdade (que

a transforma), a vontade individual haverá de ser concreta e determinada e não arbitrária, indissociável que é a consciência de si e social - "o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional², o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível." (GRAMSCI, 1987, p.40)

O problema da criatividade, já focalizado anteriormente, distintivo entre o pensamento filosófico clássico e o marxismo, já aparece com o próprio Marx nas *Teses sobre Feuerbach* quando se refere ao objetivo da construção de uma nova realidade social: *Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras, trata-se, porém, de o transformar.*

Para Gramsci, o marxismo empreende uma tarefa política de renovação radical da sociedade e da história, com a fundação de uma nova cultura. Mas, "Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa, também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las', por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral." (GRAMSCI, 1987, p.13). Por unir teoria e prática, por não dissociar a ação da reflexão, por considerar a totalidade concreta, por todos os seus elementos constitutivos, o marxismo é uma 'religião', no sentido croceano da palavra, ou seja, uma concepção atuante de mundo com uma moral que lhe é adequada.

PONTOS DE REFERÊNCIA E PROBLEMAS NA CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA

Progresso e devenir:

- . Ideologia & Concepção filosófica
 - . Homem
- bloco histórico.....
vontade política.....
ser político.....

² Grifos nossos

Objetivo de transformar o mundo seria, então, alcançar o progresso? Gramsci separa e distingue, analiticamente, progresso e devenir. Se bem que não ache possível, na prática, separar as duas idéias, remete-nos à diferença básica entre elas: o progresso, enquanto ideologia, delimita o futuro segundo o alcance possível de uma medida do passado, enquanto o devenir, como uma concepção filosófica, contém em si a abertura de um curso processual em contínua construção, preservando o movimento do conceito de progresso, mas acrescentando-lhe o caráter dialético que previne quanto a um possível exercício do conservadorismo.

A abertura do curso processual histórico, o seu devenir, contém a possibilidade de uma direção consciente, a partir da crítica do senso-comum, realizada pela filosofia da práxis.

O homem, como bloco histórico, é vontade concreta, na medida em que conhece e utiliza a liberdade (ou possibilidade). E realiza a sua humanidade na ação política, na ação transformadora das relações externas.

Que é o homem?

. Origem católica do conceito.....

. Elementos da individualidade humana

. Caráter transformacional:.....

verdadeiro filósofo = político

. Concepção anti-mecanicista de homem

. Tudo é político:.....

Filosofia = História = Vida
da práxis em ato.....

O conceito de homem na filosofia da práxis vem contrapor-se à concepção de homem limitado à sua individualidade, originada do catolicismo, em que o "espírito" corresponde a esta individualidade.

O homem também é processo, um ser histórico em construção, na medida em que a atividade do trabalho - transformação do mundo exterior na qual realiza a sua natureza humana - é permeada socialmente. Ele é o processo de seus atos; ao humanizar a natureza, ele se "hominiza".

Desta forma, a concepção de homem não pode prescindir da consideração dos diversos elementos que compõem a sua individualidade: o indivíduo, os outros homens e a natureza.

Ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo, ação e pensamento unem-se dialeticamente no sentido de ação recíproca, no de processo tese/antítese/síntese e segundo o princípio de passagem da quantidade à qualidade, sem se poder perceber este processo senão na dinâmica dos seus elementos.

Filosofia e política mantêm um elo indissociável. O homem atua não mecanicamente: ao pensar a realidade, o indivíduo o faz ativamente, transformando a própria realidade (inclusive a realidade da sua individualidade submetida, então, a novas condições objetivas, materiais). É necessário adiantar o conceito gramsciano de filosofia - sobre o qual nos deteremos com mais vagar, em seguida - que corresponde a uma concepção de mundo criticamente coerente.

A consciência do conjunto das relações que compõem a sua individualidade se modifica ao se modificarem estas relações e, ao mesmo tempo, permite a saída do momento da necessidade para o da liberdade, do exercício das relações necessárias para o exercício das relações voluntárias.

A consciência do homem é, por conseguinte, a sede das relações que são ativas e dinâmicas. Gramsci, ao estabelecer, num primeiro momento, a definição de filosofia como uma determinada concepção de mundo, ressalta a importância da consciência crítica, através da indicação do problema: "... é preferível 'pensar' sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, 'participar' de uma concepção de mundo 'imposta' mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (...), ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?" (GRAMSCI, 1987, p.12)

O indivíduo, que é síntese das relações existentes, mas também história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado, é, dentro de certos limites, criador do seu próprio destino. Mas isto, socialmente falando, requer o entendimento da existência de um bloco histórico como estrutura global, pois é a vida conjunta que é a vida social, e é na medida em que sua atividade adquire racionalidade que o indivíduo passa a constituir, não isoladamente, o homem histórico ativo, vontade coletiva e não individual, embora contenha a individualidade na sua gênese.

Assim, não está presente no marxismo de Gramsci nem uma visão mecanicista nem uma visão idealista.

Não existe uma "natureza humana" que possa ser encontrada senão em toda a história do gênero humano, pois o homem particular não cabe num molde a-temporal, a-histórico, do "homem em geral". Esta abstração, que pretende conter todo o "humano", resíduo de uma filosofia especulativa sobre o problema da "natureza humana", é negada pela idéia do devenir. O homem transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais - a "natureza humana", o "conjunto das relações sociais" não é senão a própria história acontecendo, com o significado do devenir aí incluído (A vida é arte no gerúndio?...)

Quando o indivíduo, através da consciência crítica, supera dialeticamente a consciência de si, da sua individualidade que nega a condição biológica semelhante, negando-a na construção da sua identidade grupal, que o faz semelhante pelas determinações históricas, ele se defronta com as igualdades e desigualdades reais da vida social. Não há uma "natureza humana" estabelecendo uma igualdade real entre os homens. Esta se encontra na história.

De acordo com Gramsci: "Desta forma, chega-se à igualdade ou equação entre 'filosofia e política', entre pensamento e ação: em suma, a uma filosofia da práxis. Tudo é político, inclusive a filosofia ou as filosofias, e a única 'filosofia' é a história em ato, ou seja, a própria 'vida'. (GRAMSCI, 1987, p.44)

Senso-comum, religião, filosofia e ciência

"... todos os homens são filósofos, (...) filosofia que está contida: 1) na própria linguagem (...); 2) no senso-comum e no bom-senso; 3) na religião popular...

(...) todos são filósofos, ainda que a seu modo inconscientemente (porque, inclusive na mais simples manifestação de uma atividade inte-

lectual qualquer, na 'linguagem', está contida uma determinada concepção de mundo)... " (GRAMSCI, 1987, p.11)

Para Gramsci, filosofia é uma concepção de mundo ou uma concepção de mundo criticamente coerente?

Mais uma vez, é estando atentos à abordagem de Gramsci, cujo apoio nevrálgico é a dialética, que nos daremos conta da aparência, *apenas*, de uma incongruência nas colocações acima citadas com a que se segue: "... não podemos ser filósofos - isto é, ter uma concepção de mundo criticamente coerente - sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ..." (GRAMSCI, 1987, p.13), pois que se referem a momentos distintos, unidos dialeticamente.

Assim como a antítese estrutura-superestrutura se vincula como momentos indissociáveis de uma mesma realidade, admitindo vários graus de relações, o momento superestrutural é dinamicamente dotado de movimento com uma autonomia relativa da infra-estrutura econômica. E é neste espaço que o homem, como ser político, na sua práxis, poderá exercer o momento de consciência crítica que ultrapassará o nível da filosofia espontânea contida na linguagem, no senso-comum e na religião popular.

Gramsci recambiou, assim, de forma magnífica, com sua concepção de filosofia admitindo momentos que se distinguem, mas não são dissociáveis, a história para o palco de "Gente como a gente". História e filosofia formam um bloco: a filosofia de uma época histórica - norma de ação coletiva - e história desta época se equivalem. Os elementos filosóficos é que podem ser distinguidos: a filosofia dos filósofos, as concepções dos grupos dirigentes - cultura filosófica, e as religiões das grandes massas.

A importância histórica de uma filosofia estando na medida em que uma sociedade a ela reage, só com a sua difusão o marxismo construirá o clima cultural apropriado para a realização de todo ato histórico, vontade coletiva concretizada, em que "multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam, na busca de uma idêntica e comum concepção de mundo" (GRAMSCI, 1987, p.36), alcançando a eficácia prática expressiva de valor histórico.

É fundamental, metodologicamente falando, na medida em que a filosofia da práxis propõe-se uma superação da maneira de pensar anterior e do mundo cultural existente, o exame das concepções de mundo como se apresentam nos vários complexos culturais - das grandes massas e dos grupos dirigentes (intelectuais) - e das suas ligações com a filosofia dos filósofos, como base do movimento político-cultural em que se consti-

tui. Pois as novas concepções de mundo, elaboradas e difundidas pelos partidos políticos, com uma ética e uma política adequadas a elas, devem resultar de um processo de unificação de teoria e prática, sendo necessário haver uma ligação orgânica entre os intelectuais e as massas, compondo um bloco cultural e social. Assim, toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica, no sentido de uma relação ativa de vinculações recíprocas. Há uma unidade ativa entre ciência e vida.

A filosofia da práxis pretende conduzir "os simples" a uma elaboração superior da própria concepção do real - progresso intelectual de massa e não somente de pequenos grupos intelectuais - num processo de escolha e crítica que é também, um fato político. A compreensão crítica de si-mesmo, decorrente da consciência política, desvenda o contraste entre o pensar e o agir, expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social, concorrendo para que uma nova concepção de mundo se estabeleça por uma decorrência hegemônica e não de submissão e subordinação intelectual. É a diferença entre a filosofia espontânea e a filosofia crítica, mesmo ao nível do senso-comum.

Teoria e prática

Estrutura e superestrutura

Ideologia

A expressão *catarsis*

A importância da identificação entre teoria e prática reside em que, para a inversão da práxis, o "racional" deverá ser real ativa e atualmente. Somente em decorrência de um ato crítico se estabelecerá a unificação entre teoria e prática - uma, gênese e produto da outra - de forma a se ter assegurada a racionalidade de ambas, a realidade da teoria e a necessidade da prática.

As superestruturas ideológicas que, com a estrutura econômica compõem o bloco histórico, refletem o conjunto das relações sociais de produção com suas contradições. E é no terreno das ideologias, segundo Marx, que os homens tomam conhecimento dos conflitos da estrutura.

A filosofia da práxis, na luta de hegemonia política com outras concepções, unindo a doutrina e a prática política, cria um novo terreno

ideológico, o que determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento.

Distinguindo entre ideologias orgânicas - necessárias a uma determinada estrutura, e arbitrárias - "desejadas", Gramsci reconhece a validade *psicológica* das primeiras, ao formarem o terreno sobre o qual os homens se movimentam, conscientizam-se, etc. O entendimento das ideologias, como forma e das forças materiais como conteúdo, acentua o conceito de bloco histórico.

Quando há uma elaboração crítica, superior, da estrutura em superestrutura na consciência dos homens, o processo catártico, que coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético, constrói o momento ético-político prevalente ao econômico, o momento subjetivo ao objetivo, sendo o ponto de partida de toda a filosofia da práxis.

Tudo é político:

Filosofia da práxis = História em ato = Vida

Só a filosofia da práxis é uma filosofia imanentista - ela é "o 'materialismo' aperfeiçoado pelo trabalho da própria filosofia especulativa e fundido com o humanismo". (GRAMSCI, 1987, p.57)

No ponto de passagem da filosofia à ação política que dela depende, da concepção de mundo à moral que lhe é adequada, de toda "contemplação" à "ação", ponto em que a filosofia, a concepção de mundo e a contemplação tornam-se reais, encontramos o nexos central da filosofia da práxis, ponto em que se torna necessária-racional-real, em que vive historicamente, isto é, socialmente.

Monismo, neste caso, não significa "nem materialismo nem idealismo, mas identidade dos contrários no ato histórico concreto, isto é, atividade humana (história-espírito) em concreto, indissolivelmente ligada a uma certa 'matéria' organizada (historicizada), à natureza transformada pelo homem." (GRAMSCI, 1987, p.58)

Para Gramsci, como aparece na apresentação do livro, *o sujeito e o objeto não são senão momentos relativos da práxis, da atividade histórica dos homens*:

Tudo é político: Filosofia da práxis = História em ato = Vida

BIBLIOGRAFIA

- BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982 (Biblioteca de Ciências, v. n.23)
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe. Porto: Escorpião, 1974.

*Ética na Divina Comédia:
análise e interpretação do
Canto V do Inferno*

*Marcelo & Círculo Literário
- 1994/1995*

Yvone de Souza, Natal, v. 1, n. 1, p. 11-14, jul/ago. 1994

BIBLIOGRAFIA

- BOBINO, Roberto. O ensino da aritmética real. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983. (Biblioteca de Ciências Matemáticas, vol. 10)
- GRANICZ, Antonio. Geometria plana de Hilbert. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Científica Brasileira, 1983.
- LISSAC, George. Teoria e fundamentos da álgebra. Florianópolis: UFSC, 1978. (Coleção de livros de Matemática, vol. 1)

1983 - 1984 - 1985 - 1986 - 1987 - 1988 - 1989 - 1990 - 1991 - 1992 - 1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025

1983 - 1984 - 1985 - 1986 - 1987 - 1988 - 1989 - 1990 - 1991 - 1992 - 1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025

Tudo é possível. História da teoria - História real em 1983

**AMOR E ÉTICA NA *DIVINA COMÉDIA*:
análise e interpretação do
Canto V do *Inferno***

Márcio e Lima Dantas
UFRN-DLET

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 31-44, jul./dez. 1994

AMOR E ÉTICA NA DIVINA COMÉDIA:
análise e interpretação do
Canto V do Inferno

Alcides de Lima Moraes
UNIVERSITÁRIO

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 31-44, jul./dez. 1994

"Formosa Vênus, filha do mar e do rei do Olimpo, que ressentimento tens contra nós? Por que deste a vida a tal flagelo, Cupido, o deus feroz, impiedoso, cujo espírito corresponde tão pouco aos encantos que o embelezam? Por que recebeu asas e o poder de lançar setas, a fim de que não pudéssemos safar-nos dos seus terríveis golpes?"

Bion - Mitologia Greco-Romana

"A crueldade da realidade é ilustrada de maneira particularmente espetacular e significativa na crueldade do amor"

Clement Rosset

" O que eu amo é o Amor.
Eu desejo o desejo. "

Marina

1.

"Começando, como é natural, pelas coisas primeiras"(1), esclarecemos que o nosso exercício hermenêutico considerará a palavra TRÁGICO em seu sentido lato. Desse modo, a palavra se desliga da forma artística com que, normalmente a vemos vinculada ao classicismo helênico e desliza semanticamente para a acepção mais geral de conteúdo trágico, ou seja, a concepção do nosso mundo em sua essência como algo " intrinsecamente doloroso e trágico"(2).

Entendemos que vincular o trágico à forma artística da Tragédia grega é limitar uma idéia que, quando considerada em sua amplitude semântica, possibilita inferências que geram maiores alternativas de leituras e relações para iluminar /esclarecer textos. Principalmente em se tratando de analisar e interpretar os textos que tratam das emoções e/ou aspirações mais íntimas da alma humana.

A configuração do trágico no drama é produto de um contexto histórico que engendrou esse tipo de manifestação artística, indo ao encontro de demandas sociais áticas ou mesmo da subjetividade grega à época.

Optamos, portanto, no nosso trabalho, pelo alargamento do cone semântico da palavra/noção seguindo uma linha de raciocínio já utilizada por estudiosos contemporâneos como Michel Maffesoli e Clement Rosset.

2.

A noção de trágico utilizada neste trabalho será o sentido mais amplo que a palavra adquiriu ao longo do tempo desde o seu surgimento na Grécia Antiga. Explicando: não nos restringiremos à tragédia enquanto forma de arte específica, ou seja, uma peça de teatro para ser encenada diante de uma platéia, mas àquela significação que a história foi impregnando na palavra. Não mais no sentido stricto, mas, agora, no sentido lato. Considerando em sentido lato, a palavra vai se desprender da forma artística com que quase sempre a vemos vinculada ao classicismo helênico.

Desse modo nos distanciaremos da proposição de Albin Lesky(3) que restringe o termo a uma manifestação artística da história grega e que em alguns períodos da história repontou com alguma força. Isto é, não faremos uso do trágico limitado a sua expressão no drama, principalmente no drama clássico grego. Consideraremos a concepção do trágico no moderno sentido de cosmovisão. Aqui nos interessará muito mais a acepção utilizada por alguns autores contemporâneos, dentre tantos podemos citar o pensador francês Michel Maffesoli que em seu livro *A Conquista do Presente*, faz referência ao "Trágico estrutural" da condição humana.

A palavra TRÁGICO aqui será usada como sentimento do destino. Aceitação das vicissitudes da vida como parte da existência dos homens no mundo e o reconhecimento da impossibilidade de transformar aquilo que o destino engendra. Para o referido autor existiria uma sabedoria trágica, quer dizer, haveria o reconhecimento nas práticas do cotidiano. Citando Goethe, em uma passagem, diz:

"O que em Goethe está bem elaborado na descrição romanesca, é vivido com naturalidade, na existência cotidiana. E, embora isso não seja formalizado no tema 'destino trágico', para além das múltiplas justificativas e racionalizações de todo gênero, o que, permanece em última instância, é a profunda consciência (ou semiconsciência) da inaniidade de todas as coisas."(4)

Essa consciência é o que o autor nomina de Sabedoria Trágica. Os homens, no curso de suas existências, experimentariam o mundo como um lugar de total aniquilação, repleto de limites e inacessível a soluções ou desvendamentos.

3.

O texto sobre o qual nos deteremos é o Canto V do Inferno, parte da Divina Comédia, de Dante Alighieri. Nossa leitura será feita considerando a tradução de Augusto de Campos no livro O Anticrítico.

No Canto V temos o prosseguimento da trajetória de Dante no Inferno conduzido por Virgílio. Nesse momento os dois poetas alcançam o Círculo segundo, onde estão os pecadores da luxúria arrastados o tempo inteiro pela ventania. Numa passagem Virgílio esclarece que as almas que ali padecem são os réus carnais, os que

"...sofrem a pena todos são
pecadores da carne - assim o entendo -
que ao desejo submetem a razão."(5)

No círculo segundo estão agrupadas as almas que, em razão do amor, deixaram a existência terrena

"que à nossa vida Amor fez renunciar"

Dante conversa com Francesca de Rímini, nobre senhora de Ravena. Nesse encontro ela narra sua história e o motivo pelo qual se encontra expiando sua culpa entre os que pecaram em razão do amor. Francesca de Rímini e Paolo Malatesta são cunhados e amantes. O marido de Francesca, Gianciotto Malatesta, irmão de Paolo, surpreende-os em flagrante, assassinando-os.

Na sua narrativa Francesca compara sua triste história a do cavaleiro Lancelote que apaixonou-se pela bela esposa do rei Arthur, Ginevra, mas jamais ousou falar-lhe. Aconselhado por um amigo, Galeoto, Ginevra se aproximou de Lancelote e, de chofre, ofereceu-lhe a boca para que a beijasse

"Nós líamos um dia sossegados
como a Sir Lancelote o amor venceu"

Nessa comparação o livro que liam e seu autor foram para eles o que Galeoto fora para Lancelote e Ginevra, isto é, o conselheiro que os incitou ao amor proibido

"Galeoto foi o livro e o autor, enfim"

Quando se beijavam, entrou Gianciotto, marido de Francesca e irmão de Paolo, e matou os amantes

"Nesse dia não lemos novamente"

Dante ouve atentamente essa narrativa e lamenta o sofrimento das almas. O poeta é condescendente à história dos dois amantes, seu silêncio denota o envolvimento e o impacto que lhe causou a narrativa da desventura dos adúlteros. O poeta é tão intensamente impressionado que cai como morto:

"Enquanto uma alma discorria assim,
a outra chorava tanto que, num ai,
senti como um morrer dentro de mim:
e cai como corpo morto cai."

4.

Para extrair e compreender o elemento trágico contido na narrativa do Canto V é necessário, como recurso de método, incluirmos a instância que fala, ou seja, considerar Dante-narrador como o olhar que repousa sobre a trágica história dos amantes de Rímini.

Desse modo, o elemento trágico se manifesta e se acentua pelo matiz subjetivo que se encontra presente no olhar do narrador: a tragédia pessoal do poeta de Vita Nuova. Dessa igualdade de condições - Dante e o par de adúlteros - podemos inferir que o interlocutor, tão atento, não é alguém que demonstra sensibilidade ao sofrimento do outro, mas um sujeito, que por ter vivenciado algo similar, lamenta e se compadece da desgraça dos dois amantes impossibilitados de efetivar o seu amor. No caso de Francesca e Paolo por serem cunhados. Com relação a Dante e Beatriz porque os usos e costumes da época não permitiam que se escolhesse livremente o seu parceiro para o casamento. Normalmente essa escolha era feita pelos pais.

A concepção de Amor que se encontra presente no Canto V revela-se extremamente idealizada, isto é, o amor como entidade separada das pessoas. Sintomaticamente aparece várias vezes grafada em maiúscula denotando se tratar de um símbolo, de uma alegoria. O amor é tratado como uma abstração que independe da consciência e do livre arbítrio dos homens. Estes seriam apenas "vítimas" do amor. Sendo passivos diante de sua manifestação. Observa-se aqui a presença da concepção de amor difundida na Idade Média: o amor cortês que pode assim ser resumido: "Ama-se ou admira-se o AMOR e não o objeto do desejo". Neste sentido

"...é que se deve entender o amor de Dante para com Beatriz. Afetivamente, ou carnalmente, Dante amou outras mulheres, tendo casado e vivido em algazarra das quais algumas foram celebradas ironicamente até em versos, pela alma popular do tempo. O amor de perfeição, de acordo com a psicologia da época, aceitava a mulher eleita como figura ideal. A mulher em si mesma, como tal, pouco importava. Era a emoção de perfeição, que ela inspirava, ou que a ela se atribuía, o que tinha importância."(6)

Com efeito, Beatriz não pode ser entendida simplesmente como uma mulher, mas como uma criatura que Dante escolheu para lhe atribuir a inspiração do amor para com a perfeição que sentia. Na verdade importava-lhe a inspiração, ou aquilo que o conduzia em direção à perfeição - não a mulher, que era apenas foco físico, visível, a proporcionar como que uma razão material para o seu impulso de artista.(7)

Essa noção de amor, que se expressa esteticamente na poesia, marcou intensamente a literatura do medievo. Como exemplo, podemos citar as Cantigas de Amor dos primórdios da Literatura Portuguesa.

Nesse tipo de poesia a dama não parece ter existência empírica, mas é puro pretexto para o eu-lírico discorrer acerca do sentimento-maior do AMOR. Cristiano Martins resume esse ponto de vista:

"O lirismo contemporâneo refletia fielmente, quando não exarcebava, aquela concepção medieval e cavalheiresca do culto à mulher, a qual era exaltada num plano de idealidade e sublimação, como se se tratasse não de uma criatura física, mas de uma abstração, um símbolo dos sentimentos e aspirações a que as regras da cortesia impunham como expressão peculiar".(8)

Enfim, o elemento trágico não parece se limitar à infelicidade dos dois amantes: o fato de, adúlteros, terem sido assassinados em flagrante. Se limitássemos nossa leitura apenas ao interdito amor de Francesca e Paolo ficaríamos restritos ao nível mais ostensivo do texto, ou seja a camada mais aparente do Canto V. Compreende-se, então, porque incluímos a instância narradora da epopéia: ao dimensionar nossa análise, abrangendo além do entrecho, aquele que narra e se envolve emocionalmente na narrativa de Francesca, engendramos o que Albin Lesky nomeia de possibilidade de relação:

"Atribuir, na arte ou na vida, o grau de trágico, é o que designamos por possibilidade de relação com o nosso próprio mundo. O caso deve interessar-nos, afetar-nos, comover-nos. Somente quando temos a sensação do NOSTRA RES AGITUR, quando nos sentimos atingidos nas profundas camadas de nosso ser, é que experimentamos o trágico".(9)

5.

Esta visão do Amor como uma entidade que a tudo e todos transcende, ou seja, uma abstração dotada de autonomia que paira sobre os homens e os domina, configura, em contrapartida, um perfil de homem como um ser passivo e sem vontade própria; como aquele que não detém as rédeas do seu destino. O homem como um fantoche/vítima desse sentimento, que parece ser dotado de uma lógica e/ou leis próprias.

Confirmando esse estado de vítima daqueles tocados pelas flechas de Cupido, podemos fazer uma leitura do episódio de Francesca e Paolo considerando sua dimensão ética.

Destarte, numa leitura que considere a totalidade da epopéia, constatamos que os transgressores Francesca e Paolo não aparecem na narrativa como culpados (mesmo estando os adúlteros no Círculo segundo do Inferno) de terem traído Gianciotto - marido de Francesca - mas como vítimas do Amor. Explicando: os dois adúlteros parecem muito mais reproduzir e perpetuar um arquétipo recorrente na história humana, quando considerada sua dimensão amorosa, isto é, o adultério entre cunhados. Este tipo de transgressão constitui uma recorrência ao longo da história. Quer seja entre nobres, quer seja entre pessoas comuns. Como observa Xavier Pinheiro

"O drama de amor de Francesca, em si mesmo especificado, é, ao que nos referimos, igual, na sua substância temática, a milhares, talvez milhões de outros dramas de amor, por que o gênero humano vem passando"
(10)

Quando Francesca narra sua triste história, observamos que, por parte de Dante-narrador, não há julgamento de valor ao amor pecaminoso dos adúlteros. O narrador da Divina Comédia se limita a ouvir com atenção e a lamentar a sorte daqueles que transgrediram regras em nome da paixão

".....Ah, que tormento
quanto doce pensar, quanta ansiedade
para induzir ao doloroso evento".

6.

A ausência de julgamento moral com relação ao pecado cometido pelas almas nos leva a afirmar que a dimensão ético-moral do episódio parece se encontrar no plano mais geral da Divina Comédia. Auerbach observa que a unidade do conjunto repousa no cenário, quer dizer, na paisagem físico-moral dos círculos do Inferno e que podemos encontrar na Comédia muitos acontecimentos independentes, cenas isoladas que só aparentemente contradizem a estrutura geral da obra. Explicando:

não haveria unidade de ação das cenas isoladas com relação à temática geral: a escatologia da Igreja Católica que classifica em categorias as almas e as distribui entre os três reinos - Inferno, Purgatório e Céu. Para Auerbach

"A ordem unitária do além, assim como Dante no-la apresenta, é tangível da maneira mais imediata como sistema moral, na repartição das almas nos três reinos e suas subdivisões: o sistema segue em tudo a ética aristotélico-tomista, reparte os pecadores no Inferno, antes de mais nada, segundo a medida da sua má vontade e, dentro dessa divisão, segundo a gravidade dos seus atos: os penitentes no Purgatório, segundo os maus impulsos dos quais devem se purificar: e os venturosos, no Paraíso, segundo a medida da teofania da qual participam"(11)

Com efeito, e considerando o poema em sua totalidade, constatamos que a partir do momento em que o poeta categoriza as almas em três grande grupos - Inferno, Purgatório e Céu - já aqui temos um juízo de valor para aquele que for posto em uma dessas instâncias. Por outro lado, dentro de cada uma dessas instâncias temos os círculos, a partir do que o poeta mensura e qualifica a especificidade e o peso de cada pecador, posto que encaminha o pecador para determinado círculo. Francesca e Paolo são os pecadores da carne, aqueles que submeteram à razão ao desejo, razão porque estão no Círculo II.

O narrador-Dante parece saber muito bem que diante do Amor todos capitulam e se enovelam em suas tramas sem saídas, principalmente as relações amorosas fracassadas, e acrescenta

"Depois voltei-me a ela e com bondade
lhe disse então: Francesca, os teus martírios
fazem chorar meus olhos de piedade"

Considerando o texto - Canto V - isoladamente como um recorte metodológico para efeito de análise, quer dizer, o texto enquanto uma micro-estrutura, observamos não uma valoração da ação adúltera dos amantes. A complacência do narrador-Dante, que ouve com pesar ("senti como um morrer dentro de mim"), não é de aprovação ou cumplicidade, mas de profunda resignação e aceitação do destino trágico de Francesca e Paolo. Esta aceitação do destino que chamamos "trágico estrutural" apa-

rece na vida cotidiana como um limite aos empreendimentos do homem, sendo assim o

"...o trágico é um misto onde a vida diária se consolida, um vaivém de brilhos e tristezas, de efervescências e dores, cujo objetivo consiste em lembrar que nossa vida consciente ou afetiva é regulada pelo limite." (12)

7.

Segundo uma definição de Goethe

"Todo o trágico se baseia numa contradição irreconciliável. Tão logo aparece ou se torna possível a acomodação desaparece o trágico"(13)

Como podemos ver a noção de trágico está calcada em contradições que não encontram possibilidades de harmonia ou superação. Encontramos essa idéia inicialmente formalizada na tragédia helênica clássica, onde personagens se defrontam com situações de limites em suas vidas e a saída era quase sempre a morte (Antígone) ou o ostracismo (Édipo Rei).

O conceito de trágico amplia sua aura semântica ao longo da história e passa a se estender a toda a vida social. Autores contemporâneos incorporam essa categoria de análise e dizem que a experiência do homem no mundo é necessariamente trágica, posto que eles (os homens) não podem muito diante da manipulação da Roda do Destino pelas moiras. Inconscientemente parecem desenvolver, no decorrer de suas existências, essa compreensão trágica da vida. Acumulam experiências e sabem o quão limitados são diante das forças da natureza e do acaso. Este limite se acentua quando se trata da subjetividade dos homens. Mormente no que diz respeito aos relacionamentos interpessoais quando o limite natural das coisas parece se acentuar. Pois que no amor os homens não podem utilizar a mesma moral que usam quando de suas relações no cotidiano. O amor com sua autonomia configura uma moral própria já dizia Platão, em O Banquete (14). A ética do amor não é a mesma do mundo. O amante tem que aquiescer diante do objeto do desejo. Os relacionamentos entre amantes normalmente desenvolvem

uma lógica própria. Sendo assim pouco faz sentido a moral do mundo diante do amor.

No episódio que analisamos neste trabalho - a relação amorosa de Francesca de Rimini e Paolo Malatesta - constatamos a "contradição irreconciliável" aludida por Goethe. A contradição é encontrada nos dois planos por nós apontados. Primeiro no par Francesca-Paolo. Segundo no par Dante-Beatriz. Ambos intensamente apaixonados, tocados pelas flechas de Cupido, contudo incapazes de efetivar o seu amor. Ambos limitados por uma ordem social rigorosa que elide o amor entre os dois pares enredando-os num conflito sem solução. Este interdito da ordem social seria o fulcro da contradição irreconciliável que impossibilitaria que o amor fosse reconhecido socialmente e realizado.

Outra estrutura significativa considerada em nossa leitura é a aparente contradição entre o que chamamos de micro estrutura - o CANTO V - e a macro estrutura - a totalidade da Divina Comédia - como tivemos oportunidade de demonstrar esta contradição só se dá no nível aparente. Quando incluímos na nossa interpretação a instância que fala, desapareceu essa contradição, posto que a unidade narrativa repousa sobre a globalidade da epopéia, permitindo que o poeta faça digressões ou apresente episódios isolados em alguns Cantos.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Aristóteles. Poética; pg 241.
- (2) Clement Rosset. Princípio de Crueldade; passim
- (3) Albin Lesky. A Tragédia Grega; passim
- (4) Michel Maffesoli. A Conquista do Presente; pg 95
- (5) Resumo baseado nos comentários da tradução de Cristiano Martins. Estrofes e versos da tradução de Augusto de Campos.
- (6) Xavier Pinheiro, Prefácio à tradução da Divina Comédia.
- (7) *ibid.*
- (8) Cristiano Martins, Prefácio à tradução da Divina Comédia, p. 40
- (9) Albin Lesky, A Tragédia Grega, p. 27
- (10) Xavier Pinheiro, Prefácio à tradução da Divina Comédia, p. XXV
- (11) Erich Auerbach, Mimesis, p. 165
- (12) Michel Maffesoli, A Conquista do Presente, p.97
- (13) Albin Lesky, A Tragédia Grega, p. 25
- (14) Platão, O Banquete, passim.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. Poética. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo, Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).
- AUERBACH, Erich. Farinata e Cavalcante in Mimesis. São paulo, Perspectiva, 1987.
- CAMPOS, Augusto de. O Anticrítico. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- DANTE ALIGHIERI. A Divina Comédia. Traduzida, anotada e comentada por Cristiano Martins, 5. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1986.
- _____. A Divina Comédia. Tradução anotada de J. P. Xavier Pinheiro. São Paulo. Clássicos Jackson, 1956.
- LESKY, Albin. A Tragédia Grega. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1990.
- LOYN, Henry R. Dicionário da Idade Média. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Rio, Rocco, 1984.
- MÉNARD, René. Mitologia Greco-Romana. Trad. Aldo D. Nina. Vol. III. São Paulo, Fittipaldi Editores, 1985.
- PLATÃO. O Banquete; trad. José Cavalcanti de Sousa. São Paulo, Abril Cultural.
- ROSSET, Clement. Princípio de Crueldade. Trad. José Thomas Brum. Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

A DERROCADA DOS PARADIGMAS OU O ENTERRO DAS QUIMERAS

*Eleonora B. M. T. Beaugrand**

* Prof^ª. Mestrado Ciências Sociais

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 45-52, jul./dez. 1994

A DERRÓTURA DO PARADIGMA DO
 ENTRO DO QUINELAR
 ALMOVAR B. M. T. BEZERRA
 1994

Prof. Mestre de Ciências Sociais

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 45-52, jul./ago. 1994

"O antigo morre, e o novo não consegue vir a luz e nesse claro escuro surgem os monstros" (Gramsci)

Impregnados de uma sensação escatológica, e uníssonos na constatação de como diz Caetano na sua musica "Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial", chegamos ao final do século com um sentimento de perplexidade. Em apenas 5 anos contabilizamos o fim do comunismo, - como sistema de governo na União Soviética -, a criação de 17 novos Estados surgidos no leste, o desmonte das economias planificadas e o fortalecimento de economias arcaicas, inspiradas pela ideologia solo e sangue (as guerras étnicas e suas identificações místicas regressivas), o crescimento dos nacionalismo, a xenofobia etc.. Assistimos, pois, a multiplicação de mutações de que são palcos vários lugares no mundo e cujos cenários e personagens parecem saídos, muitas vezes, de livros de horror. Portanto, para não deixar em nada dever a literatura do abominável, reproduzimos dentro do nosso território um pouco da história dessas décadas de incertezas. Não podemos assim, esquecer que nessa mise-en-scène somos não só expectadores mas coadjuvantes da nova ordem, e compartilhamos impotentes, para não dizer indiferentes, da derrocada da sociedade, onde a perda das utopias cantadas no coração esperançoso dos povos no final do século passado, deu lugar, no limiar do século XXI, à crítica das ilusões, ou pura e simplesmente a perda delas.

Esse texto não tem a intenção de ser a consagração do caos, nem a apologia do pessimismo, mas apenas tentar recuperar alguns pontos de referência para que os problemas essenciais e contemporâneos sejam vistos dentro de uma articulação às forças principais, aos acontecimentos, e às mentalidades.

A luta pelo "espaço vital" justifica a barbárie de práticas camufladas pelo famigerado discurso da "Soberania Nacional", ou ainda da "Auto-determinação dos povos" ou o que é ainda mais grave das conquistas das recém constituídas democracias, e revela que a demonização do outro se veste de trabalhador imigrante, judeu, muçulmano, preto, homossexual... E por que não lembrar aqui dos nossos movimentos separatistas, hoje tão em moda no país e onde o demônio é o pobre, o nortestino, o feio. Estamos pois, a reinventar a história, como prova viva de que não estamos a salvo dos fantasmas. Já tivemos, inclusive, um Hitler bem brasileiro: O Irton Marx - e para isso nem precisamos ser vizinhos da Alemanha.

Nesse aspecto, a nova ordem conseguiu uma façanha extraordinária uniformizando, não somente, os hábitos de consumo e um *modus vivendi* da população mundial, mas, e principalmente, despertando sentimentos de repúdio e negação do(s) outro(s). Um outro que compete e partilha desse mesmo espaço vital, e das possibilidades cada vez mais remotas do acesso ao emprego, às cotizações e benefícios dos sistemas de previdência social. Tudo isso, fruto de uma sociedade que não soube resolver suas contradições básicas e que ao investir no processo sistemático da modernização permanente metamorfoseou o conceito do trabalho e fez do homem um prisioneiro desse enorme cárcere que se tornou a sociedade capitalista moderna.

As variáveis que hoje ditam as regras do jogo se situam no vocabulário da produtividade, eficácia, qualidade, especialização. O homem vive à mercê de regras que são determinadas por grupos, cada vez mais reduzidos - o capital monopolístico - que compreende o capital privado, o comercial e o financeiro. De mãos dadas, eles passeiam entre o primeiro e o terceiro mundo em busca de novos espaços de reprodução. Isso numa demonstração legítima de que o capital embora apátrida acaba tendo asilo em quase todas as partes onde bate às portas. O crescente fosso entre povos ricos e povos pobres, a ascensão do racismo, o espírito da extrema direita ressuscitado, as crises econômicas persistentes e a crise ecológica deram ao mundo uma única roupagem e a sensação de que estamos todos, de uma forma ou de outra, contaminados pelo espectro do conflito. É como se a história tivesse permanecido em banho maria para chegar ao ponto no final da década de 80.

Assim constatamos que, o ano de 89 consagra o fim de uma era. Ao contrário do que atesta Fukuyama, não consagra o fim da história. Não podemos dar o atestado de óbito a um período que aconteceu diferentemente do que havia sido previsto. A queda do muro de Berlim ou a Bastille comunista, como foi batizado, se dá a meio um processo de perplexidade onde os cidadãos acreditavam assistirem a uma eclipse da razão. Um militante comunista bem expressou-se referindo-se a sua perda de referencial "eu me sinto órfão de ideal, viúvo de utopia e vazio de esperanças". Contrariando finalmente a revolução de 17 que pretendia assegurar a felicidade coletiva, com opções e possibilidades iguais para todos, criando um sistema que derrubasse inteiramente o capitalismo. Entretanto, esse foi o ponto nevrálgico do sistema que se deparou com as dificuldades de consumo, e o crescimento mercado negro e que indiscutivelmente serviu de alicerce para o grande labirinto de mudanças que (des)orientou as previsões nesses últimos anos.

O próprio Brejnev sentindo o peso das pressões tomou algumas medidas, no sentido de ampliar a oferta de bens de consumo, que exigiram um esforço adicional da economia soviética, além de mostrar aos seus parceiros/adversários comerciais uma fragilidade persistente do sistema soviético.

A perestroika surgiu numa tentativa de reestruturar o socialismo real mas dando a ele um sopro de possibilidades capaz de responder às dificuldades geradas pela crise e estagnação russa. Abrindo espaços ao mercado capitalista mundial, os dirigentes soviéticos, na figura do seu arquiteto primeiro - Gorbachev - obteriam técnicas e recursos para a modernização de determinados setores deficitários; Tudo isso regado a uma boa dose política de interesses diversos. É importante lembrar que a nova estratégia de Gorbachev visava não somente reduzir as tensões com o seu principal rival - os Estados Unidos - mas também garantir uma maior aproximação econômica com a CEE, seu vizinho próspero. Nesse sentido, o Soviet Supremo aprovou a lei de privatizações, derrotando a bancada ortodoxa, e criando para isso um ministério próprio: o da privatização. Pretendia-se com isso que, até 1995, 70% das empresas estatais passariam a iniciativa privada. Essas medidas levaram, sem sombra de dúvida, a apressar o fim do COMECON (junho de 1991) e do pacto de Varsóvia (julho de 1991). O neo-liberalismo já havia colocado um pé no continente soviético.

É sobre esse pano de fundo que tentamos entender a crise dos paradigmas, vistos aqui pelo prisma da briga do mercado com o Estado, ou a da escassez com a superprodução, ou ainda a substituição do socialismo real pela social-democracia. Não estamos rotulando os monstros do capitalismo ou os do socialismo. Estamos sim, constatando que um não engoliu o outro e que não vivemos a era das ilusões recuperadas. Ao contrário do espírito otimista dos que comemoraram o fim do comunismo, o neo-liberalismo e a economia de mercado não conseguiram, sequer, resolver os grandes problemas das sociedades desenvolvidas. Os índices de desemprego da CEE atingem em média 11% da população economicamente ativa, (20% para a Espanha e 7% nos Estados Unidos). Existe uma profunda crise do chamado "Estado de Bem Estar Social" com um agudo processo de endividamento fiscal no financiamento das políticas públicas. Isso vem sedimentar a vontade declarada de muitos dirigentes de liberar o Estado das obrigações sociais com a sociedade. Norberto Bobbio alerta para distinção entre liberalismo e liberismo, precisamente no sentido de que o regime liberal necessita de estar sintonizado com algum controle estatal que, apenas para citar alguns pontos, esteja

fundamentado em políticas salariais e financeiras capazes de regulamentar normas que o livre mercado por si só não regula.

Saimos assim do tempo da guerra fria, da bipolaridade internacional para entrarmos na área da tecnologia - a terceira revolução industrial - com a superação do taylorismo e quem sabe, até mesmo do próprio sistema fordista de reprodução capitalista. Os países se organizam em blocos e assim constituídos se voltam para estratégias de auto-suficiência energética e alimentar. A ofensiva comercial ameaça os países do terceiro mundo condenando-os ao isolamento dentro da regionalização que restou para eles. Fragmentadas e fragilizadas, essas economias subsidiárias mergulham em crises econômicas intermináveis e tentam, como podem, encontrar saídas para os seus graves problemas internos. Vemos, pois, a formação de blocos por parte de algumas dessas nações: o mercosul, o bloco asiático... que para tentar desviar da contra-mão do processo, investem em setores onde há perspectivas de competitividade, através de mecanismos que vão desde a abertura da economia até a implantação de zonas especiais do tipo: zonas francas, zonas de processamento de exportação (ZPE) ou zonas livres.

As repercussões econômicas e políticas das várias modificações ocorridas no cenário mundial, nesses últimos anos, desempenharam um papel determinante nas relações internacionais dos países do terceiro mundo e deram lugar a acontecimentos semelhantes, na sua essência, aos que aconteceram em outros lugares do mundo. Não precisamos para tanto estar em frente ao muro de Berlim, ou na Praça Celestial de Pequim, ou ainda na Bósnia.

O Brasil tem o seu próprio cenário do horror, agravado com os acontecimentos dos últimos anos, que vai desde a fome persistente que dorme e acorda com 50 milhões de brasileiros, matando em silêncio e homeopaticamente milhares de indivíduos todos os dias, até a violência construída, planejada que define os limites e os espaços. E aí a nossa gama de ofertas é interminável: temos os grupos de extermínio que matam na surdina e os meninos de rua que amanhecem mortos. O espetáculo da morte não para o funcionamento do país. Elas são digeridas pela sociedade com o surgimento de outras mortes. Afinal a violência não espera: hoje ela ataca um ônibus de torcedores, depois adolescentes que voltam da praia, amanhã pode ser qualquer um de nós atingido por uma bala perdida.

Neste final de século nos resta um sentimento de melancolia que invadiu um pouco cada um de nós. Vivemos uma era de grandes questionamentos, pela perda dos referenciais tradicionais.

O fim das ideologias não pode, nem deve, por o destino da humanidade única e exclusivamente nas mãos do sistema capitalista. Como se sabe o capital não tem pátria, nem alma. A sua lógica se nutre da sua necessidade crescente de reprodução e manutenção/aumento das taxas de lucros. É ingenuidade e burrice acreditar que apostando numa recuperação dos desequilíbrios da sociedade, o capital abre mão do seu objetivo maior. O nosso grande inimigo a pós-modernidade nos ofereceu de presente: a tecnologia. Como rolo compressor o progresso da ciência modificará o curso da história, balançando a ideologia, os sistemas de governos e os processos produtivos. Como legado deixou o homem reduzido a sua condição de homo faber, que ao contrário da sensação libertária que o trabalho significou no final do século passado, está hoje atrelada a velocidade do avanço técnico que fragiliza, a passos de gigante, a importância do indivíduo quando máquina à automação, a robotização, a informatização.

Com a perda dos paradigmas, o homem olha ao redor e joga suas esperanças nas promessas de felicidade rápida, que podem estar nos paraísos artificiais, nas práticas esotéricas e porque não falar nas igrejas do reino de Deus que garantem um céu na terra ou além desta, para todos?.

UMA APRECIÇÃO CRÍTICA DO PLANO DIRETOR DE NATAL

*István Imre László Árbocz**

* Professor Adjunto IV da UFRN-CCSA/DEPEC. Geógrafo. Consultor de Organização

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 53-70, jul./dez. 1994

UMA APEREÇIAÇÃO CRÍTICA DO PLANO DIRETOR DE NATAL

José Carlos de Azevedo

Professor Adjunto IV de Física (Especialidade Física) Instituto
de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Vivência Natal, v. 8, n. 2, p. 33-40, jul./dez. 1994

1. O REFERENCIAL CONCEITUAL PARA A ANÁLISE CRÍTICA

1.1. Definições Constitucionais

O quadro constitucional vigente, estabelecido entre 1988 e 1990¹, modificou substancialmente a capacidade de atuação e a posição institucional do Município, do poder público local.

A capacidade de atuação do Município foi reforçada, principalmente, pela maior dotação de recursos tributários. Um elemento importante desta reforma consistiu no fato de que as transferências de receitas tributárias da União (IPI, IR, ITR) e dos Estados (ICMS, IPVA) pertencem ao Município e sua utilização não pode ter nenhum condicionamento obrigatório, a não ser aqueles estabelecidos na Constituição.

A posição institucional do Município, a sua autonomia política e administrativa, foi reforçada pelo reconhecimento constitucional (artigo 1º da Constituição da República) de ser um dos membros que, pela sua união indissolúvel, formam a República Federativa do Brasil e, em consequência, ter suas relações com os outros membros - a União, os Estados, o Distrito Federal - regidas estritamente pelos termos constitucionais, caracterizados pela cooperação, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional (artigo 23, parágrafo único da Constituição da República). Assim sendo, o Município foi emancipado da secular tutela exercida pelos Estados (antes Províncias) e pela União (antes Império).

Esse reconhecimento ampliou não só o espaço, mas também a liberdade de atuação do Município, como responsável pela formulação e realização da política de desenvolvimento urbano com os objetivos de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (artigo 182 da Constituição da República). Nestes termos, o poder público local tem um papel promotor e coordenador do desenvolvimento local (municipal) onde, em última instância, se efetiva, se concretiza o processo nacional e regional de desenvolvimento.

Além disso, o poder público municipal, especialmente nas cidades maiores, constitui um ator social relevante na configuração da cidade e de todo o município, na medida em que, como representante da população, desempenha os papéis de (i) formulador e condutor do projeto hegemônico da cidade, (ii) solucionador dos problemas e mediador dos

¹ Com a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), das Constituições estaduais (1989) e das Leis Orgânicas Municipais (1990).

conflitos aí existentes, e (iii) prestador de bens e serviços de caráter local (educação pré-escolar e fundamental, assistência médica preventiva, etc.). E ocupa essa posição de forte interferência na realização cidadina (urbana) pela sua maior capacidade de mobilização de recursos políticos (poder e influência), recursos econômicos (orçamentários e extra-orçamentários), recursos cognitivos (conhecimentos) e recursos organizacionais (ação coletiva estruturada e legislação).

O exercício dessa nova missão institucional da Prefeitura Municipal (poder público local) - de dirigir o processo de desenvolvimento local, de coordenador e articulador da ação dos atores sociais atuantes na cidade - tem como instrumento básico o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes (artigo 182 parágrafo único da Constituição da República).

Em outros termos, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, cujo objetivo é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Expressa também as exigências fundamentais de ordenação da cidade. Assim, trata de explicitar de modo adaptado às circunstâncias locais os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil^(*):

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

1.2. A Concepção de Cidade e do Urbano

Essa explicitação constitucional dos objetivos da política de desenvolvimento urbano revela a necessária abrangência do Plano Diretor, pela conceituação implícita do "urbano", da cidade. Nesses termos, o "urbano", a cidade, não pode ser traduzido (interpretado) como de costume, de maneira reducionista, correspondendo ao espaço urbano, à configuração urbanística e arquitetônica, ao aspecto físico-territorial da cidade, ao uso do solo. O "urbano", a cidade, não é uma parte, um segmento da realidade cidadina, mas corresponde à sua globalidade.

(*) Artigo 1º da Constituição da República.

O urbano, a cidade, constitui um tipo específico de configuração do sistema societal, historicamente determinado, uma forma particular de organização da sociedade num dado espaço, expressão do grau de complexidade da vida dos homens-em-sociedade.

A cidade é uma criação social relativamente recente na história dos homens. A sua evolução é moldada pelo processo de diferenciação das relações sociais entre as classes, através da divisão social do trabalho, decidindo a forma como a cidade, e o campo, se desenvolvem e se interrelacionam. A bipolaridade cidade e campo, a multipolaridade entre as cidades de uma rede urbana, as funções de uma cidade num sistema regional, as interações entre os bairros da cidade, constituem apenas um efeito secundário, um momento segundo, do processo básico de diferenciação da sociedade de classes, das relações sociais de classes, intra e inter-nacionais.

A cidade moderna é uma criação da sociedade industrial capitalista, no quadro de uma dada divisão internacional do trabalho, num processo de sobredeterminação da cidade pré-existente - tradicional, medieval, mercantil, colonial. A cidade torna-se, por ser a sociedade industrial necessariamente um fenómeno urbano, o centro de formação e acumulação do capital, de concentração e contínua modernização das atividades produtivas, o "locus" das elites dominantes - numa composição essencialmente multifuncional e pluralista. Em assim sendo, além do potencial de revolucionar a sociedade, a cidade tem o potencial de reorganizar o espaço (a região) em que está situada, com profundas repercussões na vida das pessoas que abriga, alicia ou recusa, pelo caráter contraditório, excludente, conflitivo, heterogêneo do desenvolvimento capitalista.

A cidade, no entanto, não constitui uma totalidade, não contém em si o sentido e o significado dos seus elementos componentes, das suas relações e da sua articulação em tipos diferenciados. A cidade, como produto das relações sociais que, à medida que tem uma dimensão espacial, "polarizam" o sistema social, é o que precisa ser explicado, e não de onde se deve partir.

Em qualquer situação e em qualquer época, a cidade se define (configura) exclusivamente em função das formas de vida, do sistema de relações sociais características da sociedade contingente. A sua dinâmica evolutiva decorre, simultaneamente, (i) da determinação do futuro (finalidade) contido na prática (nas estratégias) dos atores sociais construtores da sociedade e (ii) do condicionamento da prática social pretérita internalizada na vida dos homens-em-sociedade e nas formas

urbanas. Isto é, ao mesmo tempo, resultado e condicionante^(*) das relações sociais, do processo básico da contínua construção/reconstrução transformadora da sociedade de classes.

1.3. A Concepção de Planejamento

A construção/reconstrução transformadora de uma sociedade, o seu desenvolvimento, é reveladora de uma lógica, mas não é portadora de uma necessidade. A história real das sociedades reais não segue o itinerário previamente traçado de um desenvolvimento necessário, nem a evolução cheia de acasos e de necessidades de um patrimônio genético.

O movimento histórico real das sociedades opera-se por efeito de uma combinatória aberta, de uma história aberta, dependente da ação interativa dos distintos atores sociais² - partidos políticos, sindicatos, Igrejas, personalidades públicas, associações empresariais, órgãos públicos, movimentos sociais, etc. -, cada um dos quais tem propostas de atuação distintas, tem diferentes possibilidades de ação em virtude de controlar uma proporção diferente das variáveis relevantes no sistema societal dado, tem capacidades distintas de governo, de gerar e controlar ações e efeitos.

A ação social (prática) intencional e reflexiva dos distintos atores sociais na criação/recriação transformadora da sociedade, das relações sociais constituintes da cidade, é direcionada por um cálculo racional interativo em que se reconhece o "OUTRO" no sistema societal, forças sociais que tem projetos contraditórios/complementais entre si. Projetos que são o resultado criativo e imaginativo de juízos estratégicos, que não seguem "leis".

A efetivação de um dado projeto social não depende apenas de seu conteúdo propositivo, nem só da governabilidade do sistema societal tida/adquirida pelo ator societal pertinente, mas, dadas estas duas condições, é definida pela capacidade de gestão, de governo do ator social pertinente. Uma das variáveis mais importantes na determinação

(*) Condicionantes principalmente pelo espaço urbano como expressão e cristalização de práticas (ações) sociais pretéritas.

2 Atores sociais são forças sociais e personalidades que controlam centros de poder. Estes centros de poder muitas vezes se formalizam como instituições. As forças sociais existem na medida em que representam e organizam uma parte da população (classes ou segmentos sociais) em torno de objetivos comuns. Deste modo, as forças sociais se constituem também como centros de poder e são uma intermediação entre a população e as instituições (especialmente as públicas). Mas, há instituições que se constituem como forças sociais, como as Igrejas e as Forças Armadas.

da capacidade de governo é o domínio de um adequado instrumental de planejamento (concepção, técnicas) para entender e enfrentar os problemas da realidade.

No seu contexto mais geral, o planejamento é sempre um instrumento empregado pelo homem (indivíduo, em sociedade) para decidir sobre o futuro desejado para a sua realidade, estabelecendo e orientando as ações que serão desenvolvidas para transformar a situação existente naquela direção e sentido (o estado desejado), em constante interação com a realidade societal contingente, com o entrechoque cooperativo/conflictivo dos projetos (estratégias) dos diferentes atores sociais em luta pela consecução dos seus objetivos e na defesa dos seus interesses próprios.

Neste sentido, a relação e diferenciação entre planejamento e ação transformadora, entre reflexão crítica e ação coletiva, representa um caso particular da relação geral entre teoria e prática, os quais, por mais dicotomizados que pareçam em nosso imaginário ingênuo, são necessariamente indissociáveis, embora distintos, enquanto ato humano e, portanto, social.

Toda prática, como atividade que se desenvolve de acordo com finalidades, finalidades que se sujeitam ao curso da própria atividade prática, exige uma certa atividade teórica, como explicitação de objetivos, que prefiguram idealmente o resultado real que se pretende obter, e como elaboração de conhecimentos sobre a realidade-objeto, sem os quais tais finalidades (objetivos) nunca poderiam realizar-se.

Toda teoria, como atividade consciente explicitadora de finalidades (objetivos), realidades futuras (desejadas) ainda inexistentes, implica a exigência de realização, implica a prática. As finalidades (objetivos) são expressões de necessidades sociais e humanas que só se satisfazem atingindo-se os resultados reais, que aquelas prefiguram ou antecipam, através da prática (ação coletiva). Nesse sentido, a teoria (como o planejamento) é causa da ação e determina - como futuro desejado, como ideal, como conhecimento (prospectivo) do real, como possibilidade - os atos presentes, a ação coletiva dos atores sociais, de cada ator social.

1.4. A Concepção de Planejamento Urbano e do seu Objeto

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano se constitui em uma expressão fundamental dessa concepção de planejamento, por várias razões. Em primeiro lugar, por constituir o projeto referencial do desenvolvimento e da expansão da cidade, estabelecendo as orientações

normativas (objetivos, políticas) e estratégicas (linhas viáveis, prioridades e diretrizes de ação) direcionadoras da ação dos diversos atores sociais da cidade, em especial da Prefeitura Municipal. Em segundo lugar, por normatizar e regulamentar as relações sociais dos vários atores sociais no processo de construção/reconstrução e apropriação da cidade (especialmente do ponto de vista urbanístico e físico-territorial). Em terceiro lugar, pelo fato de seu processo de elaboração, conduzido pela Prefeitura Municipal, necessariamente envolver os outros atores sociais cidadãos^(*) e, assim, gerar um compromisso mais efetivo de cumprimento de suas determinações.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, como expressão fundamental dessa concepção de planejamento, deve fundamentar-se numa concepção da cidade, do urbano, que, considerando-a em toda a sua complexidade, possibilite a formulação coerente e integrada de orientações normativas e estratégicas para a atuação, dos diferentes atores sociais de acordo com a nova missão institucional de direção do processo de desenvolvimento local, do desenvolvimento e da expansão urbana pela Prefeitura Municipal.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano deve fundamentar-se, conseqüentemente, em um modelo conceitual que permite recolher os elementos e relações necessárias à representação e à compreensão da cidade em toda a sua complexidade relacional.

Neste sentido, a cidade deve ser concebida como uma globalidade, uma configuração espacial típica constituída pela interpenetração imbricada das práticas sociais que constituem os níveis econômico, político e cultural-ideológico da realidade societal, simultaneamente aspectos particulares das demais práticas sociais. Assim sendo, a cidade apresenta-se como uma cristalização explicitadora das características peculiares e próprias da sociedade capitalista no seu todo.

O nível econômico, correspondendo ao conjunto das práticas e estruturas sociais relativas à produção, distribuição e consumo dos meios materiais (valores de uso - valores de troca), da vida material da sociedade, da cidade, tem por finalidade assegurar a sobrevivência material dessa mesma sociedade, da cidade. Sua realização implica a utilização dos meios materiais - a tecnologia e os objetos de trabalho. É a esfera das relações sociais de produção e de propriedade, de exploração e de distribuição.

(*) Atendendo à determinação de "cooperação das associações representativas no planejamento municipal" (artigo 29 item X da Constituição da República).

O nível político, correspondendo ao conjunto das práticas e estruturas sociais relativas à organização da vida dos homens-em-sociedade, tem por finalidade garantir a manutenção/transformação da sociedade, da cidade, inclusive da ordem (jurídico-legal) e do tipo de sistema econômico existente. Sua realização implica a conquista, o exercício e a manutenção do poder. É a esfera das relações sociais de poder e de influência, de governo e de organização, de domínio e de libertação.

O nível cultural (ou ideológico), correspondendo ao conjunto das práticas e estruturas sociais relativas à geração e difusão dos conhecimentos, representações e significações da vida dos homens-em-sociedade, tem por finalidade o entendimento e a aceitação/crítica (ratificação/substituição) da sociedade tal qual é. Sua realização implica a consideração de conjuntos de relações - a ciência, a religião, a arte - e instrumentos - as escolas, os meios de comunicação social - muito peculiares. É a esfera das relações sociais de comunicação, de discurso, de diálogo, de hegemonia, de autonomia.

O espaço urbano, socialmente constituído na sua configuração típica, corresponde ao conjunto organizado de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e constituídas em significações e símbolos pelas práticas cultural-ideológicas. Como parte da dinâmica social, o espaço urbano é ao mesmo tempo um fato físico e um fato social. Como elemento físico, o espaço urbano condiciona as ações sociais, impondo restrições à sua realização, pela sua característica típica de inércia, de sua permanência no tempo, ultrapassando inclusive o período de existência de sociedades concretas. Como elemento social, o espaço transformado tem o papel fundamental de ser o criador/recriador material de uma ordem social, porquanto a base territorial, a configuração urbanística e arquitetônica e os objetos de consumo constituem o marco material da vida dos homens-em-sociedade. Como tal, coloca os problemas elementares enfrentados pelos homens em sua vida cotidiana e proporciona um nível operacional para as práticas integradoras dos processos sociais pelo Estado, dando coesão ao funcionamento do global social, a cidade.

A concepção deste global social, a cidade, expressão de uma totalidade que lhe dá sentido e significação, a sociedade contingente, das relações sociais que lhe são características, implica a consideração da forma em que "polariza" o sistema social, das funções que em consequência exerce no sistema regional constituído, como um aspecto fundamental para o entendimento da sua realidade e o planejamento da ação coletiva construtora/reconstrutora exercida pelos diversos atores

sociais cooperantes/conflitivos deste processo e autores, coletivamente, do resultado, a sociedade, a região, a cidade.

2. A ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DIRETOR DE NATAL

2.1. O Plano Diretor de Natal

O Plano Diretor de Natal, conforme o projeto discutido e aprovado pela Câmara Municipal de Natal, trata da "política de desenvolvimento urbano do Município bem como de orientação do desempenho dos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão do espaço urbano" (artigo 1º da Lei Complementar nº 07 de 07/08/94) e tem a seguinte estrutura:

Título I: Da Estrutura Urbana

Título II: Do Uso e Ocupação do Solo

Título III: Da Política de Transportes e Sistema Viário

Título IV: Dos Instrumentos para a Gestão Urbana

Título V: Do Sistema de Planejamento e Gestão Urbana

Título VI: Das Disposições Gerais e Transitórias

Anexos: Mapas e Quadros

No Título I: Da Estrutura Urbana, são estabelecido os objetivos do Plano Diretor^(*), as diretrizes da política de desenvolvimento urbano e as definições adotadas no texto da lei³.

No Título II: Do Uso e Ocupação do Solo são estabelecidas (e delimitadas) o Macrozoneamento da cidade e as Prescrições Urbanísticas de sua ocupação, inclusive para garantir a ocupação do solo de forma adequada às características do meio físico, bem como garantir o equilíbrio climático da cidade.

Todo o território do Município de Natal é considerado Zona Urbana, sendo dividida em Zonas Adensáveis (de dois tipos) e Zonas de Proteção Ambiental (de preservação e de conservação), além das Áreas

(*) Na verdade, da política de desenvolvimento urbano do Município.

³ Definições de Zonas, Área Especial, Área Edificada ou Construída, Área Líquida, Área Útil, Densidade Líquida, Densidade Básica, Coeficiente de Aproveitamento, Coeficiente de Aproveitamento Básico, Estoque de Área Edificável, Adensamento, Zona Adensável, Taxa de Impermeabilização, Taxa de Ocupação, Recuo, Lote Padrão, Favela, Comunidade Carente, Vila, Habitação de Interesse Social, Sistema Viário Principal.

Especiais (de Controle de Gabarito, de Operação Urbana e de Interesse Social).

As Prescrições Urbanísticas referem-se ao estabelecimento da Densidade Básica Residencial (fixada em 180 habitantes/hectares para todos os terrenos contidos na Zona Urbana), do Coeficiente de Aproveitamento Básico para usos não residenciais (fixado em 1,8 para todos os terrenos contidos na Zona Urbana), dos Estoques de Área Edificável para todos os bairros da cidade, dos critérios e condições da outorga onerosa para uso e ocupação do solo (inclusive das formas de pagamento e utilização dos recursos daí originários), das diretrizes para planejamento e execução das intervenções nas Áreas de Operação Urbana e nas Áreas Especiais de Interesse Social, das Taxas de Ocupação, de Impermeabilização e dos Recuos a vigorar em toda Zona Urbana de Natal, das regras para parcelamento. São definidos também os usos e suas localizações, e os Empreendimentos de Impacto, com os critérios para sua análise e aprovação pelo poder público.

Algumas dessas medidas, como o critério da isonomia para uso e ocupação do solo, o zoneamento por intensidade de ocupação, a outorga onerosa, o tratamento diferenciado para áreas especiais, a multiplicidade de usos em todo o espaço urbano (limitado apenas pelo estoque de área edificável e os usos passíveis de análise e a autorização especial do CONPLAM) representam a adoção de orientações novas, em acordo com as disposições constitucionais vigentes, permitindo uma maior atuação da Prefeitura Municipal na configuração urbanística da cidade e representam o reconhecimento da atuação de outros atores sociais nesse processo de construção/reconstrução da cidade, quando anteriormente apenas o poder público agia soberanamente, ou melhor, parecia que agia.

No título III: Da Política de Transportes e Sistema Viário, são estabelecidas as diretrizes do Sistema de Circulação e Transporte na cidade de Natal, além de definir a categoria e a hierarquização das vias constituintes do seu Sistema Viário: as Vias Estruturadoras (de penetração e de articulação), as Vias Coletoras (de distribuição e de apoio), as Vias Locais (as que servem como itinerário de transporte coletivo e as que são usadas para acesso direto a áreas residenciais, comerciais ou industriais) e as Vias Especiais (que atendem a deslocamentos específicos, tais como para pedestre, bicicletas, etc.). O quadro 3, anexo à Lei, relaciona nominalmente as vias constantes do Sistema Viário Principal de Natal e suas respectivas categorias.

No Título IV: Dos Instrumentos de Gestão Urbana, são estabelecidos os critérios e procedimentos da gestão do Fundo de

Urbanização (criado na lei) e dos principais instrumentos de gestão urbanística, como sejam a Administração dos Estoques de Área Edificável (ou da outorga onerosa), da Transferência do Potencial Construtivo, do Imposto Territorial Urbano progressivo, do Parcelamento ou Edificação Compulsórios e do Consórcio Imobiliário (em Área Especial de Interesse Social).

O Título V: Do Sistema de Planejamento e Gestão Urbana, estabelece o elenco e a hierarquia dos órgãos singulares e colegiados do sistema de planejamento urbano, com suas respectivas atribuições, além de definir as diretrizes para a ação articulada com os Governos federal, estadual e de outros municípios.

O Título VI: Das Disposições Gerais e Transitórias, estabelece as normas e diretrizes do Plano Diretor, principalmente mediante a fixação de um calendário de adoção progressiva de determinadas normas, e mais especificamente no que se refere aos processos arquitetônicos e urbanísticos em exame ou a serem apresentados e à regulamentação e complementação do Plano Diretor.

2.2. A Análise Crítica do Plano Diretor de Natal

a) À Luz dos Princípios Constitucionais

O Plano Diretor de Natal, como expressão da intenção de governo da cidade, demonstra o seguimento do reforço da capacidade de atuação (governo) do Município pelo reconhecimento da ação de outros atores sociais no processo de construção/reconstrução da cidade, que deve ser coordenada e articulada, em outros termos governada e dirigida pelo Poder Público Municipal para assegurar o bem-estar dos habitantes da cidade e ordenar o pleno desenvolvimento das suas funções sociais. Em conformidade com isso o Plano Diretor estabelece não só os critérios e instrumentos de gestão urbana mas também constituição e as atribuições do CONPLAM - Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

Outrossim, no entanto, na medida em que delimita o espaço de intervenção do Plano Diretor, e os seus objetivos, ao espaço urbano, isto é, físico-territorial e arquitetônico-urbanístico^(*), este instrumento básico de orientação da atuação governamental e pública local não abrange todo o espaço de atuação possibilitado para o Município pela Constituição da República (ver item 1.1.). Neste sentido, ao contrário dos instrumentos

(*) Sintomaticamente o Plano Diretor não fala de aspectos que não se refiram ao físico-territorial ou urbanístico-arquitetônico.

de gestão urbana, constitui uma perspectiva tradicional, na continuidade simplesmente dos antigos quadros constitucionais.

b) À Luz da Concepção da Cidade e do Urbano

A restrição do campo de intervenção e dos objetivos do Plano Diretor de Natal é, também, consequência da adoção de um conceito do "urbano", da cidade, que podemos chamar de reducionista, correspondendo (ver pg. 3) à configuração urbanística e arquitetônica, ao aspecto físico-territorial da cidade, ao uso do solo. O termo emblemático é "espaço urbano", repetitivamente usado no Plano Diretor de Natal.

Nesta concepção, o "urbano", a cidade, é uma parte, um segmento da realidade cidadina conforme conceituado no item 1.2. (A Concepção da Cidade e do Urbano), não correspondendo à globalidade do fenômeno urbano, da cidade, nem possibilitando a sua consideração em toda a sua complexidade relacional, tanto em termos societais como regionais.

Sintomaticamente, o Plano Diretor de Natal não tem nenhuma referência a aspectos da realidade cidadina referentes aos níveis econômico, político e cultural-ideológico, nem no que se refere à sua globalidade, mas apenas considera a cidade como o espaço urbano, como elemento físico, que condiciona as ações sociais, impondo restrições à sua realização, mas não pode, por isso mesmo, induzir mudanças sociais, da sociedade cidadina.

c) À Luz da Concepção do Planejamento

O Plano Diretor de Natal restringe a sua consideração do Sistema de Planejamento Urbano apenas aos seus aspectos organizacionais, o que dificulta uma análise mais consistente.

No entanto, nos elementos apresentados ressalta a limitação da participação da sociedade civil (dos atores sociais) construtora/reconstrutora da cidade no processo decisório (de planejamento) da cidade (isto é, do urbano) apenas pela sua pertença ao CONPLAM. Embora cite de passagem o Conselho de Representantes a Lei do Plano Diretor não prevê a sua participação no Planejamento Urbano (arquitetônico-urbanístico e físico-territorial) da Região Administrativa, não lhe prevendo atribuições nesse campo. No que se refere aos órgãos de Planejamento Descentralizados o Plano Diretor apenas prevê as atribuições daqueles localizados nas Regiões

Administrativas, mas não fala em órgãos colegiados como o Conselho de Representantes Local.

No entanto, a Exposição de Motivos que encaminhou a mensagem do Projeto de Lei do Plano Diretor indica, embora muito veladamente, algumas das características do planejamento urbano adotadas para a implementação do Plano Diretor.

Afirma-se aí que "na concepção tradicional do planejamento urbano, a formulação dos planos correspondia à idealização de um projeto de cidade do futuro, que seria executado ano a ano, até chegar a um produto final - modelo da cidade desejada". E o ator social, único desse processo construtivo/reconstrutivo da cidade era o poder público municipal mediante inversão em transporte, sistema viário, infraestrutura, equipamentos públicos e do controle sobre a ação dos agentes privados, através do uso do solo, sobretudo pelo zoneamento.

Esta concepção dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado - PDDIs, dos anos 60 e 70, que é a concepção do Plano Diretor anterior de Natal (Lei nº 3.175/84), "por não considerar os diversos agentes produtores [do espaço urbano] no processo de elaboração e implementação, [...] não teve condições de exercer o controle que o mesmo requeria, nem de acompanhar a dinâmica do crescimento do crescimento da cidade".

"Diante disto a partir da produção de um novo quadro jurídico institucional [...] vem a tona a oportunidade de revisão das formas e conteúdo do planejamento, na medida em que a luta pela reforma urbana leva para o centro do debate temas como o da função social da propriedade, da justa distribuição dos bens e serviços urbanos, da gestão democrática e da recuperação ambiental da cidade. [...] Este novo Plano Diretor tem por campo de intervenção o espaço urbano concreto real, sendo instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município e tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (art. 182 da Constituição Federal, - 1988). Isto significa dizer que, ele trata de prover o espaço urbano de condições para o pleno desenvolvimento das atividades que lhe são pertinentes, como: unidades de produção, a circulação, a moradia, o comércio, serviços e instituições públicas, assegurando o bem-estar de toda a população". (Ver Exposição de Motivos).

Em outros termos, o Plano Diretor pretende substituir a concepção de planejamento urbano dominante nos anos 60 e 70, calcada em pressupostos de base tecnocrática e de centralização do poder político e econômico, que pretende concretizar a concepção da cidade ideal,

pensada a partir de um modelo de cidade UNO, sem conflitos e harmônica, através exclusivamente da ação do poder público municipal, tendo como instrumento urbanístico único o zoneamento.

A concepção de planejamento preconizada, implicitamente, pelo Plano Diretor incorpora a noção de que a cidade é fundamentalmente o lugar de conflitos, o resultado e a resultante da interação conflitiva, excepcionalmente cooperativa, de uma variedade de atores sociais, com poder e capacidades de ação desiguais, cuja atuação é regulada pelo processo de desenvolvimento, planejamento e gestão da cidade (isto é, o urbano) através de um tratamento igualitário do cidadão urbano, enquanto responsável pelas ações que definem o processo de evolução urbana.

Em outras palavras, substituiu-se o modelo "normativo" de planejamento urbano, determinístico, impositivo, por um modelo de planejamento que podemos chamar de "relacional", que reconhece a existência de diversos atores sociais, que procura regular a sua interação através da definição de regras de jogo, inclusive de planejamento, comuns a todos. No entanto, essa concepção nova, não elaborada e formulada completamente(*), especialmente nos seus elementos conceituais, finalísticos e processuais, jogou fora com "a água suja", a velha concepção, um elemento fundamental, do planejamento, a sua dimensão "normativa", "o bebê".

Sem uma direcionalidade definida, que dê um rumo e um sentido ao processo de planejamento "relacional", melhor dizer "situacional", à ação local planejada, (pelo futuro desejado que contém, pelo projeto de sociedade, de cidade a construir que contempla), o planejamento indicado pela Lei do Plano Diretor pode tornar-se errático, pode ser uma institucionalização do "laissez faire" entre os vários atores construtores/reconstrutores da cidade do Natal, com poderes muito desiguais. Será que o resultado desse processo interativo corresponderá à cidade desejada pelos habitantes de Natal? No bojo do amplo e longo debate sobre o Plano Diretor esse elemento direcionador fundamental - qual é a cidade de Natal que queremos? - foi desconsiderado, foi escamoteado por conta de uma concepção incompleta, errônea, da atividade do planejamento. E isto em função de uma crítica pertinente, mas desfocada, do processo de planejamento anteriormente utilizado no planejamento urbano.

Outrossim, como já foi referido no item anterior (2.2.b), o objeto do planejamento urbano é concebido de forma restritiva, não abrangendo a visão do "urbano", da cidade, todos os elementos e suas relações constituintes, da complexidade relacional que é a cidade (ver itens 1.2. e

1.3.). Essa restrição do campo de análise e do campo de intervenção do planejamento urbano (= da cidade), determinada pela adoção de uma concepção restritiva da cidade, também se relaciona ao fato de não se considerar a dimensão "normativa" do planejamento da cidade como um elemento imprescindível do planejamento urbano, e, conseqüentemente, não se estabelecer as diretrizes orientadoras do seu processo de construção/reconstrução, que vinculassem as ações de todos os atores sociais, mas apenas algumas regras de regulação do jogo social entre os diversos atores sociais constituintes da cidade do Natal.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia utilizada na elaboração do presente trabalho é a que está relacionada abaixo. Ressalte-se que para não interromper a fluidez do texto e da argumentação não se faz ao longo do mesmo a remissão das citações feitas.

- * BARRIOS, Sonia - "A Produção do Espaço", in "A Construção do Espaço", pgs. 1/14, de Maria Adélia Aparecida de Souza & Milton de Almeida Santos (Orgs.). Livraria Nobel, São Paulo, 1986.
- * FOSSAERT, Robert - "A Sociedade. Tomo I: A Teoria Geral". Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.
- * MATUS Romo, Carlos - "Adeus, Senhor Presidente: Planejamento, Anti-planejamento e Governo". Litteris Editora, Recife (PE), 1989.
- * MINEIRO, Fernando (Org.) - "Ensaio sobre Política Urbana e Plano Diretor". UFRN/CCHLA, Natal (RN), 1993.
- * PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL - Lei Complementar nº 07 de 05/08/1994.

BIBLIOGRAFIA

- de "Políticas de Saúde" (Org. de S. Paulo, 1977), p. 11.
- ... de saúde, especialmente a saúde da mulher, e a saúde da criança.
- A bibliografia encontra-se no anexo de presente trabalho.
- ... e a saúde da mulher, e a saúde da criança.
- ... e a saúde da mulher, e a saúde da criança.
- * HARRIS, Joan - "A Política de Saúde" in "A Condição da Saúde" por V. de Menezes e A. Azevedo de Souza. A. Mello, de Almeida Souza (Org.), Livraria Nobel, São Paulo, 1980.
- * FOSSEBT, Robert - "A Sociedade Tem a Sua Saúde", Zahar, Editora, Rio de Janeiro, 1979.
- * MATUS ROMO, César - "Atlas Saúde Pública Brasileira: Análise, Planejamento e Governo", Editora Rio de Janeiro, 1982.
- * MINHEIRO, Fernando (Org.) - "Tendências da Saúde Urbana e Plano Diretor", IRMOCCHI, A. Nery, (Ed), 1981.
- * PREFEITURA MUNICIPAL DE RAYAL - "Os Componentes nº 01" de 05/08/1984.

... (transcrição de um texto acadêmico, muito deslegível devido à baixa qualidade da imagem)

2 - A METODOLOGIA DE LAKATOS: II - ESTILÍSTICA

2.1 - Definição programática de **A ESTILÍSTICA À LUZ DA**

METODOLOGIA DA PESQUISA

... (transcrição de um texto acadêmico, muito deslegível)

Maria de Lourdes Oliveira
UFRN/DLET

Luiz Gonzaga de Oliveira Filho
UFRN/DLET

3 - Programa de pesquisa "Estilística"
LAKATOS, 1979 - metodologia de pesquisa em pesquisa
... (transcrição de um texto acadêmico, muito deslegível)

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 71-78, jul./dez. 1994

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de natureza exploratória, cujo objetivo principal é investigar a percepção dos professores de História em relação à prática pedagógica desenvolvida em sala de aula. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, baseada nos dados coletados através de entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicam que os professores percebem a prática pedagógica como um processo contínuo e dinâmico, que envolve a interação entre o professor e o aluno. A pesquisa também aponta para a necessidade de uma formação continuada dos professores, visando à melhoria da qualidade do ensino de História.

A ESTILÍSTICA À LUX DA METODOLOGIA DA PESQUISA

Marcelo de Moraes Oliveira
UNIRIO

Luiz Roberto de Oliveira Filho
UNIRIO

1 -INTRODUÇÃO

Observa-se, freqüentemente, a perplexidade dos que se iniciam nos estudos de **Estilística**, pela ausência de pontos comuns entre as várias concepções a que têm acesso. Desde a afirmação de seu estatuto (é ou não é ciência), passando pelo seu objeto (estuda o estilo ou o exclui), até a definição de seus objetivos (atingir o étimo espiritual da obra literária ou sistematizar os recursos expressivos de uma língua) tudo é absolutamente controverso. É quase impossível entender a estilística se não houver o conhecimento de que há duas correntes básicas - **estilística da língua** e **estilística literária** - com fundamentos, objetos de estudo e metodologias bem diversas. A questão que nos propomos examinar aqui é a possibilidade de incluir-se - ou não - a estilística num **programa de pesquisa científica**. Tomaremos as noções básicas de LAKATOS, 1979.

2 - A METODOLOGIA DE LAKATOS E A ESTILÍSTICA

2.1 - Definindo *programa de pesquisa científica*

Para o [falseacionista] sofisticado uma teoria só será aceitável ou científica se tiver um excesso corroborado de conteúdo empírico em relação à sua predecessora (ou rival), isto é, se levar à descoberta de fatos novos (LAKATOS, 1979:141).

Esse *excesso de conteúdo corroborado* é crucial para LAKATOS. Ele entende que não seja possível avaliar, *ipso facto*, teorias isoladas, mas somente *séries de teorias*, uma vez que, para estimar a espécie de mudança produzida, a teoria tem de ser julgada juntamente com suas predecessoras (cf. p.144), para que se determine se a sucessão das teorias em questão é científica ou não. Salienta:

Mas os elementos dessa série de teorias costumam estar ligados por notável continuidade, que os solda em programas de pesquisa (id.ib.).

2.2.1 - Programa de pesquisa saussuriano

LAKATOS, 1979, estabelece uma metodologia dos programas de pesquisa científica:

a) continuidade:

Do ponto de vista da pesquisa científica, a escola saussuriana (representada principalmente por CHARLES BALLY) e a escola idealista (cujo expoente maior é LEO SPITZER) são absolutamente distintas: BALLY, ao estudar o *conteúdo afetivo da linguagem*, tomando por base a relação entre esta e o pensamento, quer *sistematizar* os recursos expressivos de uma língua; Spitzer procura anular a divisão entre o estudo da língua e o da literatura: através da análise do estilo individual, visa a estabelecer uma correlação entre as propriedades estilísticas de um texto e a *psiquê* do autor. A noção de *continuidade* que, segundo o autor, lembra a *ciência normal kuhniana* (p.161), faz-nos, desde já, separar as duas correntes estilísticas, principalmente ao considerarmos sua explicação:

Essa continuidade se desenvolve de um autêntico programa de pesquisa esboçado a princípio. O programa consiste em regras metodológicas; algumas nos dizem quais são os caminhos de pesquisa que devem ser evitados (heurística negativa), outras nos dizem quais são os caminhos que devem ser palmilhados (heurística positiva) (id., p.162).

Parece lógico ver a *estilística* de BALLY como parte do programa de pesquisa cujos fundamentos científicos devemos a SAUSSURE. Ou seja, ela assume todo o lastro em que se apóia a *lingüística stricto sensu*, inclusive as famosas dicotomias. E além de ter tanto *conteúdo não-refutado quanto a sua predecessora, prediz fatos novos*. Significa dizer que a *estilística*, em certo sentido, dá *continuidade* ao programa de pesquisa saussuriano, tornando-o teoricamente progressivo.

b) Heurística negativa

A rigor, a teoria de BALLY poderia ter gerado uma crise no programa saussuriano, pois suas concepções básicas são em certo sentido incompatíveis com as de SAUSSURE. Mas, ele a ajusta ao *núcleo do programa da lingüística*: sua *heurística negativa*, que diz *quais os caminhos de pesquisa que devem ser evitados*, proíbe-o, por exemplo, de estudar realizações individuais da linguagem, uma vez que somente a língua é objeto de estudo científico, segundo a lingüística. A *heurística*

negativa tem por função proteger o núcleo do programa, seja desestimulando o trabalho numa dada direção (por ser incompatível com a teoria que constitui este núcleo e que é *irrefutável, por decisão metodológica*), seja induzindo à invenção de *hipóteses auxiliares, que formam um cinto de proteção em torno do núcleo* (cf. LAKATOS, 1979:163). Ora, BALLY considera, na sua teoria, elementos tais como o sujeito falante, a situação e tudo o que isto abarca: entonação, mímica, etc. (cf. BALLY, 1951), ou seja, o *extralingüístico*. Porém ele contorna o problema, afirmando que tais elementos são necessários à delimitação e à identificação dos fatos expressivos - operações necessárias à análise estilística, mas que a *verdadeira pesquisa* consiste em *determinar os caracteres afetivos da expressão e o lugar que ela ocupa no sistema expressivo da língua* (id., p.98). Embora fazendo o que alguns denominaram *lingüística da fala*, BALLY alude ao *sistema da língua*. Dessa forma ele consegue eliminar as *incompatibilidades entre teorias intimamente associadas* (cf. LAKATOS, 1979:24).

c) Heurística positiva:

... a heurística positiva consiste num conjunto parcialmente articulado de sugestões ou palpites sobre como mudar e desenvolver as variantes refutáveis do programa de pesquisa, e sobre como modificar e sofisticar o cinto de proteção refutável (LAKATOS, 1979:165).

Para LAKATOS, o cientista parte de um *modelo* que é um conjunto de condições iniciais que ele sabe que contém anomalias, e que será alvo de *refutações*. Por isso a heurística positiva faz parte do programa: é uma estratégia que deve *prever* mas também *digerir* tais refutações (cf.p.167), pois esse filósofo da ciência aceita que a *tenacidade* seja indispensável a qualquer programa de pesquisa. Isso quer dizer que um cientista não abandona uma teoria quando ela colide com fatos. A colisão é prevista, mas não tem força para derrubar teorias. O único problema é eliminar as *incompatibilidades entre teorias intimamente associadas* (id., p.159).

Em razão disso é que, como o *estudo da langue* (= sistema de signos que exprimem idéias) é a única possibilidade de estudo científico da linguagem, BALLY amplia o conceito de *signo* - para manter-se no mesmo plano. Sumariando alguns aspectos de sua teoria, diríamos que ele parte da dicotomia *langue/parole* e aceita que só a *langue* seja passível de estudo científico. Sua contribuição à teoria lingüística é que a

langue possui um componente *afetivo* (ao lado do componente intelectual) e procura limitar sua estilística ao estudo deste componente. Para se compatibilizar com a teoria saussuriana, afirma excluir qualquer estudo de aspectos individuais. Percebe-se que ele trabalha numa heurística positiva diferente da do mestre e que busca, a todo custo, superar as incompatibilidades entre as duas teorias com explicações *ad hoc*. Por outro lado, protege o núcleo do programa, enquanto avança com sua teoria, de forma criativa. Sua tenacidade exemplifica a afirmação de LAKATOS de que o que faz a ciência progredir é o confronto de visões alternativas e o esforço dos cientistas para defendê-las. E que a história da ciência se faz pela discussão crítica de teorias concorrentes.

3 - CONCLUSÃO

A partir de um estudo mais minucioso que fizemos da estilística de BALLY (e da qual citamos apenas aspectos gerais), entendemos que ela se insere no programa da lingüística saussuriana, à maneira de uma teoria auxiliar, prevendo as *refutações* que poderiam ser dirigidas ao programa. Ela procura *explicar* o que ficou de fora quando o mestre genebrino, elegendo apenas a *langue* como objeto de estudo, ainda a concebeu como *uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de idéias* (SAUSSURE, 1974:139), desvinculada de qualquer atividade do sujeito falante numa dada situação. A maneira como BALLY resvala para estes elementos, procurando não ferir o núcleo da teoria saussuriana, mostra seu empenho em *aferrar-se a uma teoria pelo maior tempo possível* (POPPER, *apud* LAKATOS, 1979:219). Sempre que possível, BALLY ajusta suas hipóteses, de modo a não constituírem refutações ao núcleo da lingüística de Saussure.

Seria impossível pensar que a estilística literária pudesse fazer parte do mesmo programa de pesquisa. Devemos, inclusive, não confundir-la com ciência. É um estudo interessante, certamente, que tem trazido muita luz à leitura de textos (especialmente literários), mas a partir de suas bases filosóficas, passando por sua metodologia e analisando seus objetivos, concluímos que não é nem pretendeu ser científica, como a estilística lingüística, ou da *langue*.

A despeito de tudo isso, BALLY não foi considerado entre os lingüistas. Mesmo assim, sua estilística fez avançar o programa de pesquisa em que se inseriu. Considera-se que algumas linhas de pesquisa atuais (como a Pragmática, a Sociolingüística, algumas Teorias da Enunciação e a Análise do Discurso) tenham tido *esboços teóricos es-pantosos* em seus estudos (e.g. CHISS, 1985:85).

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLY, Ch. *Traité de stylistique française*. 3. ed. Paris, Klincksieck, 1951.
- CHISS, J. L. *La stylistique de Charles Bally: de la notion de sujet parlant à la théorie de l'énonciation*. In: *Langages* 77, p. 85-94, 1985.
- LAKATOS, I. *O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica*. In: Lakatos & Musgrave (orgs) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, p.109-243, 1979.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 6. ed. São Paulo, Cultrix, 1974.

SAISSUZE, F. Cours de Médecine légale. Paris, 1874.

...

...

Uma leitura de *CANTIGAS DE AMIGO*, de MYRIAM COELI*

Constância Lima Duarte**

* Este texto foi apresentado durante o III Curso de Literatura Norte-Rio-Grandense: uma Abordagem Sincrônica, ocorrido em junho de 1993, na Fundação Hélio Galvão.

** Profa. do Departamento de Letras da UFRN, Doutora em Literatura Brasileira e estudiosa da literatura de autoria feminina.

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 1994

...a partir de 1980, os estudos de literatura brasileira passaram a ser realizados em departamentos de Letras, em vez de departamentos de Português, como era o caso até então. Essa mudança refletiu a maior preocupação com o ensino de literatura em nível de graduação e a necessidade de uma abordagem mais abrangente e crítica da produção literária nacional. A disciplina de Literatura Brasileira passou a ser ministrada em cursos de licenciatura em Letras, visando a formação de professores para o ensino médio e superior. Essa mudança também refletiu a maior importância dada à literatura brasileira no currículo escolar, em função da necessidade de uma formação mais abrangente e crítica dos futuros professores.

Uma leitura de CANTIGAS DE AMIGO de MYRIAM COELHO

Este trabalho tem por objetivo analisar a obra "Cantigas de Amigo" de Myriam Coelho, sob o ponto de vista da linguagem e da estrutura narrativa. A autora utiliza-se de uma linguagem simples e direta, característica da prosa brasileira contemporânea. A obra é estruturada em capítulos, cada um abordando um aspecto específico da vida e da obra do autor. A linguagem utilizada é clara e objetiva, facilitando a compreensão do leitor. A estrutura narrativa é linear, permitindo uma leitura fluida e agradável. A obra é considerada uma das melhores de Myriam Coelho, por sua riqueza de detalhes e pela forma como o autor é retratado.

Considerações Finais

A obra "Cantigas de Amigo" de Myriam Coelho é um excelente exemplo de narrativa brasileira contemporânea. A autora utiliza-se de uma linguagem simples e direta, característica da prosa brasileira contemporânea. A obra é estruturada em capítulos, cada um abordando um aspecto específico da vida e da obra do autor. A linguagem utilizada é clara e objetiva, facilitando a compreensão do leitor. A estrutura narrativa é linear, permitindo uma leitura fluida e agradável. A obra é considerada uma das melhores de Myriam Coelho, por sua riqueza de detalhes e pela forma como o autor é retratado.

* Este texto foi apresentado durante o III Encontro de Literaturas Mineiras, promovido pelo Departamento de Letras da UFMG, em maio de 1997. O trabalho foi publicado no livro "Cantigas de Amigo", editado pela Fundação Helena Catão.

** Para o Departamento de Letras da UFMG, Editora e Livraria, Itatubim e estudos de literatura de outros Estados.

Vivência, Natal, v. 8, n. 1, p. 79-92, jul/abr 1994

Myriam Coeli, um dos nomes mais prestimosos da literatura potiguar, nem nasceu no Rio Grande do Norte e, sim, em Manaus - em 19 de novembro de 1926 - de onde saiu com poucos meses para residir em São José de Mipibu, onde passou a infância e fez os primeiros estudos. Depois, já em Natal, cursou o ginásio e o curso clássico. As mulheres nesta época costumavam terminar seus estudos neste momento, isto é, quando chegavam até aí.

Mas Myriam queria mais. Foi então para Pernambuco e se matriculou na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife. O curso escolhido era o de Letras, mais precisamente o de Letras Neolatinas. Mais tarde, como bolsista do Instituto de Cultura Hispânica, residiu na Espanha onde diplomou-se na *Escola Oficial de Jornalismo de Madrid*. E, só então, como professora e jornalista, ela retorna definitivamente para cá. Myriam provavelmente deve ter sido a primeira mulher norte-rio-grandense a obter um diploma de curso superior de jornalismo no Exterior.

No exercício do magistério ensinou língua latina, português, francês, espanhol e italiano; literatura portuguesa, história da língua portuguesa e história da imprensa. E, enquanto jornalista profissional, trabalhou nos principais periódicos da cidade: *A República*, *Tribuna do Norte* e *Diário de Natal*. No meio jornalístico, inclusive, costumam se lembrar dela como a primeira mulher que teria dado plantão num jornal, em todo Estado do Rio Grande do Norte.

Não sei exatamente quando ela descobriu a poesia e começou a fazer versos. O mais provável é que a poesia estivesse sempre dentro dela e que, aos poucos, ela a descobrisse e a tivesse deixado aflorar. Seu primeiro livro de versos surgiu em 1961 e o título é *Imagem Virtual*¹. Depois deste há um longo intervalo que, imaginamos, deve ter sido ocupado pelas atividades profissionais e os encargos de mulher. Mas neste tempo ela deve ter continuado a poetar, pois em 1980 dois livros seus são publicados: *Vivência sobre Vivência* e *Cantigas de Amigo*. Este último, inclusive, surgiu sob pseudônimo no Concurso Othoniel Menezes da Secretaria Municipal de Educação deste ano, e foi o livro escolhido para figurar no primeiro lugar. Era a consagração da Myriam Coeli poetisa que ocorria, para surpresa de muitos que ainda desconheciam da vertente poética de sua personalidade.

Em 1981 tivemos o lançamento daquele que foi seu último livro publicado em vida: *Inventário*. Também este participou de concurso literário e recebeu prêmio pela Fundação José Augusto. Há ainda um outro que permanece inédito e que recebeu o Prêmio Othoniel Menezes

¹ Este livro foi realizado em parceria com o marido, o escritor Celso da Silveira.

de 1981. Seu título: *Catarse*. Em vinte e um de fevereiro de 1982 Myriam Coeli é vencida pela doença que a consumia já há alguns anos. Ficou-nos, além da lembrança de uma mulher miúda e suave, os versos da poetisa que bem revelam sua capacidade de transfigurar sentimentos e emoções em palavras e versos.

Aliás, revelam mais. Revelam também as diversas faces poéticas que ela possuía. Em um encontramos uma poetisa que parece ensaiar os primeiros passos na sua arte e apresenta uns versos quase tímidos, cuidadosamente burilados. Em outros a poesia vem mais solta, forte e se impõe com todo o mistério e fascínio da verdadeira poesia. De versos aparentemente tímidos para versos maduros e contundentes, como os do livro *Inventário*, foi apenas um salto. Encontramos neles as indagações mais profundas do ser humano e, ao mesmo tempo, as respostas/soluções mais poéticas que alguém poderia dar.

E, dentre estas indagações, encontram-se algumas que reconhecemos como bem específicas da condição feminina. É a poetisa se colocando enquanto mulher e buscando, para muito além de si e de seu tempo, os estereótipos ideológicos que moldaram o pensamento e o comportamento feminino. Este belo momento de conscientização encontra-se expresso de maneira primorosa em *Cantigas de Amigo*, o livro de Myriam que escolhi para falar um pouco mais agora.

Mas antes de entrarmos nas *cantigas* de Myriam é necessário lembrar, ainda que rapidamente, um pouco do que foi e do que significou esta produção literária chamada de *Cantigas*. É preciso que remontemos pelo menos oito séculos de cultura portuguesa (para não nos afastarmos de nossas origens) e busquemos em meio a uma língua meio estranha - o galego-português, e junto a um gênero e temas aparentemente envelhecidos, os elementos que nos permitam entender e apreender a poesia realizada por Myriam, nos anos 80.

Nos séculos XII, XIII e primeira metade do XIV, a poesia e a música ainda não haviam se separado e por isso andavam juntas em composições líricas chamadas apropriadamente de *cantigas*. Essas composições eram de vários tipos. Havia as chamadas *cantigas de amor* que o trovador compunha para falar de seus sentimentos amorosos e louvar a mulher amada, e, outras, em que o trovador, através de um artifício, apoderava-se da fala feminina e cantava como se fosse uma voz de mulher falando de sua intimidade, de seus sonhos, amores e angústias. Estas eram as intituladas *cantigas de amigo*. Mas, apesar de a grande maioria das cantigas de amigo terem sido compostas por homens, existem também informações de que mesmo durante a Idade Média portuguesa algumas mulheres foram trovadoras. E a prova deste feito encontramos no

Cancioneiro Geral, de Garcia de Resende, onde estão registradas algumas *cantigas de amigo* de inspiração feminina.

Terminando esta pequena explanação sobre "cantigas medievais", lembramos que existiu ainda uma terceira modalidade de cantigas intituladas *de escárnio e de maldizer*, pois seu único objetivo eram as críticas e a maledicência. Interessam-nos neste momento as cantigas do segundo tipo. Aquelas em que o emissor é um "eu" feminino expressando sentimentos. O destinatário destas composições na maioria das vezes costumava ser o *amigo*, mas também podia ser a mãe, as amigas, ou simplesmente a natureza. A mulher que aí está não é a senhora da corte; mas uma donzela da aldeia, uma simples pastora senhora apenas de seus campos.

O tema dominante, como nas cantigas de amor, é o da relação amorosa. A mulher utiliza-se do canto para falar de sua *coita*, isto é, do sofrimento amoroso provocado pela separação física passageira ou pelo abandono completo do seu amado. Existem também cantigas - e são muitas - onde a mulher simplesmente canta o amor e revela a alegria de estar apaixonada. E, nestes casos, o sentimento amoroso não é marcado apenas com o sinal de dor, angústia e sofrimento; mas contém em si a carga positiva de uma força que conduz à vida e que, muitas vezes, dá um sentido verdadeiro à vida.

E as *cantigas* que Myriam Coeli escreveu? Por que, ao invés de simplesmente compor poemas utilizando o modo contemporâneo de versejar, teria ela resolvido por uma forma tão antiga no tempo, tão esquecida dos leitores, e se decidido por fazer *cantigas*? Como, perguntei-me muitas vezes, como teria ela conseguido penetrar no interior de um gênero poético já envelhecido para ali encontrar os modelos que melhor expressavam a sua poesia daquele instante? Sabemos bem que cada época lê os textos de outra à sua maneira, isto é, interpreta-os de acordo com seus próprios valores e gostos, inclusive acrescentando-lhes algo e abandonando, naturalmente, o que não se adapta mais às suas expectativas.

E foi assim que, lendo e relendo o livro *Cantigas de Amigo* e tendo sempre na memória algumas cantigas medievais portuguesas, que arrisco agora algumas respostas. Respostas estas que, diga-se de passagem, não têm a pretensão de responder a todas as interrogações que este livro suscita, mas, sim, apenas de contribuir para elucidar um pouco a postura poética da autora e, talvez, de apontar para algumas das possíveis motivações que a levaram a escolher esta forma poética. Considero este livro de poemas, mais que todos os outros, como aquele em que a poetisa melhor expõe a questão feminina, isto é, onde ela se coloca enquanto voz de mulher e reflete as vicissitudes decorrentes deste ser hu-

mano no feminino. E, penso, que foi justamente para melhor expressar-se nesta questão que ela buscou nos primórdios da poesia trovadoresca aquela forma lírica que as mulheres utilizavam quando queriam falar de si mesmas.

O livro *Cantigas de Amigo* compõe-se de vinte e quatro poemas: o primeiro, intitulado "Fundamentos", fornece as bases de compreensão para os que se seguem; os demais aparecem apenas enumerados de I a XXIII. A autora revela com este trabalho literário ter sido uma profunda conhecedora e leitora cuidadosa de cantigas medievais. Domina com segurança a técnica de versificação então adotada, conhece as diversas modalidades de cantigas de amigo (a alba, a barcarola, a pastorela, a cantiga de tenção) e chega mesmo a realizar algumas que dialogam de perto com outras consideradas clássicas do repertório conhecido de cantigas medievais portuguesas. Como estas que cito:

Ai flores de meu verde prado,
Fazei acordo comigo.
Que das manhas do amor sentido
Vistes vós o desalmado.²

Se sabeis novas de meu amigo,
Se está bem, se inda sonha comigo,
Ai, dizei-me por Deus.

(...)

Onde está ele, flores do pinho,
Prazo passado, cravado espinho?
Ai, buscai-o por Deus.³

Ai flores, ai flores do verde ramo,
sabeis novas do meu amado?

Ai, Deus, e onde está?

Ai flores, ai flores do verde pinho,
sabeis novas do meu amigo?

Ai, Deus, e onde está?

(...)

(D. Dinis)

² Cantiga de número XX, p. 32.

³ Cantiga de número XIX, p. 31.

A intertextualidade existente entre estas cantigas de Myriam e algumas da autoria de D. Dinis, por exemplo, é por demais evidente para que a ignoremos. Em qualquer aspecto que se observe - a forma, a melodia, a temática - percebe-se elementos de aproximação entre elas que bem revelam o conhecimento, o domínio da técnica e a leitura cuidadosa da trovadora potiguar dos cancioneiros medievais.

Algumas vezes, talvez para dar mais autenticidade ao seu poema/cantiga, ela chega a se utilizar de expressões e palavras arcaicas do tempo mesmo em que se faziam aquelas cantigas, como *asinha*, *gaio*, *loas*, *sôbolo*, *aprazar*, *alongado*, *donaire*, *jograis*, etc, etc. Por isso, quando se lê apressadamente as *Cantigas de Amigo* de Myriam Coeli, quase se pode pensar que se está diante de cantigas retiradas de um cancioneiro e que apenas tiveram sua ortografia atualizada, tal a aproximação que a autora realiza em seu trabalho. Mas uma leitura um pouco mais atenta percebe, por outro lado, para além da utilização do gênero, as inovações aí realizadas, as relações operadas pela autora e, principalmente talvez, a intenção que a movia ao realizar poesias contemporâneas com jeito de cantigas medievais.

O poema de abertura - "Fundamentos" - e também o de número I, são poemas narrativos - ou *romanças*, como se chamavam - que pretendem, a meu ver, servir para situar e justificar o livro pois tratam da relação homem/mulher e da condição feminina neste relacionamento. Ambos contêm elementos que podem ser considerados introdutórios à compreensão do livro, na medida que pretendem quase explicitar o "rito" de passagem da mulher da idade infantil para a vida adulta. Através deles ficamos sabendo que a menina feliz do primeiro momento é a mesma que se transformará em mulher amarga e solitária após o relacionamento frustrado com o cavaleiro. E uma nova ordem instaura-se no universo poético do livro: não mais a menina feliz do primeiro instante, mas a mulher que sofre sozinha e calada, que vive em pranto e é passiva do desejo de seu senhor.

Senhor de meu desvelo,
O canto que inventei
É ternura que eu velo,
Lágrima que enxuguei.

Se miragem componho

Disse há pouco que havia também, entre as cantigas de amigo compostas pelos trovadores, além daquelas que falavam das saudades que a amiga sentia pela ausência do amado ou da tristeza de havê-lo perdido, muitas que cantavam o encontro amoroso, a alegria de viver e de estar apaixonada. Mas, quando lemos o livro de Myriam Coeli e procuramos aí uma cantiga que se aproxime deste segundo tipo - a da mulher feliz - descobrimos com surpresa que não existe uma só cujo tom seja alegre; ou uma única onde a mulher declare acreditar na correspondência de seu amor. O "eu" feminino aí representado é, antes de tudo, triste. Triste e reiteradamente solitário. Predomina, pois, nas cantigas de Myriam, poder-se-ia até dizer, um elemento que era mais freqüentemente encontrado nas cantigas de amor, qual seja, a expressão da *coita* amorosa, da dor de amor.

Malferidas as mulheres
Em teares que teavam
Doces cantigas de amigo
com os fios que trançavam.
Cantavam com voz sentida
Saudades que descantavam;⁵

Os poemas marcam cuidadosamente as diferenças existentes no período medieval no cotidiano da vida de cada sexo: enquanto os homens guerreavam, corriam a cavalo pelos campos ou navegavam em seus barcos, as mulheres permaneciam nos castelos, recolhidas em "altas torres" soltando "ais", "mui sós", à espera de seus homens. O espaço existente para além dos muros dos castelos - o espaço público - pertencia aos representantes do sexo masculino; o outro, limitado pelas muralhas, o do interior e da reclusão, às mulheres.

Cantigas de Amigo, de Myriam Coeli, configura-se, portanto, numa espécie de viagem na busca de uma voz feminina mais arcaica. Mas, ao mesmo tempo, realiza uma outra viagem para o interior de si mesma, realizada pelo "eu" lírico. De poema em poema este "eu" lírico penetra no íntimo das mulheres medievais - as antepassadas de todas nós

⁴ Cantiga de número II, p. 6.

⁵ Cantiga "Fundamentos".

- e resgata o que de mais expressivo existia entre elas e que ainda perduraria entre as mulheres contemporâneas da autora: a passividade diante do destino, o sentimento de solidão, a eterna submissão diante do homem amado. Ou seja, reconhece (ou identifica) na face/ destino da outra, a nossa/a sua própria face e destino, como se a história das mulheres se repetisse *ad infinitum* através dos séculos, e os sentimentos fundamentais da relação entre os gêneros permanecessem quase inalterados. Como nos mostraram os primeiros poemas, a menina é livre e corre pelos campos até o dia em que um homem a deseja e ela retribui seu amor. Neste momento instala-se o compromisso e sela-se o destino: a menina transforma-se em mulher, perde a liberdade, não é mais dona de si mesma e passa a ter um senhor a quem deve obedecer e dedicar todos os pensamentos. A história de Florinda, a menina pastora da *Cantiga* de número I, confunde-se com a história mais banal de mulher que ao se apaixonar por um homem renuncia à sua identidade e passa a viver isolada e triste-nha, eternamente à sua espera.

Ao senhor pertença
Florinda não sou.
Como a cotovia
Alegre no céu
Para vós me vou.

E não são poucas as metáforas utilizadas no livro para revelar/encobrir a condição de vida das mulheres aí denunciada. Ora são os castelos com pontes e "altas torres" que a enclausuram - metáforas do isolamento, da moral e da censura; ora são as promessas masculinas por onde passariam até mesmo a própria realização da mulher. Sim, porque mesmo a capacidade de realização do desejo feminino, seja ele de poder, de glória ou de amor, não se encontraria nela, mas no outro, de quem ela depende integralmente.

Quem sabe por onde andará
Quem prometeu barcos do mar,
Fascinantes terras de Espanha,
Brilho e areias de Portugal?

Ah! quem sabe, sem mais demora,

Vinde todos, dizei-me agora
Onde estará.

Quem sabe por onde andará,
Catando tesouros da terra
Para em meus pés depositar
No feliz dia quando voltar?

Ah! quem sabe, sem mais demora,
Vinde todos, dizei-me agora
Onde estará.

Aquele que me prometeu
Que me daria um grande reino
Com tantas estrelas no céu,
Com tantos peixinhos no mar.

Ah! quem sabe, ...
(...)

Ah! quem sabe, sem mais demora,
Vinde todos, dizei-me agora
Em que se empenha meu senhor:
Se de mim já se enfadou,
Novo reino para outra criou.

Por favor, dizei-me agora
Quem souber, sem mais demora,
Onde estará
Meu traidor? ⁶

Vejamos agora os últimos poemas de *Cantigas de Amigo*. Eles contêm, a meu ver, a chave que elucida o processo poético existente no livro e também o projeto da autora ao concebê-lo. O artifício de vestir a máscara da mulher medieval e de através dela falar da solidão e tristezas femininas parece, num dado momento, não se sustentar e voltar contra si própria. A voz poética agora não é mais de uma mulher de tempos remotos que suspira em "altas torres", mas de alguém do século XX e que mora em altos edifícios. E é essa voz feminina de agora que confessa

⁶ Cantiga de número V, p. 8-10.

sentir tristeza profunda, desencanto com a vida e o mesmo sentimento de abandono de suas antepassadas. São seus estes versos:

Senhora de mui castelos
Não de pedras ou de ameias.
Castelos flutuando no ar
Ou inconstantes nas areias.
Uns bizarros, outros belos,
Ventos uns a velejar.

Com as traves destravadas
Destravo traves que envergam
Duras portas envergadas
-Palavras ensanguentadas
Celas que da língua selam
Pelo espanto fustigadas.

Edifício que me rasga
Do almo a alma o almar
E me dá triste degredo
Vigésimo segundo andar
Masmorra que amortalha
Com capuz de asfalto e medo.⁷

Neste poema efetua-se, pois, de forma inequívoca, a identificação entre a mulher medieval e a contemporânea: ambas circunscritas em seus espaços domésticos e prisioneiras da condição feminina; ambas apaixonadas e dependentes do homem amado. E se não têm poder sobre a própria vida parece que (é ainda o poema que aponta) restar-lhes-ia apenas a possibilidade do *salto* - única forma de escapar da dor que as oprime, da solidão que magoa, dos limites estreitos de onde estão confinadas. Um salto - seja ele para a morte, seja ele para a fama - não deixa de ser, também, uma maneira de entrar para o espaço público das *manchetes*.

Vigésimo segundo andar

⁷ Cantiga de número XXII, p. 34

É castelo muito alto
Jaz entre Oriente e Ocidente
E se me seduz um salto
Convosco não vou ficar
Mas manchete, certamente.

O "eu" lírico feminino - a poetisa/trovadora - termina por perceber a armadilha em que se enredou ao lançar mão da lírica trovadoresca, ao falar da solidão das mulheres encasteladas e ao usar de uma *ciência gaia* para elaborar seus poemas. No momento em que realiza a identificação com a mulher medieval, que a elege como modelo de mulher infeliz e encontra em tempos longínquos expressões semelhantes às de seu tempo para expressar o sofrimento de uma mulher, a poetisa percebe ao mesmo tempo o quanto revelou de si mesma. Parecia falar de outras bem recuadas no tempo, mas falava também de si, pois a solidão era a mesma e também as mesmas dores e frustrações.

O último poema do livro - o de número XXIII - contém de forma explícita a confissão da poetisa. Apesar de ter "afinado a viola", viajado no tempo e construído uma farsa, ela se dá conta do "engano" e de quanto se revelou em cada cantiga. Percebe, segundo seus próprios versos, que "caiu na armadilha" do "arremedilho" que ela mesma montou.

Triste ciência gaia
Esta arremedilha
Afinei a viola
Cai na armadilha.

E o fingimento poético termina por nos remeter a um outro já cantado e consagrado pelo mestre Fernando Pessoa, em *Autopsicografia*:

O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

Mas, talvez - quem sabe?- se a poetisa pudesse nos ouvir, ela poderia rebater toda esta leitura e nos responder com outros versos do mesmo Pessoa:

Dizem que finjo ou minto
Tudo que escrevo. Não.
Eu simplesmente sinto
Com a imaginação
Não uso o coração.

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM:
O PONTO DE VISTA DO PROFESSOR:
A REALIDADE DE NATAL

Revista Brasileira de Psicologia
Departamento de Psicologia

Revista Brasileira de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 93-102, jul./dez. 1964

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

Linguagem e Comunicação

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM: O PONTO DE VISTA DO PROFESSOR - A REALIDADE DE NATAL

Prof^{ta}. Rosângela Francischini
Departamento de Psicologia

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 93-102, jul./dez. 1994

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM:
O PONTO DE VISTA DO PROFESSOR -
A REALIDADE DE NATAL

Prof. Rosângela Franchini
Departamento de Psicologia

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal caracterizar os problemas de aprendizagem de alunos de 1ª. série do 10. grau, segundo sua identificação pelo professor.

Realizou-se, com esse propósito, entrevistas com os professores dessa série, da rede pública estadual de ensino do município de Natal-RN.

A partir de um roteiro pré-estabelecido procurou-se, no contexto de caracterização geral da instituição escolar, com ênfase nos aspectos específicos das 1ªs. séries, especificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos segundo a perspectiva de seus professores.

A análise e discussão dos dados permitiu-nos apresentar as seguintes conclusões:

- 1.) os professores da rede pública de ensino têm, em sua maioria, expectativas de que seus alunos, ao chegarem na escola, já tenham conhecimento da linguagem escrita o suficiente para permitir-lhes atividades de leitura e escrita convencionais. Não saber ler e escrever predominam dentre os problemas citados. Certamente essas expectativas não são realizadas, considerando-se que a grande maioria da população escolar não teve acesso à educação pré-escolar;
- 2.) não separação das palavras, omissão e acréscimo de letras e trocas entre letras gráfica e/ou foneticamente semelhantes figuram entre as dificuldades apresentadas pelos alunos. Acrescente-se a elas, embora em menor frequência, inversão de letras e escrita espelhada de palavras;
- 3.) os problemas de comportamento representam parcela significativa dentre as dificuldades de aprendizagem apontadas pelos professores;
- 4.) problemas de fala, sem especificação, foram também citados, embora em menor frequência que os anteriores;
- 5.) observou-se, por fim, que a relação entre problemas de aprendizagem e repetência é significativamente estreita, o que pode ser observado na análise e discussão dos resultados. Cabe-nos observar que, a partir desses dados, será efetuada uma segunda etapa da pesquisa com o objetivo de realizar, em uma amostra da população, diagnóstico psicopedagógico da criança. Incluir-se-ão, nesse diagnóstico, aspectos específicos da sala de aula e do trabalho do professor.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre problemas de aprendizagem na escola tem sido, ao longo da prática da Psicologia e, mais recentemente, da Psicopedagogia, uma das preocupações fundamentais dentre as inúmeras que fazem parte do universo escolar. Foi essa, inclusive, a preocupação que fez sentir e procurou justificar a necessidade de intervenção do profissional Psicólogo em questões educacionais e que contribuiu significativamente para a constituição da Psicopedagogia.

Limitando-nos apenas a essas duas áreas de conhecimento, podemos observar que diversos enfoques têm sido propostos, alguns priorizando o que Alicia Fernández denomina "problema de aprendizagem reativo" (Fernández, 1990:81) e outros privilegiando aspectos da estrutura individual e familiar da criança como determinantes do fracasso na aprendizagem - "problemas de aprendizagem-sintoma" - mantendo a terminologia da autora acima citada.

Esses últimos, contudo, têm prevalecido; atribui-se à criança e/ou à sua estrutura familiar, as causas das dificuldades de aprendizagem. Desvinculação entre a escola e a comunidade, estrutura curricular anacrônica, metodologias ultrapassadas, materiais didáticos inadequados, não qualificação dos profissionais de educação para o atendimento da demanda das escolas públicas (camadas populares), enfim, condições em que ocorre o processo ensino-aprendizagem, para citarmos apenas alguns dos aspectos envolvidos nesse processo, muitas vezes não participam enquanto fundamentais na avaliação psicopedagógica da criança.

No contexto dessa reflexão é que procuramos desenvolver nossa pesquisa. Assim, estabelecemos, como objetivo principal em um primeiro momento, caracterizar a visão que o professor de 1ª. série do 10. grau tem a respeito dos problemas de aprendizagem identificados em sua sala de aula. Avaliação psicopedagógica de uma amostra da população será o objetivo principal do segundo momento desse trabalho.

MÉTODO

A pesquisa foi realizada em 33 escolas (44 salas de aula) da rede estadual de ensino, no município de Natal. Essa amostra da população representa, aproximadamente, 44% do total de escolas estaduais que se destinam a atender crianças de 1ª. séries de 10. grau. Na escolha das escolas participantes levou-se em consideração critérios de distribuição das mesmas por zonas do município (norte, sul, leste e oeste) e o número de salas de aulas de 1ªs. séries em cada uma delas.

Foram realizadas entrevistas com as professoras dessa série, orientando-se por um roteiro pré-estabelecido em que procurou-se caracterizar os principais problemas de aprendizagem que estes identificam em suas salas de aula. Dados sobre os alunos citados pelos professores foram também obtidos e constam na análise e discussão dos resultados.

Os dados obtidos foram agrupados em categorias, mantendo-se a terminologia empregada pelos próprios professores.

A leitura estatística dos mesmos, quando feita, deverá levar em consideração o fato de que, para um mesmo aluno, houve atribuição de mais de uma dificuldade de aprendizagem.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Do processo de análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa configurou-se o seguinte quadro:

- 1.) número de alunos com problemas de aprendizagem: 255.
- 2.) número de alunos com problemas de aprendizagem e que são repetentes: 155, ou 60,78% da população. Um quadro especificando o número de repetências pode ser visto em Anexo.
- 3.) Problemas de aprendizagem identificados pelos professores. A especificação do número de suas ocorrências pode, igualmente, ser visto em Anexo.

Inicialmente, gostaríamos de ressaltar que observou-se, da parte dos professores, uma expectativa distorcida, em relação ao desempenho dos alunos, tendo-se em consideração a realidade sócio-econômica-cultural em que esses alunos estão inseridos. Trata-se do seguinte: o professor espera que o aluno, ao ingressar no sistema formal de aquisição da leitura e escrita, já tenha um conhecimento suficiente da linguagem escrita que lhe permite desempenhar satisfatoriamente as atividades propostas pela escola.

Em relação à essas atividades, a cópia ocupa lugar de privilégio nas salas de aula. Apesar de ser vista como uma atividade simples, 55 crianças não a realizam. Somando-se àquelas que só escrevem quando há o modelo para copiarem, obteve-se um total de 139 crianças, ou seja, 54,5% das crianças são caracterizadas como apresentando dificuldades de aprendizagem dada a sua impossibilidade de escrever.

Em relação à não possibilidade de leitura, os professores fizeram referência a essa dificuldade 146 vezes, ou seja, 57,25% dos alunos não sabem ler, o que caracteriza-os como portadores de problemas de aprendizagem. Vale ressaltar que a pesquisa foi desenvolvida no mês de junho, antes, portanto, do término do 1º semestre letivo.

Problemas de leitura e escrita em crianças que ousam realizar as atividades propostas foram, também, citados pelos professores. São eles: omissão e acréscimo de letras, não separação de palavras, inversão de números e de letras e escrita espelhada de palavras, grafia incompreensível e troca de letras. Dentre esse último grupo sobressaem-se trocas entre letras gráfica e/ou foneticamente semelhantes.

Em um mesmo bloco, foram agrupados os problemas de comportamento: indisciplina, agressividade, agitação, rebeldia, timidez e insegurança, citados com frequência considerável pelos professores.

Um outro dado que nos chamou a atenção foi o fato de que desinteresse, preguiça, lentidão e falta de atenção estiveram dentre os problemas mais citados pelos professores. Em nenhum momento, porém, houve manifestação de compreensão de que esses problemas podem estar ligados a fatores tais como conteúdo curricular, método de trabalho, natureza das atividades propostas, muitas vezes, totalmente alheios à realidade dos alunos.

Finalizando, os professores identificaram como problemas de aprendizagem deficiências na linguagem oral - sem especificação de que natureza -, problemas de coordenação motora e problemas mentais.

Juntamente com a identificação dos problemas acima especificados, observou-se, por parte dos professores, uma tentativa de procurar as causas que contribuem para que os mesmos ocorram. Como esperávamos, causas relacionadas à estrutura individual e familiar do aluno são as únicas citadas. Não houve sequer qualquer referência à instituição sócio-educativa, que, dada suas características não reconhece o saber dos alunos e propõe tão-somente um acúmulo de conhecimentos através de metodologias ultrapassadas, que em nada favorecem o despertar do interesse e em nada contribuem para tornar o aprendizado significativo para a criança.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa procuramos sistematizar a visão dos professores a respeito dos problemas de aprendizagem por eles identificados em suas salas de aula.

Não estabelecemos, por objetivo, tão-somente a análise quantitativa dos dados obtidos. Eles nos dizem muito mais do que uma simples classificação em categorias e percentuais.

Dizem-nos, por exemplo, que a escola pública em muito pouco, ou quase nada, vem atuando para atender as reais necessidades de sua

demanda. Veja-se, por exemplo, os altos índices de repetência nela presentes.

Dizem-nos, ainda, que, se à essa instituição é facultada a responsabilidade de inserir a criança na aprendizagem formal da linguagem escrita, torna-se um imperativo o reconhecimento, por parte de seus membros, de que dificuldades e "erros" são inerentes ao processo de aprendizagem e precisam ser interpretados, também, como resultados da tentativa do aprendiz em compreender o objeto do conhecimento. Faz-se necessário, ainda, o reconhecimento de que o processo de aprendizagem não ocorre de maneira semelhante em todos os alunos. Alguns, por inúmeras razões que não poderão ser discutidas aqui, chegam à escola sem sequer atribuir significado a forma de comunicação escrita. Como poderiam, com 3 meses de escolarização, saber ler e escrever? O que faz com que os professores tenham expectativas irreais em relação às verdadeiras características de seus alunos? Ensinar a ler e a escrever são os objetivos principais das 1^{as.} séries do 10.º grau. Por que a não consideração por todos os aspectos envolvidos nesse processo, inclusive os referentes às suas dificuldades? Essas e outras perguntas certamente não apresentam soluções simples, assim como não são simples as soluções para os problemas que hoje fazem parte do sistema educacional. Mas é preciso, inicialmente, o reconhecimento de que elas estão presentes e precisam ser reconhecidas como tal.

Gostaríamos, de explicitar o reconhecimento de que limitações e incompletudes certamente existem nesse trabalho. A complexidade do tema e a variedade de perspectivas para abordá-lo são suficientes para que delimitemos nosso enfoque, acreditando que, no processo de produção do conhecimento esses aspectos são inerentes. São eles, inclusive, que, por abrirem a possibilidade de discussões, contribuem para a evolução do conhecimento.

Por fim, agradeço às professoras pela disponibilidade em participar das entrevistas e aos alunos da disciplina PEPA (94.1) que colaboraram para que esse trabalho pudesse se tornar realidade.

BIBLIOGRAFIA

- AJURIAGUERRA, J. de e colaboradores (1984) *A Dislexia em Questão - dificuldades e fracassos na aprendizagem da língua escrita*. Porto Alegre, Artes Médicas
- FERNANDEZ, A. (1990) *A Inteligência Aprisionada*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- JORM, A. F. (1985) *Psicologia das Dificuldades em Leitura e Ortografia*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- MOYSÉS, M. A. A. e COLLARES, C. A. L. (1992) "A História não Contada dos Distúrbios de Aprendizagem" In: *Cadernos CEDES*, 28, Campinas, Papirus, pp. 31-47.
- NUNES, T. , BUARQUE, L. e BRYANT, P. (1992) *Dificuldades na Aprendizagem da Leitura - teoria e prática*. São Paulo, Cortez: Autores Associados.
- PAIN, S. (1985) *Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- PATTO, M. H. S. (1990) *A Produção do Fracasso Escolar*. São Paulo, T.A. Queiroz.
- SCOZ, B. J. L. e outros (1990) *Psicopedagogia - o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional*. Porto Alegre, Artes Médicas
- _____. (1992) *Psicopedagogia - contextualização, formação e atuação profissional*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- SUCUPIRA, A. C. S. L. (1985) "Hiperatividade: doença ou rótulo?" In: *Cadernos CEDES*, 15, Campinas, Cortez Editora.

ANEXO I

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM:

- Não lê:	146	- Grafia incompreensível:	7
- Não escreve:		- Omissão de letras:	31
somente cópia:	84	- Não separação de palavras:	25
nem cópia:	55	- Acréscimo de Letras:	5
- Falta excessiva:	22	- Escrita espelhada:	9
- Indisciplina:	4	- Inversão de números:	8
- Agressividade:	24	- Inversão de letras (S,P,D,F,R):	9
- Agitação/inquietação:	13	- Troca de Letras:	
- Timidez:	6	- sem identificação se escrita ou leitura:	
- Insegurança:	1	B/T (2), L/T (6), M/N (3), G/Q (2),	
		P/B (1),	
- Rebeldia:	1	P/T (1), B/D (2), T/P (1).	
- Nervoso:	4	- na escrita:	
- Preguiça:	14	T/P(1), P/T (1), P/B (2), B/D (3), B/P(4),	
- Desinteresse:	33	D/P(2), Q/P(1), G/Q(1), B/T(2), N/M(6),	
- Lentidão:	35	P/F (1), V/F (1).	
- Falta de atenção/ desligado	32	- sem identificação das letras: 6	
- Coordenação motora:	23		
- Mentalidade não não desenvolvida	8	- na leitura:	
- Orientação espacial:	3	- sem identificação das letras: 3	
- Falta de memória:	1		
- Problemas de fala:	19		
- Fome:	7		

- PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM E REPETÊNCIA:

- Número de alunos com problemas de aprendizagem: 255
- Número de alunos com problemas de aprendizagem e repetentes: 155
ou 60,78%, assim

distribuídos: Nº. de repetências Nº. de alunos

1	67
2	58
3	20
4	5
5	4
8	1

sem especificação 32

ANEXO I

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Problema	Nº de alunos
1 - Problema de aprendizagem	1
2 - Problema de aprendizagem	2
3 - Problema de aprendizagem	3
4 - Problema de aprendizagem	4
5 - Problema de aprendizagem	5
6 - Problema de aprendizagem	6
7 - Problema de aprendizagem	7
8 - Problema de aprendizagem	8
9 - Problema de aprendizagem	9
10 - Problema de aprendizagem	10
11 - Problema de aprendizagem	11
12 - Problema de aprendizagem	12
13 - Problema de aprendizagem	13
14 - Problema de aprendizagem	14
15 - Problema de aprendizagem	15
16 - Problema de aprendizagem	16
17 - Problema de aprendizagem	17
18 - Problema de aprendizagem	18
19 - Problema de aprendizagem	19
20 - Problema de aprendizagem	20
21 - Problema de aprendizagem	21
22 - Problema de aprendizagem	22
23 - Problema de aprendizagem	23
24 - Problema de aprendizagem	24
25 - Problema de aprendizagem	25
26 - Problema de aprendizagem	26
27 - Problema de aprendizagem	27
28 - Problema de aprendizagem	28
29 - Problema de aprendizagem	29
30 - Problema de aprendizagem	30
31 - Problema de aprendizagem	31
32 - Problema de aprendizagem	32
33 - Problema de aprendizagem	33
34 - Problema de aprendizagem	34
35 - Problema de aprendizagem	35
36 - Problema de aprendizagem	36
37 - Problema de aprendizagem	37
38 - Problema de aprendizagem	38
39 - Problema de aprendizagem	39
40 - Problema de aprendizagem	40
41 - Problema de aprendizagem	41
42 - Problema de aprendizagem	42
43 - Problema de aprendizagem	43
44 - Problema de aprendizagem	44
45 - Problema de aprendizagem	45
46 - Problema de aprendizagem	46
47 - Problema de aprendizagem	47
48 - Problema de aprendizagem	48
49 - Problema de aprendizagem	49
50 - Problema de aprendizagem	50
51 - Problema de aprendizagem	51
52 - Problema de aprendizagem	52
53 - Problema de aprendizagem	53
54 - Problema de aprendizagem	54
55 - Problema de aprendizagem	55
56 - Problema de aprendizagem	56
57 - Problema de aprendizagem	57
58 - Problema de aprendizagem	58
59 - Problema de aprendizagem	59
60 - Problema de aprendizagem	60
61 - Problema de aprendizagem	61
62 - Problema de aprendizagem	62
63 - Problema de aprendizagem	63
64 - Problema de aprendizagem	64
65 - Problema de aprendizagem	65
66 - Problema de aprendizagem	66
67 - Problema de aprendizagem	67
68 - Problema de aprendizagem	68
69 - Problema de aprendizagem	69
70 - Problema de aprendizagem	70
71 - Problema de aprendizagem	71
72 - Problema de aprendizagem	72
73 - Problema de aprendizagem	73
74 - Problema de aprendizagem	74
75 - Problema de aprendizagem	75
76 - Problema de aprendizagem	76
77 - Problema de aprendizagem	77
78 - Problema de aprendizagem	78
79 - Problema de aprendizagem	79
80 - Problema de aprendizagem	80
81 - Problema de aprendizagem	81
82 - Problema de aprendizagem	82
83 - Problema de aprendizagem	83
84 - Problema de aprendizagem	84
85 - Problema de aprendizagem	85
86 - Problema de aprendizagem	86
87 - Problema de aprendizagem	87
88 - Problema de aprendizagem	88
89 - Problema de aprendizagem	89
90 - Problema de aprendizagem	90
91 - Problema de aprendizagem	91
92 - Problema de aprendizagem	92
93 - Problema de aprendizagem	93
94 - Problema de aprendizagem	94
95 - Problema de aprendizagem	95
96 - Problema de aprendizagem	96
97 - Problema de aprendizagem	97
98 - Problema de aprendizagem	98
99 - Problema de aprendizagem	99
100 - Problema de aprendizagem	100

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERSPECTIVA TEÓRICA

*José Antonio Spinelli**

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 103-124, jul./dez. 1994

OS NOVOZ MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERSPECTIVA TEÓRICA

José Antonio Zaverucha

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPR

Vivências, Natal, v. 8, n. 2, p. 103-124, jul./dez. 1994

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir algumas teorizações sobre os novos movimentos sociais urbanos. Convém ressaltar, desde o início, que se trata de matéria altamente polêmica e eivada de fortes conotações ideológicas, o que torna sua abordagem verdadeira travessia em terreno minado.

Na verdade, minha pretensão resume-se a uma tentativa de resgatar alguns eixos interpretativos que estiveram presentes nas aulas e seminários do curso sobre "movimentos sociais", ministrado pela Prof^a Dr^a Marília Sposito, na Faculdade de Educação da USP, no 1^o semestre de 1993. Obviamente, se o trabalho conseguir reproduzir, ainda que palidamente, o clima daqueles debates, darei por atingido meu objetivo.

Como não está nos meus planos ser exaustivo, vou selecionar alguns autores (da bibliografia do curso) que me pareçam ser os mais representativos, justamente por abordar de forma incisiva os aspectos mais controvertidos em torno dos quais se diferenciam as várias linhas de interpretação.

O enfoque sobre os novos movimentos sociais representaria, por um lado, o reconhecimento de que a sociedade contemporânea passa por transformações de fundo, por outro lado (e em consequência), a necessidade de fazer novas escolhas metodológicas.

Quanto ao primeiro ponto, nada melhor que uma citação de Touraine para esclarecê-lo:

"Em nossos países, o fato principal não é a industrialização, mas a produção e difusão industrializadas e maciças de bens culturais simbólicos, não materiais: linguagens, imagens e informações" (Touraine, 1991, p. 34).

Nessa perspectiva, a visão que identifica na infra-estrutura econômica a matriz dos conflitos sociais e percebe esses conflitos como uma luta pela apropriação dos produtos e dos meios de produção - portanto, como lutas de classes, estaria superada.

Segundo Touraine, o conflito central se dá entre o ator, ou, como ele enfatiza, o sujeito na medida em que aspira afirmar-se como pessoa e esse "sistema de produção e comunicação de bens culturais" (id. p. 35).

1. CALDERÓN E SANTOS

Fernando Calderón e Mario Santos estão preocupados com os novos movimentos sociais urbanos na América Latina. Para eles, tais movimentos são determinados, de um lado, por mudanças estruturais na economia e, de outro lado, pelas imposições do Estado autoritário.

Em sua visão, foi rompido "o esquema tradicional segundo o qual as demandas de integração política feitas ao Estado eram essenciais no modelo social..." (p. 81). E acrescentam que "Atualmente, (...) observa-se na ação coletiva certa tendência à fragmentação e vários níveis de expressão" (ibid.).

Calderón e Santos percebem, nesses novos movimentos sociais, uma "ação popular, em geral sem mediações partidárias, sem consignas ideológicas, sem alianças cooptadoras, com seu apelo ao Estado a partir da condição cidadã", a qual "forma parte de um fenômeno de politização da vida cotidiana (...) como parte de uma resposta à insatisfatória representatividade dos canais políticos, e à crise dos sistemas de representação sindical e política tradicionais, como resposta a um Estado cada vez mais excludente" (p. 82).

Eles afirmam que as reivindicações têm, a princípio, um caráter pontual, mas em seguida vai se delineando um ator coletivo que exige mudanças institucionais e descentralização estatal, chegando "em alguns casos a questionar todo o sistema de organização estatal e social" (ibid.).

Esse questionamento global, entretanto, é fruto do fechamento dos canais de participação, transformando um estilo de luta que se dirigia "para" o Estado, em um estilo "contra" o mesmo (ibid.).

Também ressaltam, como características do movimento, em nível interno: mecanismos democráticos de participação e tomada de decisões; pluralismo ideológico e político; elevado grau de heterogeneidade interna, inclusive uma estrutura policlassista (p. 82-3).

Calderón e Santos caracterizam as estratégias dos movimentos em quatro tipos:

1) formas de organização relativamente institucionalizadas, que dirigem suas demandas para o Estado, reivindicando, em geral, melhorias urbanas; são exemplos: comitês de bairros, centros cívicos, juntas de vizinhos etc.;

2) formas de organização mais espontâneas, que reagem a conjunturas críticas e que, mesmo considerando o Estado como interlocutor, "dirigem sua mensagem para a opinião pública como forma de pressão e são mais expressivas que as anteriores" (p. 83); são exemplos: movimen-

tos por habitação, ocupações ilegais, movimentos contra alta do custo de vida ou de impostos etc.;

3) movimentos autogestionários de produção e abastecimento, que não consideram o Estado como interlocutor; exemplos: cooperativas de consumo, serviços de saúde popular, comunidades eclesiais de base etc.;

4) finalmente, as organizações de luta cultural, que têm um caráter expressivo e simbólico; são os movimentos ecologistas, juvenis ou feministas que evitam a via institucional e recusam as ideologias partidárias; são policlassistas e admitem grande diversidade cultural.

Mas, as tendências democráticas, anti-autoritárias e pluralistas dos movimentos sociais não eliminam os traços autoritários, particularistas ou clientelísticos. Por isso, os autores apontam uma tensão interna que opõe tendências contrárias no interior dos movimentos.

É assim que, ao pluralismo se contrapõe uma tendência ao monolitismo político-ideológico; a orientação autogestionária é confrontada pela dependência em relação ao Estado; as tendências autárquicas chocam-se com o recurso ao clientelismo; a heterogeneidade policlassista é questionada pelo alinhamento classista (p. 84).

Os autores expressam seu temor de que a participação restrita às questões locais e aos aspectos comunitários conduza à perda de horizontes e produza uma incapacidade de "gerar historicidade" (ibid.). Também apontam a dificuldade de equacionar um "desenho institucional democrático" que articule "os níveis micro (local) e macro (central)" (p. 85).

Existe, ainda, um outro elenco de tensões que produz uma clivagem ou, ao menos, um desencontro entre as reivindicações por cidadania social e a efetivação da cidadania política.

Essas tensões se originam, segundo os autores: a) na incapacidade do Estado em prover os bens de consumo coletivo exigidos pela vida urbana moderna; b) na dificuldade em conciliar as imposições da integração política ao Estado-nação com a tendência à crítica da representação política e partidária, que se traduz em fragmentação da ação sócio-política; c) na impossibilidade de produzir integração social num contexto de "exclusão sistêmica" das camadas populares.

Para Calderón e Santos, a cidadania social depende de sua inserção na cidadania política. Para isso, é preciso redimensionar a vinculação com os partidos políticos e criar "canais de representação social paralelos aos de representação política..." (p. 86).

Por fim, os autores discutem a relação entre os movimentos sociais, a política e seu marco institucional.

Nessa discussão, quero destacar várias observações, entre as quais as seguintes:

a) notam que o esforço pela sobrevivência não desenvolve necessariamente potencialidades humanas, nem a solidariedade ou novas formas de fazer política;

b) enfatizam a necessidade de analisar o "ciclo vital da organização", particularmente em suas relações com outros atores (v.g. partidos políticos);

c) relacionam a capacidade de mobilização dos novos movimentos, confrontando-a com "a relativa perda de força sócio-política do movimento operário organizado..." (p. 88);

d) por sua vez, concluem que a fragmentação dos movimentos e sua dificuldade em unificar sua ação estão relacionadas com "mudanças nos padrões de urbanização", as quais se originam de "novas relações de poder" identificadas na ascensão do neo-liberalismo e na imposição de novos padrões tecnológicos (p. 88);

e) em particular, mencionam a dificuldade já apontada de articular a cidadania social e a cidadania política, relacionada a causas estruturais de caráter universal, tais como a "reestruturação das relações econômico-produtivo-financeiras em um plano mundial", as profundas mudanças na tecnologia de produção, e a crise simultânea do Estado e dos sistemas de representação política e social (p. 89);

f) para os autores, a "aquisição de efetividade histórica" não está prefigurada na ação dos movimentos sociais; e citam Luís Alberto Romero para apoiar sua tese de que não se pode pressupor os setores populares "como um sujeito com capacidade de transformação histórica" (p. 90);

g) reconhecem que a "microconflitualidade" dos movimentos sociais é uma limitação concreta e não parte de uma estratégia de negociação; mas, apontam seu "potencial de gestão social e produtividade" em espaços delimitados; justamente essa delimitação impede sua vinculação à cadeia do "processo global de conflito e mudança" e ilustra "a diferença entre transformação urbana e transformação histórica" (p. 90).

Finalizando, os autores apontam um "retrocesso global": retrocesso econômico, impotência do sistema político, processos de exclusão e marginalização social. Tudo isso limita a capacidade de inovação social dos movimentos. Mas, apesar desses fatores negativos, eles reconhecem que "a negociação institucionalizada de bens simbólicos e materiais" têm tido um caráter mais progressivo do que o admitem a maioria dos analistas. Sobretudo, o "processamento institucional de demandas (...) implica a possibilidade de prosseguir em um caminho de institucionalização do

social e com isso de modificação da institucionalidade vigente, que afete, agora sim, o processo de tomada de decisões políticas" (p 90-1).

No entanto, como observa Touraine, lembrado pelos autores, sem modificar a estrutura do poder é impossível modificar a vida. Neste sentido, as carências dos movimentos sociais são evidenciadas na sua dificuldade em demandar mudanças na representação política, sem o que fica severamente limitada sua capacidade de transformação histórica (p.91).

2. DAVID SLATER

David Slater se propõe a discutir três temas relacionados à questão dos assim chamados novos movimentos sociais: 1) o tema da novidade dos novos movimentos sociais, relacionado a questões "de ruptura política e de continuidades ideológicas" (p. 4); 2) o tema das especificidades históricas e políticas dos novos movimentos, presente nas análises e debates que os mesmos suscitam, conduzindo ao questionamento de sua relevância diferenciada em sociedades avançadas e naquelas do Terceiro Mundo; 3) o tema da "relevância das novas lutas sociais para a teoria marxista e, em particular, para as concepções de poder político e mudança revolucionária em uma era de 'imperialismo pós-modernista'" (p. 5).

Analisando o primeiro tema, o da novidade dos movimentos, Slater passa rapidamente em revista os enfoques de Habermas, Alberto Mellucci, Boggs e Falk para concluir que, em sua maioria, eles propõem uma relação direta "entre a existência ou surgimento de novas fontes de conflito ou de condições sócio-econômicas e a formação de movimentos de protesto, luta e oposição" (p. 5).

A este enfoque, Slater prefere o de Laclau e Mouffe que relacionam os novos movimentos sociais ao engendramento, pelo capitalismo, de formas inéditas de subordinação. Tais formas podem resumir-se a três aspectos: a) inclusão de certas esferas da vida social no circuito mercantil, tais como "a cultura, o ócio, a morte, o sexo"; b) burocratização da vida social, através de uma crescente interferência do Estado; c) uniformização e homogeneização da vida social, talvez ligada às duas tendências anteriores.

A partir daí, Slater conclui:

"A novidade em tudo isto é a extensão do conflito para áreas alheias aos lugares de luta tradicionalmente privilegiados dentro do processo de produção..." (p. 6).

Essa extensão ou deslocamento do conflito, desnudaria a insuficiência dos tradicionais esquemas de análise da esquerda. De acordo com Laclau, esses esquemas teriam três características, a saber: a) a identidade do agente social remete para a estrutura da sociedade: a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia etc.; b) a consciência dos sujeitos tem pouco significado frente a um "paradigma diacrônico-evolutivo" que condiciona o movimento da história; c) o conflito social é reduzido à sua dimensão política, enquanto a identidade dos agentes, cuja matriz é o econômico, é representada politicamente em nível do partido.

A unidade dessas três características foi quebrada pela emergência dos novos movimentos sociais. Primeiro, porque o lugar das relações de produção como determinante das posições do sujeito perdeu a centralidade que tinha até então; segundo, porque a heterogeneidade ideológica e a diversidade de espaços políticos deslocou a relação "entre cada posição individual do sujeito social e uma sucessão necessária de etapas..." (p. 8); terceiro, porque a política já não se adequa ao modelo de representação de interesses, vez que a identidade dos sujeitos não pode mais ser definida em um só nível (o econômico).

Tudo isso poria por terra a visão universalista e harmônica da esquerda, para a qual sujeitos universais, tais como o proletariado e seu agente (o partido) teriam o monopólio do conhecimento e do poder.

Essa visão monista deve ser substituída por uma outra que leve em conta a heterogeneidade social, que admita o pluralismo político no contexto de um Estado mínimo (é assim que se deve entender a proposta de um Estado "reduzido a funções muito precisas e limitadas" [p. 9]) e que adote a perspectiva da democracia radical.

Em seguida, Slater passa ao segundo tema: o da especificidade dos Novos Movimentos Sociais no Terceiro Mundo, mais especificamente na América Latina.

A primeira especificidade que ele anota diz respeito ao fato de que, enquanto nos países centrais o conflito social é difuso, impedindo a dicotomização do espaço político, no Terceiro Mundo as políticas agressivas do imperialismo permitem ao movimento popular a identificação de um alvo, um inimigo.

São essas diferenças que fundamentam a distinção feita por Laclau e Mouffe entre "posições populares do sujeito", pertinentes a um espaço político dicotômico e "posições do sujeito democrático", pertinentes a um espaço político diversificado.

Slater acrescenta que é importante levar em conta as variações de contexto entre Primeiro e Terceiro Mundo. Tais variações se dão na

diversidade da sociedade civil, na intervenção estatal e na inserção no sistema capitalista mundial.

Em seguida, ele passa a discutir a maneira diferenciada que assumem as novas formas de subordinação (característica central da novidade dos novos movimentos sociais) na América Latina.

a) Quanto ao primeiro aspecto, o da mercantilização da vida social, ele afirma que embora isto não tenha um caráter tão dominante na América Latina, estaria presente na destruição do meio ambiente pelo capital, a qual tem efeitos decisivos sobre o movimento ecológico (em particular, no Brasil) ou no "capitalismo da cocaína" vigente em alguns países.

b) Quanto ao segundo aspecto, o da penetração do Estado na sociedade civil, ou burocratização da vida social, Slater aponta que no Primeiro Mundo a utilização de recursos ideológicos para lograr o consenso predomina sobre o apelo aos elementos de coerção, enquanto no Terceiro Mundo ocorre precisamente o contrário, com a prevalência do fator coercitivo.

Outra diferença importante entre centro e periferia, no que se refere a esse segundo aspecto, diz respeito às funções de bem-estar social. Tais funções sempre foram muito limitadas nos países da periferia, às voltas com um crescimento demográfico desordenado, fragilidade fiscal do Estado e dificuldades de inserção na economia mundial. Essas debilidades, inclusive, têm muito a ver com boa parte dos movimentos sociais urbanos, que procuram obter do Estado a prestação de serviços públicos básicos.

Mais uma especificidade latino-americana está referida à "erosão da legitimidade do Estado" (p. 12), ou perda da capacidade fundamental em se tratando do Estado - de "inventar território" (talvez, se possa falar em perda da soberania). Essa erosão está relacionada, em alguns casos, à perda da autoridade do poder central frente à guerrilha ou ao narcotráfico, mas um importante fator que impulsiona esse fenômeno resulta de "tendências globalizantes do capital internacional" (p. 12) no sentido de provocar a "desregulação", a privatização do setor público e a submissão das economias periféricas aos ditames do mercado mundial.

c) O terceiro aspecto que condiciona a novidade dos movimentos sociais é o que diz respeito à uniformização da vida social, estreitamente relacionada com o impacto dos meios de comunicação de massa. Aqui, Slater refere-se a uma homogeneidade imposta de fora, a mecanismos de dominação na área cultural que assumem o aspecto de um imperialismo cultural, sob hegemonia dos Estados Unidos.

Para coroar sua abordagem sobre as especificidades dos novos movimentos sociais na América Latina, Slater pergunta se as características que compõem a novidade dos movimentos sociais - autonomia, solidariedade, participação direta e ação - estariam presentes nos movimentos que ocorrem nesta parcela do Terceiro Mundo, como elementos que garantem uma ponte entre países do Norte e do Sul.

Para alguns autores, essa presença se daria por um "efeito de difusão", tese que Slater recusa por lhe parecer contaminada por um preconceito primeiro-mundista (p. 14).

De passagem, Slater observa que os autores latino-americanos pouco usam a expressão "novos movimentos sociais", referindo-se ora a movimentos sociais, ora a movimentos populares. Isto remontaria, segundo o autor, à distinção, introduzida por Laclau e Mouffe, entre posição popular do sujeito (na periferia) e posições do sujeito democrático (no centro).

Por sua vez, essa distinção que permite aclarar as diferenças entre os movimentos sociais em países avançados e atrasados, seria útil, também, para distinguir entre os movimentos sociais que são simplesmente contemporâneos e aqueles que são efetivamente novos, por conterem, estes últimos, algumas daquelas características antes definidas.

A essa altura, o autor adverte que não se pode adotar um rígido esquema classificatório, reconhecendo existirem movimentos que não sendo completamente novos, o são parcialmente,

Na última parte do seu artigo, Slater coloca-se o terceiro tema, o da implicação desses novos movimentos para a compreensão do poder político e da mudança revolucionária, segundo o marxismo. Especificamente, ele encara a questão sob a ótica das relações entre socialismo e democracia.

De início, faz referência a autores europeus (Bobbio, Jay) que discutem a questão democrática de uma perspectiva euro-americano-cêntrica. Também critica os autores latino-americanos que discutem a mesma questão sem levar em conta a experiência nicaragüense de combinação entre revolução e democracia e considera pertinente a observação de Pablo González Casanova, para quem a democracia deve simultaneamente enfrentar a dominação imperialista e a exploração capitalista.

O autor passa, então, a discutir o novo significado de democracia e socialismo, assim como as relações entre os dois termos, considerando a experiência e o debate recentes.

Para Slater, não se deve confundir eleições com democracia, mas tampouco deve-se rejeitar o conjunto das instituições do Estado liberal como um sub-produto da burguesia. Neste sentido, considera útil a

sugestão de Poulantzas, de combinar os institutos da democracia representativa (transformada) com elementos de democracia direta (p. 16).

Porém, ele não parece estar inteiramente convencido de que a simples "reforma democrática" do Estado liberal, tal como parecem propor Laclau e Mouffe, seja suficiente para fazer avançar a democracia e o socialismo. Neste sentido, observa que a visão otimista de Laclau e Mouffe não se apercebe de que o Estado liberal funciona ao mesmo tempo pela coerção e possui aparatos repressivos. Na mesma linha, ele acrescenta que o "Estado liberal" do Ocidente desenvolvido é também um "Estado imperial" (p. 19).

Para Slater, o capitalismo é uma barreira tanto à democracia, quanto à construção do socialismo, vez que a organização capitalista da produção é contraditória à democracia (p. 18). No entanto, admite, a organização socialista da produção tampouco assegura, por si própria, a manutenção dos princípios democráticos. Concorda com Laclau e Mouffe quando estes sustentam que a convivência entre socialismo e democracia não é um "axioma", mas uma construção política a ser realizada (p. 18).

Slater cita outro autor, Barros, para corroborar sua afirmação de que a esquerda ortodoxa tem mantido os objetivos socialistas às custas da democracia, enquanto os proponentes de um novo discurso democrático não têm sido capazes de dar uma solução coerente à questão da relação entre os dois termos do problema.

O próprio Slater, recusando a proposta ortodoxa de construção do socialismo mediante um processo revolucionário conduzido pelo proletariado, limita-se a uma vaga proposta de construção de novas identidades (p. 17).

Nas conclusões, Slater aponta três eixos de lutas que definem o quadro do "mundo de hoje"; duas dessas formas de luta fazem parte do repertório tradicional: são as lutas contra a dominação (étnica ou religiosa, por exemplo), de um lado, e as lutas contra a exploração do trabalho, de outro lado. A terceira forma de luta, contra a subjugação (dominação) e a submissão (sujeição), representaria a novidade.

Nesse sentido, ele acrescenta: "as lutas contra formas impostas de subjetividade e a afirmação de direitos individuais e coletivos têm-se convertido nas mais importantes e mais sintomáticas de nossa era" (p. 19).

Para tornar mais clara sua ruptura com a visão tradicional da esquerda, Slater conclui:

"Os novos movimentos sociais e as novas formas de subjetividade política têm revelado a debilidade e o

inapropriado de centralizar nossas noções de mudança política ao redor do imperativo do conceito de classe" (p. 19).

Todavia, acrescenta, "o poder persuasivo ou coercitivo do Estado" (ibid.) continua a ser um obstáculo à emancipação.

3. GUIDO E FERNANDEZ

Rafael Guido e Otto Fernandez têm como proposta analisar e submeter à crítica a nova tendência teórico-analítica que vem se firmando no cenário das ciências sociais na América Latina e tem deslocado "os anteriores eixos de interpretação social e política, proporcionado pelas teorias do conflito..." (Guido e Fernandez, 1989, p. 45).

Essa nova tendência seria uma tradução, para o contexto latino-americano, de novos paradigmas gestados pelas ciências sociais nos países de capitalismo hegemônico, nas últimas décadas. De um ponto de vista teórico, essas novas linhas de análise caracterizam-se por apontar o fim de uma era, a era do industrialismo e das ideologias de classes e por negar a relevância analítica do conceito de classe. Nas palavras dos autores, essas "teorias da sociedade pós-industrial, do fim das ideologias e da sociedade do trabalho (Galbraith, Bell, Touraine, Gorz), têm continuado com alguns destes e outros acentos, relativizando ou negando no absoluto a pertinência das classes sociais" (p. 61).

Como alternativa ao enfoque sobre as classes passa-se a discutir os novos movimentos sociais (ibid.). Para caracterizar a mudança radical de enfoque, Guido e Fernandez recordam que categorias conceituais tais como classes, luta de classes, sistema de dominação, classe dominante, hegemonia, crise etc. são substituídas por atores, pactos, sistema político, elites, gestão, racionalidade etc (p. 47).

Essa mudança conceitual é resultado de uma nova postura analítica e metodológica que rompe com a visão do processo social como totalidade, que abdica da possibilidade de relacionar os acontecimentos com tendências gerais, que nega o papel da noção de classe como instrumento conceitual estratégico, que privilegia o enfoque sistêmico como alternativa ao enfoque estrutural, que elege a conjuntura como o âmbito da ação social e aceita a heterogeneidade teórica como um correlato da heterogeneidade social (p. 47-8).

Na América Latina, essa nova visão interpretativa representa uma ruptura com a tradição intelectual que vem do pós-Guerra, a qual

estava "preocupada por encontrar o específico do subdesenvolvimento latino-americano e a globalidade do desenvolvimento capitalista" (p. 50).

Essa tradição se expressava nos escritos da Cepal e de autores como Prebisch, Germani, Furtado, Cardoso, Faletto e outros que se preocupavam em compreender o subdesenvolvimento e as relações estruturais de dependência entre o centro desenvolvido e a periferia atrasada como elementos definidores de uma especificidade¹.

Segundo os autores, a produção que compõe "o corpus do projeto CLACSO-PNUD-UNESCO - assim como de outros núcleos de reflexão intelectual na zona - mostra a acelerada descontinuidade" com a tradição teórica anterior (p. 51).

Guido e Fernandez indicam uma implicação central dessa nova postura em nível metodológico:

"O processo global interessa como referente de contexto, não como variável global de explicação..." (p. 51).

A recusa em pensar a totalidade, em tratar os problemas específicos e os projetos dos sujeitos sociais como dados de uma situação global que apresenta tendências gerais, caminha a par com a crítica aos projetos que propõem a mudança social com base na suposição de um antagonismo entre sujeitos situados objetivamente na estrutura econômico-social.

Para essa tendência, as contradições estruturais são substituídas por um processo político de transição (de regimes autoritários) para a democracia, no qual, em lugar das forças sociais, novas elites - burocráticas, políticas, sindicais - desempenham o papel fundamental de viabilizar a institucionalização do ordenamento democrático, entendido como espaço de competição política. Os autores qualificam essa atitude como uma "indeterminação estrutural" que recusa, ao mesmo tempo, o enfoque totalizante, os sujeitos com capacidade transformadora e projetos ancorados em possibilidades estruturais.

O conceito de cidadania substitui o de classe e a institucionalização do conflito passa a ser o objetivo desejado. Os autores ressaltam que o importante aqui não é o reconhecimento do conflito, mas a premissa de que ele se perenize. Por esse caminho, o aparato estatal constrói sua própria lógica interna, desvinculada dos interesses da classe dominante,

¹ Abro um pequeno parêntese para observar que essa tradição tem sido retomada criticamente por autores como os da "escola de Campinas" (Cardoso de Mello, Sérgio Silva, Aureliano e outros) que buscam pensar o desenvolvimento latino-americano como o de um certo tipo de capitalismo.

numa perspectiva em que o conceito de heterogeneidade torna-se estratégico (p. 57).

Os autores fazem, então, algumas perguntas inquietantes, entre as quais destaco a seguinte:

"Por que, na ausência de um princípio social articulatório, os sujeitos sociais expressam inconformidade, insatisfação e protesto em todos os âmbitos sócio-políticos, econômicos e culturais?" (p. 57).

O conceito do social também perde substância, em favor da arena política enquanto espaço privilegiado onde ocorre a negociação de interesses (p. 58).

O corolário disso tudo é o "desaparecimento" das classes sociais. Segundo Guido e Fernandez, a versão extremada desse argumento é encontrada nas posições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para os quais é preciso romper com o "imaginário político" até então dominante na esquerda, que trabalha com sujeitos universais, com uma noção teleológica da História e com uma visão da sociedade articulada pelo conceito de classe social.

Mudanças históricas consideráveis teriam deslocado as classes como eixo central que articula o processo social. Segundo os autores, Laclau fornece a linha interpretativa para esta suposta mudança. De acordo com este último autor, são dois os fatores que fornecem a chave para a mudança: a) "a transformação da ideologia liberal-democrática no 'senso comum' das sociedades ocidentais" e b) "transição de um regime extensivo para um regime intensivo de acumulação" (Laclau e Mouffe, "Hegemonia y estrategia socialista", p. 128-9, citado in Guido e Fernandez, p. 64).

Guido e Fernandez acusam, nesta identificação do liberal-democratismo como o "senso comum" das sociedades ocidentais um "idealismo do discurso" que redundava numa "hegemonia sem sujeito". E citam, em seu apoio, Ludolfo Paramio, para quem essa redução da realidade ao discursivo e da prática social à prática discursiva é nada menos que a negação a identificar, no terreno do social, núcleos duros de sentido (p. 65 e nota 36).

Isso permite dissociar a estrutura econômica e de classes da estrutura do poder, de que daria um exemplo extremo Alain Touraine, para quem, nas economias dependentes, o poder estatal está dissociado do poder econômico (p. 66).

Os autores mostram a contradição que há entre esse tipo de análise e a advertência de O'Donnell e Schmitter (dois representantes da tendência criticada pelos autores) no sentido de que, a fim de preservar a transição democrática, deve-se evitar o confronto com a burguesia e as forças armadas. Assim, surgem, de repente, "super-atores", relacionados às estruturas econômicas e políticas e capazes de determinar os rumos da história.

Guido e Fernandez, citando Jon Elster, admitem que a pluralidade existente de movimentos sociais demonstra a coexistência de atores não-classistas e classistas. Recorrem, ainda, a este autor, para constatar que sentimentos religiosos, conflitos raciais, diferenças linguísticas ou nacionais podem ser a base de muitos dos conflitos políticos mais significativos de nossa época. Todavia, advertem que isso não autoriza que se desconheça a presença de uma dimensão de classe nesses conflitos.

Acrescentam, então, que substituir o critério de classe (ou econômico) por uma ênfase em aspectos como a modernização estatal ou os novos movimentos sociais seria escorregar no mesmo tipo de reducionismo a-histórico imposto por tanto tempo pela exclusividade do critério classista (p. 72).

Segundo os autores, para as novas linhas de abordagem dominantes na América Latina o âmbito do conflito é restrito ao processo de transição, enquanto, por outro lado, a visão que se têm da realidade política é fortemente contaminada por um conteúdo normativo. Em apoio a essa última observação é citado um trabalho do grupo do Wilson Center (O'Donnell, Schmitter) onde se afirma que a democracia, entendida como "competição política regular e formalizada" é um "objetivo desejável". Essa atitude também seria comum às equipes do CLACSO e FLACSO-Chile (v. nota 58, p. 73).

Segundo Guido e Fernandez, nesta linha a percepção do conflito é prejudicada ou enviesada, pois só interessam aqueles aspectos da ação coletiva que, supostamente, contribuam para a institucionalização do marco democrático (p. 73-4).

Nessa perspectiva, os novos movimentos sociais são valorizados na medida em que possam estar concorrendo para produzir compromissos sociais ou pactos políticos, o que terminaria por caracterizá-los "como forças sistêmicas 'obrigadas a pactuar' e a produzir 'uma nova institucionalidade'" (p. 75).

E, continuam Guido e Fernandez: "Se a revolução não é possível na periferia (...) somente é tangível a ação de reformas, constituindo-se um 'sujeito democrático' que, de maneira presumível, hoje 'predomina' na ação coletiva. Assim, normatividade, pacto e institucionalização são

utilizados (...) para pensar a transição à nova subjetividade da América Latina sem contradições insuperáveis" (p. 75).

CONCLUSÕES

Calderón e Santos discutem, especificamente, a relevância dos chamados "novos movimentos sociais" na América Latina. Sua análise identifica a origem dos novos movimentos, nessa região, nas mudanças estruturais que teriam atingido a economia (ascensão do neo-liberalismo, novos padrões tecnológicos) e nas imposições do Estado autoritário. Em sua visão, os movimentos caracterizam-se como manifestação de uma politização da vida cotidiana que responde à precária representatividade dos canais sindicais e políticos e à excludência estatal.

Em sua estrutura interna, os movimentos têm um caráter poli-classista, grande heterogeneidade, pluralismo ideológico e político e mecanismos internos democráticos.

Finalmente, os autores apontam a dificuldade que os movimentos têm de superar o âmbito local, a fragmentação e criar canais de representação social, unificar a ação e mudar a estrutura de poder, enfim, gerar historicidade.

David Slater desenvolve em seu artigo três temas sumamente importantes, relacionados à problemática dos novos movimentos sociais. O primeiro diz respeito à própria novidade desses movimentos; o segundo refere-se às especificidades desses movimentos no contexto terceiro-mundista da América Latina; finalmente, o terceiro relaciona-se às implicações que tem a emergência desses novos movimentos para a teoria marxista.

Quanto à novidade, Slater aponta mudanças estruturais no capitalismo contemporâneo que teriam deslocado o lugar das relações de produção como eixo de ordenamento da sociedade e, portanto, do conflito social. Dessa forma, e por conta da mercantilização extensiva, o conflito social tornou-se difuso por toda a sociedade.

Este processo, na América Latina, é mediado pelas relações de dependência dessa região com as nações de capitalismo hegemônico e assume formas próprias. O autor refere-se ao "capitalismo da cocaína", ao movimento ecológico no Brasil e à falência do Estado, em certos países da região, frente à guerrilha e ao narcotráfico.

Porém, sua ênfase maior recai sobre a forma específica de inserção das sociedades periféricas na economia mundial, tornando-as presas da dominação imperialista, em especial na área cultural. Esse aspecto é o ponto principal que obriga à distinção entre os movimentos na periferia e

no centro. Enquanto nos países centrais a multiplicidade de conflitos conduz à afirmação das posições do sujeito democrático, nos países da periferia latino-americana, a centralidade da imposição imperialista conduz à afirmação das posições do sujeito popular.

No que se refere às relações dos novos movimentos com a teoria marxista, Slater reafirma pontos já levantados por outros analistas, indicando a inadequação de tomar o econômico como dimensão estruturante do social, a classe como categoria básica de análise, o partido e o sindicato como formas organizacionais mais avançadas e a revolução proletária como o destino das sociedades capitalistas.

Entretanto, aponta o caráter repressivo (e, no caso dos países centrais, imperialista) do Estado liberal e a necessidade de superar a economia capitalista para construir um projeto socialista que, todavia, ele parece resumir vagamente à construção de "novas identidades".

Guido e Fernandez procuram em seu trabalho fazer uma crítica contundente aos novos paradigmas que, segundo eles, fazendo eco à produção teórica dos países centrais (Galbraith, Daniel Bell, Gorz, Touraine), promovem na América Latina um verdadeiro processo de "enjuizamento" dos sujeitos, através do qual, recusam o "paradigma do conflito", com todas as suas implicações metodológicas e conceituais e negam o papel crucial de sujeitos tais como a classe operária, o campesinato, a burguesia, o sindicato, o partido etc.

Embora aceitando parcialmente a crítica que se faz ao paradigma do conflito e reconhecendo a importância e relativa autonomia de novas (e também velhas) lutas sociais, os autores identificam na ênfase conferida por autores latino-americanos ao processo de transição para a democracia e aos novos movimentos sociais, uma nova forma de reducionismo a-histórico tão nocivo quanto o velho reducionismo classista e, ainda mais, contaminado por um normativismo que absolutiza a necessidade de institucionalização do marco democrático, no âmbito do qual se eterniza o conflito social.

Este é, em breve retomada, um resumo das posições dos autores analisados.

Parece-me que pode-se identificar, aí, três posições distintas: 1) a de Calderón e Santos é a que mais se aproxima de uma adesão incondicional aos "novos paradigmas" (e uso esta expressão consciente de que ela é tão aproximativa quanto indeterminada); 2) a de Guido e Fernandez, em sentido oposto, aproxima-se mais de uma defesa intransigente do "paradigma do conflito", embora reconhecendo a necessidade de considerar a especificidade dos novos movimentos; 3) a de Slater, que se aproxima dos "novos paradigmas" por sua temática e por abraçar os "novos

movimentos sociais" enquanto espaço privilegiado da socialidade contemporânea, mas mantém uma postura crítica ao denunciar a impossibilidade de conciliar o capitalismo com a democracia e a necessidade de apontar para um projeto socialista.

Acredito que uma análise aprofundada dos novos movimentos sociais deve levar em conta necessariamente as transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, em especial nas décadas mais recentes.

A revolução no modo de produção (condição permanente de existência do capitalismo) transformou radicalmente as técnicas de produção e alterou profundamente as relações de trabalho, tornando anacrônico o fordismo vigente até mais ou menos a primeira metade do século. Mas, sem dúvida, seu aspecto mais visível e impactante é a crescente (e permanente) dispensa de trabalho vivo e sua substituição por trabalho morto numa escala tal que Lapeyronnie afirma que se forma não um exército de reserva, mas uma sub-classe, que nunca será absorvida pelo mercado de trabalho.

Deixo de citar, porque seria exaustivo e, também, por que é aqui-conhecido, dados sobre o incremento do desemprego estrutural no países da Comunidade Européia e nos Estados Unidos, mesmo em momentos de crescimento econômico e industrial. Tal evolução do desemprego não é simples manifestação conjuntural, mas expressão de uma tendência histórica. Em nosso próprio país, os dados econômicos mais recentes indicam que, face a um crescimento em torno de 10% do setor industrial, neste ano de 1993, o emprego industrial aumentou apenas em 1%! (cf. o jornal Folha de São Paulo). Prova de que estamos afinados com a pós-modernidade mais *up to date*.

Ao lado disso, o enorme desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa incorporou o mundo dos bens culturais e simbólicos ao cotidiano de nossa existência sob uma forma avassaladora; é isso que torna plausível a tese de Lapeyronnie de que se há uma exclusão pelo emprego, há uma inclusão pelo consumo de massa, pela integração cultural.

Mas, o quadro não estaria completo se não se considerasse a ofensiva ideológica e política do neo-liberalismo e do neo-conservadorismo, que se constitui, pelo seu caráter reacionário, numa ameaça à democracia e às liberdades individuais; por sua vez, essa ofensiva se articula à crise do Estado de bem-estar social nos países de capitalismo avançado e aos efeitos das "políticas de ajuste" preconizadas e impostas pelo FMI nos países periféricos.

De outro lado, esses fenômenos recentes do mundo capitalista, encontram apoio e justificação na verdadeira *débâcle* do "socialismo real", a qual provaria, pela negativa, a superioridade do livre mercado sobre o planejamento estatal e a centralização.

Embora a derrocada do socialismo real tivesse a virtude de eliminar da cena histórica velhos mitos e fantasmas convenientes à Direita, produziu também um efeito de desarticulação entre as correntes de esquerda, mesmo naquelas que encaravam tais experiências históricas com uma perspectiva crítica.

Inegavelmente, essas novas realidades impõem a obrigação de rever velhas categorias e concepções e reavaliar sua adequação. O capitalismo passa por mudanças significativas, aceleradas pela revolução técnico-científica; a classe operária é modificada em sua composição, em sua estrutura e em seu peso social; os novos movimentos sociais trazem ao conflito social o potencial das manifestações expressivas e simbólicas, presentes em movimentos de mulheres e de jovens, mas também em "velhos" movimentos, como os étnicos, os religiosos e os nacionais.

Pergunta-se, então: o marxismo, enquanto instrumental de análise e proposta política, ainda tem elementos para responder a essas situações?

Essa indagação suscita várias questões e é preciso distingui-las. Em primeiro lugar: o capitalismo, enquanto tal, mantém seus traços estruturais, apesar das transformações que o atingem? Em segundo lugar: de que marxismo se fala?

Está longe de minhas pretensões dar respostas a questões tão complexas. Indicá-las, porém, é uma forma, ou tentativa, de apontar os rumos do debate e creio ser possível dar, brevemente, algumas pistas.

Quanto à primeira questão, é importante assinalar que uma das tendências fundamentais do capitalismo contemporâneo, a de substituir trabalho vivo por trabalho morto (visível, por exemplo, no processo de automação), já havia sido analisada, em sua época, por Marx.

Por outro lado, outras características fundamentais também apontadas por Marx, como as crises cíclicas e a tendência decrescente da taxa de lucro, vêm se evidenciando nas décadas mais recentes, sobretudo depois dos 70, após um longo período de crescimento contínuo, sob o imperativo das políticas keynesianas. A crise recente, que tem suas especificidades, manifesta-se, inclusive, nos ataques ao Estado de bem-estar, com restrições severas às políticas sociais e aos benefícios conquistados pela classe trabalhadora em décadas de lutas.

Quanto à segunda questão, deve-se enfatizar que a tradição marxista tem inúmeras vertentes. Sem dúvida, o chamado "marxismo-

leninismo", expressão dogmatizada e burocratizada da ideologia stalinista, foi irreversivelmente questionado pela queda do socialismo real. Porém, não se pode, a não ser a título de manipulação, confundi-lo com toda a herança do marxismo, que é multifacetada e tem fortes vertentes democráticas. Sobretudo, não se pode confundir os postulados do marxismo-leninismo com as formulações originais de Marx, que conferiam um papel crucial às liberdades e ao indivíduo, embora denunciasses o formalismo das instituições liberais.

Tudo isso não significa dizer que a herança do marxismo permanece intacta ao longo do tempo. Há muita coisa datada, como em todo pensamento vivo; há o que, em parte, precisa ser revisto, como a própria crítica do liberalismo; e há, finalmente, matéria morta, ultrapassada pelo desenvolvimento histórico.

Entretanto, a atualidade do marxismo permanece à medida em que seu conteúdo mais vivo (a análise crítica do capitalismo) é validado pela persistência dos traços estruturais básicos do modo de produção capitalista.

Evidentemente, não há porque confundir essa defesa com um balanço contábil. Como disse José Paulo Netto, "o que importa na investigação marxiana não são apenas os seus resultados, mas o seu método: os primeiros podem anacronizar-se em função do movimento do objeto, o segundo permanece eficiente (...) na escala em que o objeto se mantém estruturalmente" (Netto, 1993, p. 38).

BIBLIOGRAFIA CITADA

- CALDERÓN, Fernando y SANTOS, Mario. "Del petitorio urbano a la multiplicidad de destinos". *Revista Mexicana de Sociología*, v. 51, n. 4, 1989. p. 77-91.
- GUIDO, Rafael e FERNANDEZ, Otto. "El juicio al sujeto: un analisis de los movimientos sociales en America Latina". *Revista Mexicana de Sociología*, v. 51, n. 4, 1989. p. 45-76.
- LAPEYRONNIE, Didier. "L'exclusion et le mépris". *Les Temps Modernes*, n. 545-546, 1992, p. 2-17.
- MELUCCI, Alberto. "Mouvements sociaux, mouvements post-politiques". *Revue Internationale d'action communautaire*, Canadá, 1983, 10/50, p. 13-31 e 41-44.
- NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- SLATER, David. "Nuevos movimientos sociales y viejas preguntas políticas?". *Revista Foro*, n. 8, 1989, p. 4-19.
- TOURAINÉ, Alain. *A sociologia da ação. Uma abordagem teórica dos movimentos sociais*. In: *Anais do Seminário: O Retorno do Ator*. Faculdade de Educação-USP, 1991.

O MANIFESTO ANTROPÓFAGO, LITERATURA E ETNIA

*Ilza Matias de Sousa**

* Doutora em Literatura comparada pela Universidade federal de Minas Gerais e, atualmente, Professora Adjunta da Cadeira de Literatura do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 125-134, jul./dez. 1994

MINISTÉRIO ANTROPOLÓGICO LITERATURA E ÉTICA

Uma Mula de Somo

Este é um livro de contos e poemas de um autor brasileiro. O texto trata de temas sociais e culturais, refletindo sobre a realidade do Brasil. O livro é dividido em capítulos e contém ilustrações.

Vitória, 1994. 120 p. R\$ 12,00. ISBN 85-7210-100-0

O "*Manifesto antropófago*" de Oswald de Andrade é um daqueles textos que produzem o que Derrida chamaria de "rupturas ou infrações". A nosso ver, consiste, principalmente, num discurso de invenção cultural, que consegue manter os discursos confortáveis de construção de identidade nacional à distância. O projeto autoral paródico de *Oswald* antecipa deslocamentos étnicos e procede ao desconstrutivismo etnocêntrico que só dos anos 70 para cá vai se consolidar internacionalmente. O Manifesto busca envolver o leitor numa atividade hermenêutica de participação, instigando-o à interpretação paródica dos signos de identidade étnica como origem e paradigma cultural. Um bom método irônico é a sua estratégia política, estética e literária. A recordação paródica do passado e a utilização irônica da utopia do Pindorama dão ao manifesto novas funções criativas. Diríamos que se constitui num manifesto de imagens que projeta e articula nova definição de subjetividade e criatividade. Nosso interesse, portanto, será trazer mais uma vez ao debate esse texto que parece não esgotar os campos de virtualidades interpretativas.

Quase 500 anos depois da colonização européia na América Latina, e a definição de identidade e alteridades permanece objeto de interrogações. O texto de *Oswald*, situado na modernidade brasileira, traz à luz a gênese de ficções que não ficaram indiferentes ao pensamento dialético da diferença e às dificuldades que dele emergiam para circunscrever o "*locus*" cultural. Tal pensamento, hoje, é configuração de um domínio utópico cada vez mais esquivo no confronto com as realidades culturais. O outro da diferença oferece-se como uma encenação, às vezes perversa, pois esconde o retorno vigoroso dos preconceitos raciais, os extermínios, numa época sem desejo curiosamente marcada pela sedução (*Baudrillard*). Saímos da ordem das necessidades e das urgências para entrar na ordem do parricídio, da antropofagia, do bárbaro tecnizado. Nessa ordem, a lógica da diferença pode criar monstros. A estereotipia cultural é um deles. O outro é visto de modo grotesco, aviltante. Os signos do folclore e da miséria operarão esse imaginário teratológico da diferença

O *Manifesto antropófago de Oswald*, escrito na década de 20, quando se desencadeia uma sobre-excitação romântica sobre essas questões culturais, estaria na ordem das narrativas que consistiriam numa "forma irônica de mitologia das aparências" (*Baudrillard*). O sistema de remessa ao mito do matriarcado, à utopia do Pindorama coloca em suspeição as referências antropológicas que tentam construir uma memória nacional e conferir-lhe fundações míticas.

O pensamento antropofágico *Oswaldiano* é muito mais contemporâneo do que se imagina. Refrata paradigmas de qualquer natureza.

Zomba dos suportes "reais" que a produção literária, histórico-cultural ou social quis dar a seus fantasmas. Isso faz a singularidade do projeto autoral de *Oswald*, sempre movido pela necessidade de refletir, descondicionado dos olhares domésticos e estrangeiros, as narrativas redentoras, a "marcha" da utopia, suas crises de representação. As circunstâncias do modernismo brasileiro levam-no a fabricar uma espécie de pensamento selvagem, pondo em xeque o poder das idéias, o poder dos fatos. "Afastar a metáfora do Outro (o estrangeiro), o Outro como metáfora" (*Baudrillard*). Encontra uma via para isso fora da racionalidade dos conceitos raciais: a construção mitológica do Pindorama. Do espaço público e coletivo, no qual discursos da espécie de manifestos se articulam, emerge um outro saber a respeito das histórias desagradáveis da colonização no Brasil, ou na América Latina: o que sobra é o espetáculo das palmeiras. Um objeto autóctone de um exotismo radical: a aborígenidade. Algo que nos seria familiar, porém surge como um fenômeno estranho, de uma exotividade extremada. O que fica é o "irredentismo" desse objeto para nós, os que constituímos a nomeada civilização brasileira. Senhores da cidade, que não andam mais sobre a carne dos pés (*Léopold Sedar Senghor*).

Oswald não tinha nada de ingênuo. Errava pelos bulevares. Não podia confiar em privilégios étnicos ou técnicos. Sabia que não se depararia mais com a grandeza épica sob o sol dos trópicos (*Sartre*). Tal qual um "enfant terrible" faz um jogo de arqueologia de nossa constituição nacional. Uma arqueologia reinventada, derrubando as colunas da memória. Com um prazer malvado, dissimulado por uma crença que se ignora enquanto tal, recria o mito da infância das raças, por meio de teorias impossíveis, com a imaginação de um devorador de alimentos alucinógenos, com o cérebro atulhado de sonhos, fazendo as delícias do gênero humano com livros impraticáveis (lembramo-nos do "Pierre Menard", conto de Borges).

O anjo terrível desce ao inferno da destruição da América que os europeus encontraram (alusão ao título do livro de Enrique Peregalli, historiador), como se fosse o paraíso, mas um paraíso artificial (*Baudelaire*). Paraíso que é a mesma coisa que inferno, pois inatural, a própria fabricação da antiphysis (*Luiz Costa Lima*). Flávio Aguiar, num ensaio intitulado "O inferno revisitado: ou do retorno da aura", provoca este raciocínio: a sátira, a paródia são as vozes "naturais" dessa antiphysis por razões alimentares, seguindo os roteiros do *Manifesto antropólogo de Oswald*.

Onde a "encantadora" miséria de nosso passado? Os habitantes da terra do pau-brasil foram exterminados, porque não podiam aclima-

tar-se ao mundo dito civilizado, branco, etc. Instala-se aí uma alteridade radical (*Baudrillard*), que retorna como artifício de linguagem no discurso do modernista *Oswald*. Numa época de invenções modernas, o autor realiza a última cozedura da encarnação heróica do índio brasileiro, para reestabelecer a figura viva deste, deserdado, condenado ao desaparecimento, no entanto, seduzindo-nos incessantemente, atraindo literatos, poetas, ficcionistas. Dentro dos seus gabinetes de leitura.

O manifesto *oswaldiano* inaugura uma outra estética, ritualística, transformada em imagem plástica. Pindorama: ícone da utopia, território de louvores, glória, tormentos, degradações, floresta, moscas, "línguas que não têm sentido". Desenha-se aí uma postura autoral, uma atitude literária de humor no enfrentamento dos paradoxos entre o autóctone e o estrangeiro, o Mesmo e o Outro. Mas nada de uma arte pobre autóctone. Eis a forma canibal, o segredo ou o sucesso da alteridade. Os europeus que chegaram na América eram concebidos como deuses e não como homens pelos indígenas. "Homens" eram eles (*Baudrillard*). A chave da alteridade nas relações entre literatura e etnia é precipitar o desfecho de uma história que mata o autor brasileiro e o devora. O negócio é produzir a idolatria autoral, estabelecer a posse da ilusão óptica do mito do autóctone, usando do poder crítico que o discurso utópico teria, descobrindo que em nossas crônicas coloniais e em nossas memórias já aparecia a ironia das máscaras, dos espelhos, das imagens - qual é o meu rosto?

Oswald, um homem de letras, é um autor habitado por iniciações míticas da colonização brasileira ou latino-americana. Diz de forma encoberta, utilizando a enunciação irônica, a verdade que seu tempo (as primeiras décadas deste século) não queria ver: as dívidas a respeito da própria identidade, que sempre atormentou os escritores brasileiros, e a necessidade de reconhecimento.

O autor modernista exhibe o ícone da utopia do Pindorama com a alegria de um canibal autêntico, dotado de uma voz bizarra de gastrólatra que, no percurso da literatura brasileira, coincide com a boca do inferno gregoriana, diatribica e gozadora das instituições, das leis. Em seu *Manifesto antropófago*, *Oswald* vai dos baixos mais profundos às notas infantis mais agudas. Diverte-se em esfarelar as alianças culturais. A sua pronúncia das questões nacionais abdica do valor representativo destas. Venenosos rivais, ciosos de documentação histórica, acusam-no de falta de seriedade e dandismo, sem compreenderem o discurso penetrantemente simbólico dos *manifestos* (o da poesia pau-brasil e o antropófago). Sob a camada da eloquência, *Oswald* busca imprimir o aspecto bufo na reivindicação da identidade nacional, ao modo de Sartre, em *Les mouches*,

glozando o tema da *Oréstia*, de Esquilo. A fim de realizar o seu intento, *Oswald* recorre à tática da nudez indígena, da pureza e ingenuidade, pelas quais este povo foi pintado na perspectiva do colonizador.

O instinto de nacionalidade representa um pathos dramático que contamina a literatura brasileira, a cultura latino-americana. Igualmente tomada por obsessões desse tipo estava a Europa renascentista, romântica e doutros momentos históricos exacerbados como os destas últimas décadas do século XX. Isso acontece sempre que a ordem etnográfica comparece para pontuar diferenças que são usadas em prol de declarações de direitos humanos (?) falseadas. Saindo-se desses anseios de superioridade racial, do maniqueísmo de noções retiradas desses etnocentrismos (civilizado x selvagem, exótico, estranho x familiar, etc.), veremos que a cultura greco-latina nos parecerá tão exótica quanto cotidiana, “isto é, que (os romanos, os gregos) existiram de maneira tão exótica e tão cotidiana quanto, por exemplo, os tibetanos ou os nhambiquaras” (Paul Veyne).

As relações entre literatura e etnia no Brasil são parecidas, portanto, com as do corpo e sua sombra. Mas invertendo os pólos, poderíamos dizer que para a Europa contemporânea o grande susto foi a crescente resistência da sombra. Só a *Antropofagia* nos une. Esse foi o fulgurante achado de *Oswald*. “Única lei do mundo. Expressão marcada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz” (*Oswald de Andrade*). O mito da brasilidade nasce desse mal necessário para se pensar o clã, a tribo, a nação, a pele, a dessemelhança inexorável. No *Manifesto antropófago*, *Oswald* inventa a brincadeira com as máscaras, os totens aborígenes. Os jogos ingênuos do instinto caraíba disfarçam a tramadíssima ironia que deslocará o autor do peso etnocentrista presente na literatura brasileira.

Reconstituir pela via da dilaceração a nossa história não teria sido suficiente para *Oswald*. Ele inventa à sua maneira a chistosa e fantasmagórica figura do Pai, para derrogar a lei etnocêntrica. Como uma criança diante da lei severa do pai, *Oswald* “safa-se” jogando o jogo da solução da vacina antropofágica. Filho da arte e da fantasia, entra no drama doméstico de gerações ilustradas de literatos (José de Alencar, Machado de Assis, por exemplo). O método que escolheu para sua relação com o universo familiar e estrangeiro é o da apropriação do exotismo e da alteridade radical. É simulação de um estado de retorno à indomável infância, que, segundo Lyotard, em suas reflexões sobre os tempos pós-modernos, corresponderia a um apelo de sobrevivência: “E que mais resta, para opor resistência, que a dívida que toda a alma contraiu com a indeterminação miserável de sua origem, da qual não cessa de nascer?”.

Oswald vai procurar essa coisa indomável, esse poder estranho debaixo de uma poeira de séculos e vermes.

No manifesto da poesia pau-brasil, *Oswald* proporia: drenar os produtos exóticos para as metrópoles estrangeiras, reelaborando em tom de chiste a estratégia que se efetiva desde os “primeiros contatos entre populações européias e populações indígenas” (Roger Bastide). O carnaval será um deles: “bárbaro e nosso”. Palavras canibais que convidam a repensar o país como lugar de festas no presente e de guerras no passado colonial. O autor antropofágico recolhe, no universo do imaginário indígena do país, a utopia do Pindorama, revestindo-lhe de um papel de provocação. Nisso imprime-se uma leitura potencializada de outras modalidades textuais que se abrem para a singularidade dos trópicos.

Relendo dos finais deste século o texto de *Oswald*, ele se exhibe como o inesperado num percurso de nacionalismo literário que, afirma Risério, foi inventado por um francês Ferdinand Denis (!). O projeto autoral *oswaldiano* é a explosão poética das contradições de uma literatura afetada pela retórica dominante que procura uma modernidade conciliadora em pontos complexificados das relações interétnicas. O *manifesto antropófago* permanece como malícia, ironia, humor, chiste. Salto de gato onde tudo parecia condenado à mesmice, à adesão acadêmica, à poética de importação, que faziam da citação e da referência uma retórica com mecanismos de exclusão. O problema de culturas como a nossa é outro. Se tudo vem do Outro, somos canibais. Absorver, assimilar, devorar: eis a regra da invenção da diferença. Nem a antropologia, nem a filosofia, as artes, a literatura, nenhum saber resolve questões raciais (concordamos com *Baudrillard*). Na fenda irônica do *Manifesto*, cartografam-se as tensões entre literatura e etnia. *Oswald*, na paisagem modernista paródica, antecipou o que hoje é possível ao teórico formular: o jogo das raças e seu diferencial irônico (*Baudrillard*), mediante a sedução do imaginário dos “bárbaros, pitorescos e meigos” (*Oswald*) e a devoração, da qual o rito inaugural teve o Bispo Sardinha como prato. E de que Hans Staden escapou “de fininho”. Suculento anedotário, a fazer parte da história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Flávio. **Inferno revisitado ou do retorno da aura**. Conferência apresentada na Université du Quebec à Montreal em outubro de 1985 e na Universidade Federal do Rio Grande do sul em outubro de 1986. (texto apost./xérox).
- ANDRADE, Andrade. **Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias**. Introd. de Benedito Nunes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, 228 p. (Obras Completas).
- Um homem sem profissão: memórias e confissões**. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, 140 p. (Obras Completas).
- BASTIDE, Roger. **Antropologia aplicada**. Sao Paulo: Perspectiva, 1979, 196 p. (Estudos/Antropologia, n.60).
- BAUDELAIRE, Charles. **Escritos sobre arte**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, 122p.
- BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal: ensaios sobre os fenômenos extremos**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Campinas, SP: Papius, 1992, 185 p.
- BLOY, Léon. **Histórias desagradáveis**. Trad. Aníbal Fernandes. Lisboa: Editorial Estampa Ltda, 1982, 137 p.
- CARVALHO, Ronald. **Pequena história da literatura brasileira**. Introd. e posfácio de Fábio Lucas. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, 327 p.
- CASSIN, Bárbara, Loraux, Nicole e Peschanski, Catherine. **Gregos, bárbaros, estrangeiros**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, 124 p. (Coleção TRANS).
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Miriam Shanaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973, 387 p. (Estudos, 16).
- FONSECA, Maria Augusta. **Oswald de Andrade: o homem que come**. São Paulo: Brasiliense, 1982, 104p. (Série Encanto Radical).
- LIMA, Luiz Costa. **Mimesis e modernidade: formas das sombras**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, 287 p. (Biblioteca de Teoria e Crítica Literária).
- LYOTARD, Jean-François. **O inumano: considerações sobre o tempo**. Ana Cristina Seabra e Elisabete Alexandre. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, 202 p. (Coleção Margens).

- NERVAL, Gérard de. **As filhas do fogo**. Trad. Luiza Neto Jorge. Lisboa: Editorial Estampa, 1972, 224 p.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. São Paulo: Pontes, 1993, 171 p. (Linguagem/Crítica).
- PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. São Paulo: Atual: Campinas: SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987, 65 p. (Discutindo a história).
- RISÉRIO, Antônio. **Textos e tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, 199 p. (Série Diversos).
- SARTRE, Jean. **Reflexões sobre o racismo**. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, 129 p.
- VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1983, 55 p. (Primeiros Vãos).

O MENOR NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

Arilda Gonçalves dos Santos

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa "O Menor no Contexto Sócio-Político" financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do Edital de Seleção de Bolsistas de Iniciação Científica.

Revista Brasileira de Sociologia, v. 8, n. 2, p. 135-150, jul./dez. 1994

O MENOR NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

*Arilda Guedes dos Santos**

* Socióloga com atuação na área de pesquisa sobre o menor infrator. Pertencente ao quadro técnico da FEBEM/RN atuou no Centro de Receducação do Menor.

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 135-150, jul./dez. 1994

... a situação da sociedade brasileira, a partir da análise da estrutura social e política, e a necessidade de uma transformação radical da sociedade brasileira, a partir da luta social e política.

O MENOR NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

Artista Gráfica das Artes

Sociologia com ênfase na área de pesquisa sobre o menor infrator. Professor no curso de graduação em FENOMENOS SOCIAIS no Centro de Educação do IUPERJ.

HISTÓRICO

Criada em 1º de dezembro de 1964, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor é entidade com personalidade jurídica de direito privado, instituída pela Lei Federal nº 4.513, para substituir o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) Órgão responsável na época pelo estabelecimento da Política de bem-estar do menor.

A extinção do (SAM) foi marcadamente justificada pela política repressora que permeava as ações deste órgão. As instalações inadequadas, técnicos despreparados, os dirigentes omissos e menores em condições promíscuas eram constantemente espancandos. Contra esta prática repressora surge a FUNABEM.

O primeiro passo era, portanto, mudar radicalmente, a estrutura administrativa do SAM; dar novos métodos de trabalho e novo pessoal aos antigos estabelecimentos de internação; Transformar a mentalidade dominante que só pensava no internamento como reformatório para coibir e reprimir. A ordem era implantar a idéia de que o objetivo de todo estabelecimento é recuperar e reintegrar.

Objetivava, também a FUNABEM, pesquisar métodos, testar soluções, estudar técnicas que conduzissem à elaboração científica dos princípios que deveriam presidir toda a ação que viesse a reintegração do menor abandonado e/ou infrator à sociedade.

O estatuto da Fundação foi aprovada pelo então presidente da República Castello Branco (1964-1966), mediante o decreto nº 96.575, de 14 de julho de 1965. O Decreto nº 74.009, de maio de 1974, vinculou a FUNABEM ao Ministério da Previdência Social.

A política nacional do bem-estar "ao mal-estar"

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, tem por objetivo formular e implantar, em todo o país, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, mediante o estudo do problema e o planejamento das soluções, bem como o de orientar, coordenar e fiscalizar as entidades que executam a mesma política. A FUNABEM estabeleceu suas diretrizes em consonância com a Declaração dos Direitos da Criança, proclamada a 20 de novembro de 1959 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Reza as Diretrizes da Política do Bem-Estar do Menor:

"Assegurar prioridade dos programas que visem integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos; (grifo nosso)

- Incrementar a criação de Instituições para menores que possuam características aproximadas das que informam a vida familiar, e bem assim a adaptação, a esse objetivo das entidades existentes de modo que somente se venha a admitir internamento de menor em instituições desse tipo ou por determinação judicial. Nenhum internamento se fará sem observância rigorosa da escola de prioridade fixada em preceito regimental do Conselho Nacional;

- Respeitar, no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades". Revista Brasil Jovem nº 36.

Para maior identificação, conhecimento e compreensão da Política do menor no Brasil, se faz necessário reportar-se sua trajetória política.

Em épocas anteriores foram realizadas diversas experiências por iniciativa Particular ou do Estado. Porém melhoraram apenas alguns aspectos da vida infantil. Como sempre isto acontece por tratar os problemas da criança de forma superficial, sem intervir no cenário social que as envolvia.

Em 1871, quando foi detectada a Lei do Ventre Livre, os senhores de escravos costumavam deixar no abandono as crianças libertas cujos pais permaneciam em cativeiro. O Estado preocupava-se exclusivamente com esses abandonados, que eram considerados delinquentes em potencial.

Com as transformações sociais e econômicas que se sucederam à abolição de 1888 e à proclamação da República em 1889, a assistência a criança torna-se uma necessidade cada vez mais sentida.

Durante a década de 20, fortaleceu-se a tese de que ao Estado caberia assistir a criança, e entre 1922-33, foram inaugurados lactários, jardins de infâncias, consultório para lactentes escolas maternais, policlínicas infantis e realizaram-se campanhas em favor do aleitamento materno e contra o comércio de amães-de-leite (considerado na época uma das principais causas da mortalidade infantil).

Somente após a revolução de 1930 é que o Estado passou a marcar sua atuação na assistência às crianças.

A Constituição de 1934 foi a primeira a tratar da criança no que estabelecia, pela primeira vez, que a união, os Estados e municípios deveriam amparar a maternidade e a infância, assim como "adotar medidas legislativas e administrativa no sentido de restringir mortalidade e a mobilidade infantis.

Em 1940, surgiu o Departamento Nacional da Criança (DNCR), Órgão do Ministério da Educação e Saúde Pública que centralizou o atendimento a infância brasileira durante quase trinta anos. "A tônica do atendimento proposto era médica", afirma a pesquisadora SONIA KRAMER, autora do Livro "A Política do pré-escolar no Brasil." onde diz na medicina preventiva uma maneira de remediar e socorrer a criança e sua família (...)

Durante a década de 60, o (DNCR) foi sendo progressivamente esvaziado. Em 1970, com a reforma administrativa do Ministério da Saúde, foi transformado em Coordenação de Proteção Materno-Infantil, posteriormente chamada Divisão Nacional de Proteção Materno-Infantil. "Revista Retrato do Brasil - A situação da Infância Brasileira"

Em 1974, nasceu o Programa de Saúde Materno-Infantil (PSMI), cujas metas eram oferecer assistência pré-natal, ao parto e ao puerpério; controlar as doenças ginecológicas e de forma sistemática a saúde materno-infantil. Além disso, estimular através de campanhas, o aleitamento materno, o planejamento familiar e a educação sanitária.

Atuação em Natal

A primeira Casa de Menores Infratores em Natal foi instalada em 4 de julho de 1954, em solenidade presidida pelo então Revdmº. Dom Eugênio de Araújo Sales, foi inaugurado na Avenida Estevam Machado no Bairro das Quintas na cidade de Natal-RN, o Instituto Estevam Machado.

Dom Eugênio de Araújo Sales era parte integrante das obras sociais da juventude masculina católica, e para o seu funcionamento foi escrito em termo de compromisso entre a referida Instituição e o Departamento Estadual de Reeducação e Assistência do Menor (antigo SAM), destinado a manutenção dos 20 menores ali internados. O acordo foi firmado, através de entendimentos pessoais no Rio de Janeiro, entre o Diretor Geral do SAM, Revdmº. Pe. João Pessoa e então o Cônego Eugênio de Araújo Sales, Diretor da Instituição, em janeiro de 1953.

Em dezembro de 1970, o Departamento de Serviço Social do Estado assumiu a manutenção da instituição, dentro de suas atribuições de implantar e executar a política de Bem-Estar Social do Governo do Estado.

O citado Instituto tinha como finalidade prestar assistência material e educacional a menores do sexo masculino, na faixa etária de 14 a 18 anos, em regime de internato, para tratamento de menores de conduta

anti-social objetivando a sua ressocialização e reintegração ao convívio social.

O referido Instituto transfere-se para a localidade da Granja Presidente Kennedy no Km 01 da BR - 101 em Eduardo Gomes.

Em 01 de janeiro de 1979, é inaugurado o Centro de Reeducação de Menores (CRM), com toda uma estrutura adequada aos padrões de atendimento para 48 menores, visando a promoção do menor institucionalizado, dentro de uma linha educativa: é o pretendido.

Contando com uma equipe interdisciplinar, educadores e pessoal de apoio, pretendia-se a partir desta data implementar uma nova linha de ação objetivando um trabalho de reeducação e a reintegração desses menores ao convívio social.

O menor ao ser encaminhado para a unidade de recuperação já trás consigo o reflexo da desorganização familiar, bem como as marcas do abandono, da carência e da rejeição. E o que é mais grave: o rótulo de "infrator".

Na perspectiva do menor o CRM irá apagar essas marcas e, através do atendimento Sócio-Psicopedagógico, logo se sentirá recuperado e reintegrado ao convívio social e até mesmo apto para ingressar no mercado de trabalho, choca-se com a realidade que é bem diferente. Na prática o Centro de Recuperação não oferece condições de um trabalho voltado para a ressocialização e reintegração desses menores ao convívio social.

Os postulados da legislação em vigor, capítulo II do Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 94, incluso VII que determina "oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitualidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários a higiene pessoal". - ainda que este no ordenamento legal, bem operacionalizar-se efetivamente

Na prática as instalações físicas sanitárias foram feitas totalmente inadequadas a realidade dos adolescentes. Os quartos individuais por exemplo é uma prova disso. Os quartos individuais segundo o discurso foram feitos visando a privacidade de cada interno. Em contra partida os banheiros com a única finalidade para o banho, foi feito de forma coletiva.

A privacidade aqui não foi considerada e enquanto se expõem totalmente nus uns para os outros, conseqüentemente se reforça a prática da promiscuidade e do homossexualismo entre os menores. Essa prática comportamental é uma constante entre eles dentro e fora da instituição.

Outro aspecto observado foi à construção dos sanitários praticamente ao lado da cabeceira da cama, desprezando os padrões de higiene.

O espaço físico e sanitário, isto é a estrutura da unidade tem sido direcionado unicamente aos padrões administrativo-disciplinar em detrimento dos aspectos sócio-educativo e psicopedagógico norteadores do processo reeducativo e reintegrativo estabelecido nos registros normativos oficiais.

Estabelece ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 94, inciso IV:

"Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente"

Por outro lado, foi observado que o tratamento que é dado aos menores até mesmo pela cúpula administrativa, reforça o estigma preconceituoso da sociedade.

São chamados por cognomes vulgares quando se refere ou mesmo se dirige aos menores, tais como: Tampinha, Boca de Lata, Minha véia, Gaguinho, etc.

O que foge portanto a uma postura moralizadora adequada aos padrões de dignidade e respeito enquanto agentes do processo de ressocialização e reintegração dos menores, esse tratamento reforça ainda mais a questão do rótulo e confirma a prática alienante e repressora da Instituição, o que conduz exatamente o ambiente de desrespeito e indignidade dos menores que ali estão para receberem atendimento que lhes possibilitem uma mudança de comportamento visando portanto reeducação e reintegração ao convívio social. Falta a esses menores a preservação de seus direitos dentro dos princípios de cidadania e identidade pessoal.

Toda essa prática vem confirmar o quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente está distante da realidade desse país subdesenvolvido e portanto longe de ser cumprido, é o que refletirá a abodagem do capítulo seguinte.

A Trajetória do Menor no CRM

O menor chega a Instituição trazendo consigo as marcas da carência, do abandono, da rejeição e o reflexo da desorganização familiar. Na visão desse menor o CRM. O que não acontece que a convivência no dia a dia com outros infratores viciados e de alta periculosidade, termina se especializando no mundo do crime, daí surgem as fugas e, as reinci-

dências. Completando a maioria é desligado sai completamente des-preparado para enfrentar a vida fora da instituição, sem trabalho e sem perspectiva, volta ao mundo do crime e termina na penitenciária arris-cando matar ou morrer. Temos vários exemplos de menores que passa-ram pelas instituições e terminaram mortos na penitenciária Dr João Chaves. Tivemos recentemente um caso de um jovem que foi interno do CRM quase 5 anos por ser menor abandonado, não tinha homicídio, nunca matou nem roubou com o novo estatuto ele não podia permanecer interno já que de acordo com o ECA a internação não pode ultrapassar aos 3 anos, foi dado o desligamento do referido menor. Tão logo se viu sozinho sem ter como sobreviver, passou a roubar, como não tinha meios de constituir advogado foi encaminhado a penitenciária e acabou sendo morto pelos companheiros de cela.

Infelizmente a Instituição sem a mínima estrutura, não oferece uma educação voltada para o trabalho e pelo trabalho. Não se prepara esses menores para enfrentar a vida fora da instituição, onde ele possa se despojar do rótulo de marginal e passar a ser agente produtor e reprodu-tor de uma sociedade que lhe insira no processo de mudança social.

Educador x Educando **Educar-se para reeducar**

Os agentes institucionais que lidam com os menores na institui-ção e que precisam repensar a questão, são os educadores, ou seja são os que vivem no dia a dia, no corpo a corpo com os menores.

Antes de abordar este assunto faz-se necessário levantar algumas questões:

- Quem são esses educadores? Qual o grau de instrução? Qual o verdadeiro papel desses educadores, que tipo de treinamento recebem, qual a duração do tempo do estágio? São as questões consideradas como bastante relevantes por ser esses educadores parte integrante do processo sócio-educativo juntos aos menores institucionalizados.

Trabalhar o menor infrator dentro da instituição não é tarefa muito fácil, é necessário habilidades, altruísmo, compromisso político voltado para uma prática transformadora, dedicação, competência técni-ca, espírito de companheirismo e ser solidário, haja visto a clientela com problemas de conduta das mais diversas. Razão pela qual esses educado-res deveriam necessariamente passar por um treinamento e inclusive um estágio na Instituição antes mesmo de assumirem suas funções. Na prá-tica este seria o primeiro momento.

O segundo momento seria rever e analisar com critério a questão da remuneração desses educadores, não se pode repensar essas questões sem passar por este ponto considerado como importante.

A característica desses educadores que lidam durante 24 h com os menores infratores na maioria deles tem quase que as características dos menores, isto no tocante a questão sócio-econômica, pois a maioria residem nas periferias e moram nos mesmos bairros, que os menores, uns são totalmente analfabetos outros semi-analfabetos apenas um educador dentre oito educadores possui nível superior. Todos esses outros recebem um salário de fome, o que já é normal no Nordeste. Mais angustiante ainda são os depoimentos, destes quando vão receber seus míseros salários:

"não sei o que vou fazer meu Deus, tiram tanto do meu salário"

"não colocaram minhas horas extras, meu filho me pediu um caderno e um livro que a professora falou pra comprar, e não tenho como fazer isso"

"tem dia lá em casa que não tenho com que comprar um pão"

"isso não é vida a gente aqui cuidando do filho dos outros e os nossos em casa"

Estes são os educadores que são jogados de qualquer jeito para os internatos.

Isto é falta de uma política de investimento na área de recursos humanos, na qualificação de pessoal que se destina a desenvolver um trabalho com o menor infrator. É necessário priorizar o quadro de pessoal que se tem no CRM (Centro de Recuperação do Menor).

É necessário para isso um investimento maior na capacitação de profissionais da área sócio-terapeuta para quando chegarem ao CRM, estejam devidamente preparados e aptos a desenvolver junto aos menores uma prática de mudança, onde educador-educando sejam agentes dessa transformação, até porque é essa interação entre menor e agentes institucionais que se processa a ressocialização e conduz a reintegração desses menores ao convívio social.

Terceiro momento é a questão da disciplina, forjada nos padrões administrativo da instituição e distante dos aspectos sócio - educativo e reintegrativo.

A disciplina de forma criteriosa e bem dosada dentro destes aspectos ira possibilitar um ajustamento melhor e uma melhor compreensão do mundo que os cerca.

Instituição x Agentes Institucionais **O mal-estar do maior**

Falamos no início deste trabalho, da política do Mal-Estar do Menor. Acontece que esse mal-estar também está presente no maior, presente nos pais, presentes nos agentes institucionais que lidam com o menor. A falta de estrutura em todos os aspectos, o estímulo que não é dado devidamente, aos funcionários, a falsa remuneração recebida para então difícil tarefa, as interferências políticas dentro da Instituição tem sido fatores determinantes para um trabalho deficiente e ineficaz.

Realmente esse mal-estar tem estado estampado nos rostos, dos funcionários em geral, tanto os técnicos, como educadores e pessoal de apoio.

Vamos nos reportar do Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a prevenção do delito e do tratamento do delinqüente no qual ficaram estabelecidas algumas regras com relação a detenção de menores. Vejamos algumas delas para uma melhor reflexão da nossa realidade:

"O andamento dos centros de detenção de menores depende da integridade, atitude humanitária, capacidade e competência dos funcionários para tratar os jovens, assim como os seus dotes pessoais para o trabalho". (regra 82)

"Para alcançar tais objetivos, deverão ser designados funcionários profissionais, com remuneração suficiente para atrair e reter homens e mulheres capazes. Deverá ser dado a todo momento, estímulos aos funcionários dos centros de recuperação de jovens para que desempenhem suas funções e obrigações profissionais de forma humanitária, dedicada, profissional, justa e eficaz, comportem-se a todo momento, de tal maneira que mereçam e obtenham o respeito dos jovens e sejam um modelo e uma perspectiva positivos" (regra 83)

"O pessoal deverá receber uma formação que permita o desempenho eficaz de suas funções particularmente a capacitação em Psicologia Infantil, proteção da infância e critérios e normas internacionais de direitos humanos e direito da criança, incluídas as presentes regras. O pessoal deverá manter e aperfeiçoar seus conhecimentos e capacidade profissional, comparecendo a cursos de formação no serviço, que serão organizados, periodicamente" (regra 85)

É muito fácil quando tudo estar arrumadinho no papel, só que a maioria dos funcionários muitas das vezes não tomam conhecimento dos cursos que aparecem e quantas vezes surgem viagens para ir visitar alguns trabalhos em outros estados e as bases não tomam conhecimento, só sobra para quem estar de fora nos birôs.

Como aperfeiçoar os conhecimentos e capacitar pessoal quando não se procura viabilizar recursos e priorizar os internatos.

Continuando o discurso vejamos o que diz a (regra 86).

O diretor do Centro de Recuperação deverá estar devidamente qualificado para sua função, por sua capacidade administrativa, por uma formação adequada e por sua experiência na matéria, e deverá dispor de todo o seu tempo para sua função social.

Na realidade o que se costuma presenciar é exatamente o contrário, para um coordenador (diretor) assumir tais funções não precisa ser qualificado nem tão pouco conhecedor da matéria. Tais funções são atribuídas por indicação política e por fazerem parte de tais facções. Não se concebe o compromisso político dissociado da competência técnica-administrativa. Isso não passa de jogo político alienante e demagógico, perdendo portanto, todo o sentido da ação política comprometida com uma prática de mudança social. Hoje o menor não passa da pano de fundo na questão política e social. Realmente não se dar a devida atenção nem o devido respeito as nossas crianças e jovens sejam abandonados, carentes ou infratores se assim fosse não se colocavam pessoas analfabetas para coordenarem as unidades meramente por questões política partidárias. Principalmente as creches de periferia nunca se viu tantas ASGS assumindo a direção de creches simplesmente por fazerem parte de jogo político. Essa e outras razões mostram que não é o país que é subdesenvolvido mas as mentes é que são subdesenvolvidos. Portanto o real problema do menor está na questão do maior.

Formas de desligamento

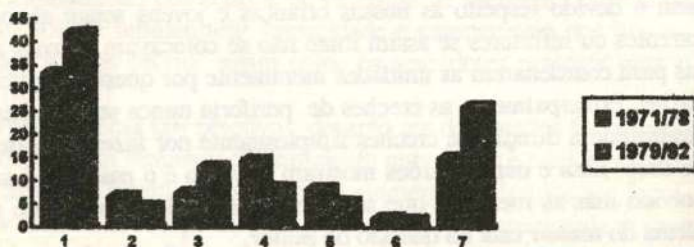
Tabela Nº 5

Distribuição dos menores registrados segundo o aspecto sócio-jurídico
1971/92

	PERÍODO 1971/78		PERÍODO 1979/92	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Desligados	72	33,1%	169	41,8%
Transferidos	14	6,4%	17	4,2%
Evadidos	16	7,3%	52	12,8%
Penitenciária	31	14,3%	34	5,3%
Óbitos	18	8,2%	21	5,3%
Reintegrados no mercado de trabalho	4	1,8%	6	1,5
Deixaram de informar	63	14,9%	105	26%
TOTAL	218	100%	404	100%

Fonte: CRM, Juizado de Menores e Penitenciária João Chaves/ 1993

Formas de desligamento



1. Desligados
2. Transferidos
3. Evadidos
4. Penitenciária
5. Óbitos
6. Reintegrados e no mercado de trabalho
7. Deixaram de informar

Dos 218 menores registrados no primeiro período 1971/78, constatou-se que apenas (33,1%) foram desligados. Somando-se a este os transferidos e os evadidos tem-se um percentual de (46,8%) desses menores não existes registro que indique onde e como estão esses menores atualmente. foi constatado que (14,3%) deram entrada na Penitenciária após seus desligamentos, por terem voltados a reincidirem e já estarem com mais de 18 anos. Foram a óbitos (8,2%). Ressalte-se que, estas mortes se deram por assassinatos, companheiros e por rixas entre gangues alguns casos ocorreram dentro da própria penitenciária onde foram mortos pelos companheiros de cela apenas alguns casos ocorreram por reagirem a prisão e troca de tiros com a polícia. Os registros de reintegrados e no mercado de trabalho apenas (1,8%) deixaram de informar 14,9%.

No segundo período 1979/92 foram desligados (41,8%), que somando-se a estes os transferidos e evadidos se obtém uma frequência acumulada em percentual de (58,8%), que também não se sabe onde nem como se encontram esses menores atualmente. Deixaram de informar (86,%) percentual bem significativo. Deram entrada na Penitenciária (8,4%) reintegraram-se e chegaram ao mercado de trabalho apenas (1,5%) foram a óbitos pelas mesmas razões do período anterior.

Como se constata não existe na verdade infra-estrutura nas instituições que permitam tratamento reeducativo e eficaz a estes menores.

O desligamento da forma como está sendo trabalhado, tem se transformado em mecanismo que só favorece aos ex-internos a continuarem infratores.

GOFFMAN (1974) As "instituições totais" tem por finalidade "reformatar" os indivíduos segundo algum padrão ideal do ser. Berger e Luckmann (1973) afirmam que: "As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana, que canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis" (p.80). daí decorre o objetivo das instituições de atendimento aos menores conforme foi oficialmente declarado, que é a ressocialização do menor, sua "recuperação" mesmo não se tratando de infratores), tendo em vista sua reintegração na sociedade.

Constata-se a clara luz os efeitos danosos do modelo institucional mesmo sabendo-se que as instituições têm seus objetivos voltados para a reeducação e a reintegração do menor ao convívio social, esses objetivos permanecem apenas no discurso e muito longe de serem cumpridos na prática. O não cumprimento destes objetivos vão desde a ausência de infra-estrutura, despreparo da equipe técnica e de apoio, etc.

Isto é fruto de uma política deficiente e ineficaz. O que vai de encontro a uma prática repressiva e alienante.

As pesquisas de FELDMAN (1977) sugerem primeiro, que as experiências institucionais aumentam de fato a probabilidade de reincidência após o desligamento e, segundo, que isto ocorre devido aos efeitos nocivos da vida na instituição, em geral, e na prisão em particular. Caso especialistas fossem convocados a planejar um sistema dedicado a treinar adolescentes para a delinquência, dificilmente conseguiriam produzir algo melhor que nosso sistema vigente de instituições correccionais.

Sergio Muniz de Souza (1959) advogado e bastante conhecedor na matéria já fazia sua crítica ao sistema carcerário brasileiro, inclusive aos abrigos.

Afirma ele: "Não possuímos em todo o território nacional, ao menos um estabelecimento verdadeiramente destinado à recuperação de infratores. Temos sim, depósito de menores desde a cadeia pública até o abrigo), onde a boa vontade de alguns abnegados não basta para suprir as falhas de toda a natureza que promanam da falta de orientação geral"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Brasil Jovem - Revista da Fundação Nacional do Menor - nº 36 - Ano 10 - 3º quadrimestre de 1976.
- 2 - Revista Retrato do Brasil, A Situação da Infância Brasileira - Editora Política.
- 3 - Coleção Direito de ter Direitos. Regras Mínimas das Nações Privadas de Liberdade. Oitavo Congresso das Nações Unidas Sobre a prevenção do Delito e do Tratamento do Delinquente - pg 14 Regras 82,83, 84, 85, 86.
- 4 - GOMIDE, Paula Inez Cunha. Menor Infrator: A caminho de um novo tempo. Curitiba, ed. Juruá - 1990 pg. 31,32.
- 5 - TEXTOS AVULSOS - S/A
- 6 - CRM - Centro de Reeducação do Menor

ANÁLISE DE OPERADORES
ARGUMENTATIVOS E TEMPOS
VERBAIS EM TEXTOS DESCRITIVOS
DO NATURALISMO BRASILEIRO

Prof. Dr. Denise Costa de Queiroz

Revista de Gramática II - DEPT. - COLÉGIO UFRN

Visconde, Natal, v. 8, n. 2, p. 151-164, jul/dez. 1994

REVISÃO DE PROVA DE ADMISSÃO - 2011
CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - 2011
CARGO DE NÍVEL SUPERIOR - 2011
1 - Língua Portuguesa - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
2 - Matemática - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
3 - História - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
4 - Geografia - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
5 - Inglês - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
6 - Espanhol - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
7 - Física - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
8 - Química - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
9 - Biologia - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
10 - Redação - 1 texto dissertativo - 15 pontos
11 - Conhecimentos Gerais - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
12 - Informática - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
13 - Inglês - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
14 - Espanhol - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
15 - Física - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
16 - Química - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
17 - Biologia - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
18 - Redação - 1 texto dissertativo - 15 pontos
19 - Conhecimentos Gerais - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos
20 - Informática - 15 questões de múltipla escolha - 15 pontos

**ANÁLISE DE OPERADORES
ARGUMENTATIVOS E TEMPOS
VERBAIS EM TEXTOS DESCRITIVOS
DO NATURALISMO BRASILEIRO**

Prof.^a Ms. Liomar Costa de Queiroz*

*** Professora assistente II - DLET - CCHLA - UFRN**

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 151-164, jul./dez. 1994

ANÁLISE DE OPERADORES
ARGUMENTATIVOS E TEMPOS
VERBAIS EM TEXTOS DESCRITIVOS
DO NATURALISMO BRASILEIRO

Prof. Ms. Lázaro Costa de Oliveira*

* Trabalho apresentado II - DLET - CCHLA - UFPA

Vivências, Natal, v. 8, n. 2, p. 151-164, jul./dez. 1994

I - INTRODUÇÃO

A preocupação em analisar operadores argumentativos¹ e tempos verbais² em textos descritivos da literatura naturalista deve-se ao intento de contribuir com uma reflexão que demonstre o quanto a subjetividade está presente em qualquer texto, mesmo aqueles onde a intenção é explorar objetivamente os fatos, tentativa essa que já caracteriza a atuação de um sujeito, logo torna-se presente a marca de subjetividade.

Baseando-nos em alguns princípios teóricos, podemos afirmar que a argumentatividade, a intencionalidade e a ideologia estão presentes, nos textos selecionados, como qualidades inerentes à linguagem.

Para apresentarmos este trabalho, nós o dividimos em duas publicações. A primeira, no número anterior desta Revista, sobre os textos das obras Memórias Póstumas de Brás Cubas e Dom Casmurro, de Machado de Assis. A segunda, a que está sendo apresentada, sobre os textos O Mulato e O Cortiço, de Aluísio de Azevedo.

Com base, predominantemente, no livro Argumentação e Linguagem de Ingedore G. V. Koch, partimos das hipóteses. (conf. QUEIROZ, 1994):

". a argumentatividade é uma qualidade inerente à linguagem humana;

. todo texto veicula uma intencionalidade e uma ideologia; a neutralidade em um texto é apenas um mito;

. os Operadores Argumentativos são responsáveis pela tecitura do texto;

. os tempos verbais se distribuem em Mundo Comentado e Mundo Narrado, entendendo-se "mundo" como possível conteúdo de uma comunicação lingüística, de acordo com a atitude comunicativa do falante;

. uma análise MORFO-SINTÁTICA E/OU SEMÂNTICA E/OU PRAGMÁTICA não abrange a lacuna que a SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA OU MACROSSINTAXE DO DISCURSO (denominação dada por Koch) preenche com o objetivo de "dar conta daquilo que segundo o enunciado, é feito pela fala" (Ducrot, 1984:164), tomando por base o princípio de que todo enunciado traz consigo uma qualificação de sua enunciação".

Aluísio de Azevedo, iniciador do Naturalismo, com a obra O Mulato (1881), como Machado de Assis, representa, também, a fase pós-romântica, que o leva a fazer uma literatura considerada objetiva, racio-

nal, detalhista, onde o autor tenta se colocar como um simples observador, imparcial, neutro, como se fosse possível tal postura.

II - ANÁLISE DE TEXTOS

Analisaremos o primeiro e segundo textos da obra O Mulato e o terceiro e quarto textos da obra O Cortiço.

O Mulato - Aluísio de Azevedo

1º TEXTO

"Lá estava também em casa de Manoel a Eufrasinha, viúva do oficial de infantaria. Toda enfeitada de lacinhos de fita roxa, moreninha, apesar da superabundância do pó-de-arroz; as feições muito desenhadas à superfície do rosto e com um sinal de nitrato de prata ao lado esquerdo da boca, desastradamente imitando da de uma francesa ex-cantora com quem ela se dava. O sinal era ficar do tamanho de uma pulga e saiu do tamanho e do feitio de um feijão-preto". pág. 50.

O narrador apresenta a personagem como caricatura, isto é, ridicularizada, satirizada pelo seu modo de se arrumar: "Toda enfeitada de lacinhos de fita roxa", "as feições... com um sinal de nitrato de prata ao lado esquerdo da boca, desastradamente ... o sinal era para ficar do tamanho de uma pulga e saiu do tamanho e do feitio de feijão-preto". Além do mais ela é "moreninha".

Sabemos através do operador argumentativo "também" da inclusão da personagem em questão entre os convidados do Sr. Manoel, apesar de viúva e que estava não de maneira discreta, mas "toda enfeitada". Quer dizer, a ideologia de que a mulher, por ser viúva, não precisa arrumar-se, enfeitar-se, pois o homem para quem "deveria" se fazer bela, está morto e cuidar da aparência significa estar se candidatando a outro pretendente, coisa contra a qual, hoje, a sociedade ainda tem preconceito. Quando é o homem que fica viúvo, é encarado, normalmente, como "pobre coitado" que precisa "mesmo" arranjar outro casamento, porque homem, na nossa sociedade machista, precisa de uma mulher para cuidar, principalmente, dos afazeres domésticos.

A não está apenas enfeitada, segundo o narrador, está toda enfeitada (grifo nosso) e não é de jóias, mas de lacinhos (grifo nosso) e não simplesmente laços. Lacinhos que também parecem querer indicar o desejo da personagem aparentar jovem. Esses são de fita roxa, isto é, uma cor intensa que chama a atenção de todos e que denota mau gosto.

Ela usa um sinal "desastradamente", ou seja, desajeitadamente, recurso esse de uma pessoa que necessita do auxílio de algum artifício, o sinal, no caso, para poder tornar-se atraente.

O uso do advérbio "desastradamente" está ambíguo, como ocorreu no 1º Texto, não dando para precisar se o narrador está apenas caracterizando a personagem ou se está avaliando-a, o que nos leva a classificar esse advérbio como atitudinal.

O fato do sinal ser de nitrato de prata indica, também, que causa um efeito passageiro, pois o nitrato de prata desaparece com o passar do tempo, mas não tão passageiro, pois o nitrato de prata é forte e marca a pele, principalmente a do rosto que é bem sensível. Já que não possui um sinal, um recurso natural, usa um artificial.

O sinal, que é de nitrato de prata, é uma "imitação" de uma francesa que nem cantora é mais, é "ex-cantora", e o tamanho do mesmo, era para ficar igual ao de uma pulga, inseto que sempre achamos repugnante. Para completar, o "sinal saiu do tamanho e do feitio de um feijão-preto", quer dizer, a ligação do sinal com pulga e com feijão, que não é roxo, nem verde, nem amarelo, etc, e sim preto, tem justificativa no tipo de sinal, que é de nitrato de prata, isto é, é de cor preta como a pulga e o feijão referenciado. Quanto ao tamanho, formato, é chamativo, exagerado, disforme, representando a dimensão de um caroço de feijão-preto que é maior que a de uma pulga e de formato irregular, não redondo, como seria de se esperar de um sinal, normalmente. Caso fosse natural.

Não podemos deixar de destacar o uso do diminutivo em lacinhos, moreninha, Eufrasinha, (grifos nossos) também argumentativo, transmitindo um tom, podemos dizer, depreciativo.

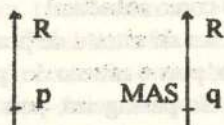
Eufrasinha é morena e continua morena "apesar da superabundância de pó-de-arroz". O uso do operador argumentativo APESAR está enfatizando que, mesmo usando pó-de-arroz em grande quantidade para embranquecer-se, ela continua morena.

As feições muito desenhadas à superfície do rosto, quer dizer, a confirmação de que trata-se de uma caricatura e não de um simples rosto.

Quanto ao emprego do conectivo "e", que aparece três vezes, no primeiro e no terceiro casos estão no seu uso frequente de adição, acréscimo; no entanto, o segundo caso, que está no trecho: "o sinal era para ficar do tamanho de uma pulga e (grifo nosso) saiu do tamanho e do feitio de um feijão-preto" está sendo usado no lugar do MAS, operador argumentativo. Isto é, através do conectivo "e", o narrador transmite a idéia de adversidade, uso menos comum desse conectivo.

Demonstraremos assim:

e = mas



Podemos observar ainda a preposição "para" no mesmo trecho, que introduz uma finalidade e não, simplesmente, está ligando termos.

Os verbos do texto são do mundo narrado, são os tempos zero da narrativa, são tempos sem perspectivas, onde o Pretérito Perfeito é o tempo do primeiro plano e apresenta a ação da narrativa. J o Pretérito Imperfeito é o tempo do segundo plano, pano de fundo da narrativa. A presença dos dois planos, na mesma situação comunicativa, indica o relevo, conforme considera Weinrich e são tempos sem comprometimento do narrador.

O Mulato - Aluísio de Azevedo

2º TEXTO

"O par festejado eram o Dias e Ana Rosa, casados havia quatro anos. Ele deixara crescer o bigode e apumará-se todo; tinha até certo emproamento ricoço e um ar satisfeito e alinhado de quem espera por qualquer vapor o hábito da Rosa; a mulher engordara um pouco em demasia, mas ainda estava boa, bem torneada com a pele limpa e a carne esperta". pág. 190.

O texto registra uma nota de rodapé que esclarece o "casados havia quatro anos": Seis anos passaram: em dois, a moça se refez o suficiente para tornar-se esposa daquele que, antes, considerava "somítico". O termo somítico corresponde a "avaro".

Acreditamos que a explicação dessa nota é útil para o entendimento da progressão semântica através da qual o autor nos conduz ao uso do "até", pois o personagem "Dias" "deixara crescer o bigode e aprumara-se todo; tinha até (grifo nosso) certo emproamento ricoço" e acrescenta, "um ar satisfeito e alinhado...". Quer dizer, apesar da moça considerá-lo, antes do casamento, somítico=avaro, o personagem foi adquirindo postura de ricoço, onde o operador argumentativo ATÉ está marcando o argumento mais forte para a conclusão a que se deve chegar.

São vários argumentos -p,p'.p" ...- que se situam numa mesma escala graduada, apontando para a mesma conclusão "r"(erre), daí pertencerem à mesma escala argumentativa.³

VISUALIZANDO:

Tinha até p"↑	certo emproamento ricoço e um ar satisfeito e alinhado.
p'	aprumar-se todo.
p	Ele deixara crescer o bigode.

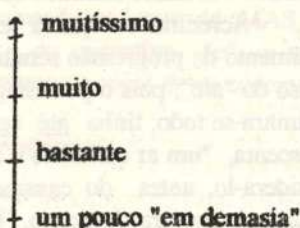
O narrador quando se refere à mulher, Ana Rosa, em vez de ser direto com sua intenção de que a mesma tornara-se gorda, como seria normal numa descrição objetiva, utiliza-se do aparente eufemismo através da expressão "um pouco", que, na realidade, não ameniza os termos "em demasia" e, para reforçar, recorre a dois operadores, notoriamente, argumentativos, como o MAS e o AINDA (marcador de excesso temporal) para eliminar a imagem pejorativa que nós, leitores, possamos formar ou que o autor mesmo possui. Deixa claro o pressuposto de que Ana Rosa era boa (boazuda), bem torneada (roliça), com a pele limpa e a carne esperta (rija) e o posto, a partir do MAS e AINDA, de que continua com essas qualidades, apesar dos anos.

VISUALIZANDO:

Af.

TUDO

"A mulher engordou um pouco."



A escala argumentativa, que apresenta a hierarquia de força entre os argumentos que levam a uma conclusão, está orientando no sentido da afirmação plena de que:

"engordara um pouco em demasia" = engordara muitíssimo = era TODA gordura.

Os verbos do texto são do mundo narrado, estão representados apenas por um tempo zero da narrativa, o Pretérito Imperfeito do Indicativo, tempo sem perspectiva, mas temos a presença de verbos no Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo que indicam perspectiva do tipo retrospectivo. O Pretérito Imperfeito é o tempo do segundo plano, plano de fundo da narrativa, tempo esse que caracteriza-se por ser relaxado e não tenso e o narrador comporta-se de maneira descompromissada.

Obs: A frase "de quem espera por qualquer vapor o hábito da Rosa" não foi analisada por parecer estranho o seu sentido, apesar de estar fiel ao texto no qual nos baseamos.

O Cortiço - Aluísio de Azevedo

3º TEXTO

"Alexandre, em casa, à hora de descanso nos seus chinélos e na sua camisa desabotoada, muito chão com os companheiros de estalagem, conversava, ria e brincava, mas envergando o uniforme, encerrando o

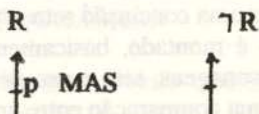
bigode e empunhando a sua chibata, com as calças de brim, ninguém mais lhe via os dentes e então a todos falava teso e por cima do ombro." Pág. 50.

Temos dois operadores argumentativos a analisar: o MAS e o ENTÃO.

O MAS está delimitando os dois comportamentos seguidos por "Alexandre", onde, a partir do MAS, inicia-se uma enumeração de fazeres que levam a personagem a uma atitude arredia, que é oposta à antes do uso do MAS, que era de descontração, quando a personagem se igualava aos companheiros, segundo nos informa o narrador onisciente, pois sabe da intimidade da personagem.

O morfema MAS está coordenando esses elementos semânticos p (Alexandre, em casa, à hora de descanso, nos seus chinelos e na sua camisa desabotoada, era muito chão com os companheiros de estalagem, conversava, ria e brincava) e q (mas envergando o uniforme, encerrando o bigode e empunhando a sua chibata, com que tinha o costume de fustigar as calças de brim, ninguém mais lhe via os dentes e então a todos falava teso e por cima do ombro), acrescentando em p a idéia de que se pode chegar à conclusão r (Alexandre é informal e sem orgulho) e não confirmando essa idéia em q (Alexandre é formal e orgulhoso), quer dizer, p e q apresentam orientações argumentativas opostas em relação a r, pois a força de q é contrária a r e é maior que a força de p a seu favor, o que faz com que o conjunto p MAS q seja orientado no sentido de não - R (¬R).

VISUALIZANDO:



O ENTÃO que as gramáticas, normalmente, classificam como palavra denotativa (Rocha Lima), indicando situação (Bechara) (Apud Koch, 1984:105), está após o conectivo "e" introduzindo uma consequência sobre os fazeres: "envergando ... e empunhando ..." e, ao mesmo tempo, a causa que leva ninguém mais a lhe ver os dentes.

Os verbos do texto são do mundo narrado, estão representados por um tempo zero da narrativa, apenas, o Pretérito Imperfeito do Indicativo, tempo sem perspectiva, que ganha mais espaço do que o Pretérito Perfeito no Realismo, por ser do segundo plano, pano de fundo da narra-

tiva, pois o que interessa é o contexto. Os tempos da narrativa caracterizam o discurso relaxado, sem maior participação do narrador, a não ser como relator.

O Cortiço - Aluísio de Azevedo

4º TEXTO

"Jerônimo era alto, espadaúdo, construção de touro, pescoço de Hércules, punho de quebrar um coco com um murro: era a força tranqüila, o pulso de chumbo. O outro, franzino, um palmo mais baixo que o português, pernas e braços secos, agilidade de maracajá: era a força nervosa; era o arrebatamento que tudo desbarata no sobressalto do primeiro instante. Um, sólido e resistente; o outro, ligeiro e destemido, mas ambos corajosos." Págs. 148-149.

Observamos mais uma vez o uso da conjunção MAS, o operador argumentativo mais significativo em nossa língua, segundo VOGT (1980:103), conjunção essa que deriva de "magis", advérbio latino que formava o comparativo de superioridade, daí existir uma relação de sentido entre a conjunção MAS e o advérbio MAGIS.

O MAS mais uma vez está iniciando oposição, adversidade, como sempre se espera, em relação à conclusão *r* que o texto nos conduz, então está mantendo um equilíbrio, juntamente com o "ambos", pois surge a necessidade de se estabelecer algo em comum entre as duas personagens, já que as descrições dos mesmos tendem a enaltecimentos distintos, isto é, a uma conclusão sem aspecto em comum.

O texto é montado, basicamente, sobre paralelos (confrontos) entre os dois personagens, sem o uso de marcas lingüísticas específicas, mas equivale a uma comparação entre argumentos orientados em direções opostas, como havíamos anunciado no parágrafo anterior.

Demonstraremos, primeiro, o confronto entre as características individuais de cada personagem, em seguida, uma síntese, posteriormente, o equilíbrio e os aspectos comparados e, por último, uma avaliação do paralelo estabelecido.

UM (Jerônimo)**OUTRO**

- | | |
|---|--|
| - alto; | - um palmo mais baixo que o português; |
| - espadaúdo; | - franzino; |
| - construção de touro; | - agilidade de maracajá; |
| - pescoço de Hércules; | - pernas e braços secos; |
| - punho de quebrar um coco com um murro; pulso de chumbo; | - arrebatamento que tudo desbarata no sobressalto. |
| - força tranqüila. | - força nervosa. |

SÍNTESE**UM****OUTRO**

sólido e resistente (como um touro, como Hércules semi-deus da mitologia grega-força extraordinária).

ligeiro e destemido (como maracajá = gato-do-mato-grande).

EQUILÍBRIO

AMBOS CORAJOSOS (um não teme o outro, apesar das características distintas).

ASPECTOS COMPARADOS

- altura;
- formato do corpo;

- relação com animal;
- constituição do corpo;
- atitude;
- força = estado emocional;
- coragem.

O paralelo estabelecido não é aleatório, ingênuo, por parte do narrador, pois são os mesmos aspectos que estão sendo comparados, os quais estão relacionados, diretamente, à referência animal que é feita.

O ser comparado da primeira coluna tem "construção de um touro", segundo Aurélio (1976:1694), homem feroso (violento- interpretação nossa) e robusto.

O ser comparado da segunda coluna tem a "agilidade de maracajá", comparação, também, com animal, acreditamos que com a ligeireza e esperteza desse. Maracajá é uma variação de jaguatirica e sinônimo de gato-do-mato-grande.

Quer dizer, todo o relacionamento é feito através de personagens/animais, característica essa que é, realmente, do Naturalismo, mas em que podemos observar a intenção do narrador em selecionar animais que possuem marcas capazes de transmitir a idéia que ele quis nos passar no texto.

Sobre o único verbo do texto, verbo ser, Pretérito Imperfeito do Indicativo, é do mundo narrado, é um dos tempos zero da narrativa, tempo sem perspectiva, pano de fundo do relato, onde o autor tenta manter o máximo de distanciamento da obra, sem querer se comprometer com o relato.

Após a análise dos textos selecionados, podemos não só reafirmar a presença da argumentatividade, como também da intencionalidade e da ideologia, explicitadas pela presença marcante do preconceito, branqueando o personagem, do sarcasmo e de toda a seleção lexical apresentada. Isto é, a subjetividade subjaz também em textos naturalistas. Diferentemente do que ocorreu nas análises do trabalho anterior, nestas não verificamos a presença dos dois Mundos, mas apenas a do Mundo Narrado.

III - CONCLUSÃO

Concluída a análise dos textos, podemos reafirmar que a argumentatividade, a intencionalidade e a ideologia, passadas pelo autor, reforçam a concepção de que a neutralidade é um mito e de que a opção por uma postura objetiva já se caracteriza como presença de subjetividade.

Para comprovar tais princípios, nos detivemos na identificação dos Operadores Argumentativos, com base nos princípios teóricos utilizados e na importância desses elementos para a tecitura argumentativa dos textos.

Quanto à concepção de Tempos Verbais, explicitada, ao longo do trabalho, a escolha por um Mundo ou outro, ou a predominância de um deles, vai conduzir o texto numa direção mais ou menos engajada do locutor. Essa classificação é uma maneira diferente de tratarmos os tempos verbais, se considerarmos a da Gramática Tradicional, cujo conhecimento é necessário para a distribuição dos tempos verbais em Mundo Comentado e Narrado. Não só a Gramática Normativa, como também a Linguística Estrutural e a Gerativa, não fornece subsídios para essa divisão em Mundos, que é passível de críticas, partindo do princípio de que não foi pensada na nossa Língua e sim na francesa, no entanto esses comentários ficarão para um próximo momento.

IV - BIBLIOGRAFIA

- CITELLI, A. Linguagem e Persuasão. São Paulo, Ática, 1ª. ed., 1985.
- DUCROT, O. (1984). Le dire et le dit. Trad. bras. Campinas, Pontes, 1987.
- FERREIRA, A. B. de H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976, 2ª ed. rev. e aum.
- GARRAFA, L. C. et alii. A Semântica do Discurso. São Paulo, Educ., 1986.
- GUIMARÃES, E. Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português. Campinas, Pontes, 1987.
- GERALDI, J. W. & ILARI, R. Semântica. São Paulo, Ática, Série Princípios, 1985.
- KOCH, I. G. V. Argumentação e Linguagem. São Paulo, Cortez, 1984.
- _____. A inter-ação pela linguagem. São Paulo, Contexto, Col. repensando a língua portuguesa, 1992.

QUEIROZ, L. C. de Operadores Argumentativos e Tempos Verbais: subsídios para o ensino da redação. Dis. - (Mest. em Líng. ort.) - PUC/SP, 1988.

"Análise de operadores argumentativos e tempos verbais". In: Revista Vivência. UFRN, CCHLA, V. 8, Natal, Ed. Universitária, 1994. (no prelo).

VOGT, C. Linguagem, pragmática e ideologia. São Paulo, HUCITEC, Col. linguagem, 1980.

WEINRICH, H. Estructura y función de los tiempos em el language. Madri, Gredos, 1968.

V - NOTAS

- 1 Operadores Argumentativos: morfemas que existem na gramática de cada língua, os quais são responsáveis pela orientação discursiva, determinando o valor argumentativo dos enunciados como fator básico quer de coesão, quer de coerência textual.
- 2 Tempos Verbais: Mundo Comentado: todas as situações comunicativas que não se caracterizam, apenas, como relato e que apresentam uma atitude tensa dos interlocutores. Mundo Narrado: atitude menos tensa, relaxada que, por vezes, transparece até fisicamente, é reflexo do relaxamento do espírito do narrador e do seu discurso.
- 3 Escala Argumentativa: noção formulada por Ducrot, isto é, "p" é um argumento para a conclusão "r", se "p" é apresentado para direcionar o interlocutor a concluir "r". Quando vários argumentos - p, p', p"... - se situam numa escala graduada, apontando, com maior ou menor força, para a mesma conclusão r, diz-se que eles pertencem à mesma escala argumentativa". (Koch, 1984:105). Duas ou mais escalas orientadas no mesmo sentido constituem uma classe argumentativa.

A CIDADE DO ESPETÁCULO: NOTAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE WALTER BENJAMIM PARA O ESTUDO DA CIDADE MODERNA

*Fernando Diniz Moreira**

* Professor do Depto. de Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 165-182, jul./dez. 1994

BORGES, I. G. de. *Companhia Brasileira de Cimento Portland*.
 Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
 1982.
 150 p.

BORGES, I. G. de. *Companhia Brasileira de Cimento Portland*.
 Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
 1982.
 150 p.

BORGES, I. G. de. *Companhia Brasileira de Cimento Portland*.
 Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
 1982.
 150 p.

BORGES, I. G. de. *Companhia Brasileira de Cimento Portland*.
 Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
 1982.
 150 p.

V. NOTAS

1. O trabalho apresentado aqui tem como objetivo principal
 apresentar o estudo de desenvolvimento da cidade de
 Curitiba, desde o período colonial até o presente. O estudo
 foi realizado através de pesquisas em arquivos e bibliografia.
 O autor agradece a todos que auxiliaram na realização
 deste trabalho.

A CIDADE DE CURITIBA: NOTAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE WALTER BENTAMINI PARA O ESTUDO DA CIDADE MODERNA

O presente trabalho tem como objetivo principal
 apresentar o estudo de desenvolvimento da cidade de
 Curitiba, desde o período colonial até o presente. O estudo
 foi realizado através de pesquisas em arquivos e bibliografia.
 O autor agradece a todos que auxiliaram na realização
 deste trabalho.

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR.

Vivência Natal, v. 8, n. 2, p. 163-182, julho 1994.

As cidades, a partir da Revolução Industrial tornaram-se a dimensão mais rica e demonstrativa das transformações e dos novos fenômenos sócio-político-culturais, ou seja, transformaram-se no local mais adequado para a observação das novas formas que a sociedade adquiria, as formas da modernidade. A modernidade é aqui percebida como o período que presencia a emergência de novas formas de energia, a mecanização das fábricas, o incremento irreversível da metalurgia e das ferrovias, do *laissez-faire*, da expansão de riquezas e de um mercado internacional, o avanço das comunicações. Novos ideais assentados sobre a tradição iluminista, tendo como paradigmas a crença no progresso, na razão e na ciência, promoveram a dissolução de uma cultura tradicional, agrícola, enclausurada, coletivizada, legada pelo Antigo Regime. Socialmente, este surto levou a formação de novas classes sociais como o patronato burguês e a classe operária.

No entanto, é na cidade, sem sombra de dúvida, que podemos entender melhor a problemática da Revolução Industrial, expressa no urbano de diversas formas: rápido crescimento, carência de serviços públicos, mudanças nos hábitos culturais, um novo senso estético e novas relações sociais, inclusive com uma nova forma de mobilização das massas trabalhadoras. A caoticidade e a turbulência da cidade industrial causaram entre seus habitantes inúmeras sensações dispareas como medo, temor, indignação, otimismo, surpresa. E uma gama variada de pensadores, ainda perplexos, partiram para tentar explicar o fenômeno, teorizando agora sobre a questão urbana, um fato novo e marcante.

Desde Engels, que traçou um magistral painel sobre a cidade industrial inglesa, os historiadores e outros pensadores passaram a se referir continuamente ao espaço urbano, focalizando objetos os mais variados, procurando sempre criar modelos explicativos para o desenvolvimento da cidade pós-Revolução Industrial.

O estudo das transformações de cidades na modernidade vem despertando a atenção de inúmeros pesquisadores de diversas áreas: arquitetos, historiadores, geógrafos, e antropólogos. Esta amplitude de análises e de abordagens comprova a complexidade do tema e demonstra que ele não se reduz a ais um capítulo de história da arquitetura e do urbanismo. Este fato denota a diversidade de matrizes teórico-metodológicas: assim como a própria sociedade urbano-industrial, a historiografia também seria multifacetada e complexa, pois necessita adotar procedimentos de várias áreas (política, economia, cultura, arte, arquitetura e urbanismo).

Neste sentido, embora conscientes do enorme risco de simplificação e de esquematismo, identificamos três grandes paradigmas teóricos que embasaram os estudos sobre a Cidade Moderna.

O primeiro paradigma adota uma linha que, de forma geral, segue os conceitos do materialismo histórico. Os trabalhos desta corrente defendem a tese de que os programas de remodelação urbanística procuraram atender às demandas por modernização em função de uma nova articulação da economia mundial com os interesses locais.

Um segundo paradigma, quase que totalmente originado dos estudos de Michel Foucault, tematiza a modernidade através de uma série de imposições, comportamentos, costumes, hábitos e mentalidades idealizados por uma nova ordem burguesa. Neste sentido, consideram as operações urbanísticas como parte de um amplo projeto higienizador e disciplinador imposto pelas elites.

Por fim, o terceiro paradigma procura conceber as transformações das cidades através de uma dimensão cultural e estética, apoiado nos pioneiros trabalhos de Walter Benjamim. É este paradigma que ser aqui abordado através de um resgate da obra de Benjamim no que se refere à cidade e, em um segundo momento, através de uma análise da recepção destes estudos na historiografia brasileira.

A CIDADE DO ESPETÁCULO

A locomoção formigante de milhares de pessoas, as grandes transformações na paisagem urbana, os novos edifícios e materiais arquitetônicos, a desarticulação e a miséria social, a velocidade, as máquinas, os veículos e os novos hábitos culturais proporcionariam uma representação de cidade que comporia para seus observadores um verdadeiro espetáculo, termo entendido aqui em todas as suas conotações.

Os pensadores atuais que se apoiam neste paradigma cultural, embasam-se nos estudos de Walter Benjamim, que foi o primeiro historiador do nosso século a entrever as inúmeras possibilidades que a análise do espaço urbano conservava para se entender a complexidade da sociedade industrial. Benjamim teceu considerações que, apesar de não serem de um especialista em planejamento, são das mais relevantes sobre o fenômeno da metrópole moderna, pois provêm de um cidadão culto, filósofo, que compreende a cultura urbana através da percepção cotidiana que ele próprio chegou a presenciar.

A própria natureza do trabalho que englobaria todas as contribuições de Benjamim a este tema, "Das Passagenwerk" ou o "Trabalho das Passagens"¹, composto por notas e citações, pode ser justificada pelo

peculiar método de trabalho de Walter Benjamin como historiador². Como o próprio espaço urbano que analisava, repleto de surpresas, desvios, interseções, becos, "passagens" e "ruas de mão única", tendo ainda características de um tecido urbano anterior sobreposto à dinâmica de transformação pela qual passava, o método de trabalho benjaminiano é dinâmico e inusitado, no qual utilizava uma técnica denominada por alguns críticos (Rouanet, Gagnebin e Buck-Morss) como montagem. Esta técnica, condenada por outros membros da Escola de Frankfurt, como Adorno, retirava as citações de seu contexto e as reordenava em novas relações criando um "mosaico dotado de significação própria"³, uma espécie de justaposição de fragmentos com o intuito de evocar imagens mais do que exprimir idéias. Foge ao escopo deste texto uma análise dos conceitos metodológicos de Benjamin⁴, todavia, é preciso ressaltar que as anotações das "Passagens", elaboradas sob estas premissas e ainda incompletas, não devem nos desapontar, pois este arquivo de notas é intrínseco ao seu método e nos presenteia com uma coleção de imagens concretas e factuais da experiência urbana moderna.

Já foram feitas muitas referências à questão do pensamento de Benjamin não ser monolítico e de apresentar ambigüidades e diferentes perspectivas. Há o Benjamin marxista e há o Benjamin profundamente influenciado pela mística judaica. Há um Benjamin otimista em relação às novas possibilidades técnicas e sua influência na produção artística, com a formação de uma cultura de massas, e, por outro lado, há o Benjamin profundamente pessimista quanto ao declínio da aura da obra de arte⁵. A compreensão da cidade também não poderia ser diferente: enquanto lamentava a perda de tecidos urbanos históricos, em outra oportunidade elogiava os "boulevards" como legítimos representantes do sonho da modernidade.

Sem pretender aprofundar, valem a pena alguns esclarecimentos prévios sobre as diferentes posições do pensamento benjaminiano. Ocorreu uma certa recepção de corte irracionalista das idéias do filósofo alemão aqui no Brasil, quando na realidade este lado é apenas um aspecto de sua complexa obra. A razão desta distorção talvez esteja no fato da concepção de modernidade enraizada em nossa intelectualidade ser weberiana, uma concepção que encara a modernidade como um processo de racionalização, de dessacralização e de desencantamento em relação à sociedade do antigo regime⁶. Benjamin, sem renegar por completo essa posição, concebe a modernidade por outro ângulo, de forma também distinta da visão extremamente pessimista professada pelos seus companheiros da Escola de Frankfurt: concebe-a com uma visão alternativa, embasada no repertório iluminista, acreditando que a modernidade criou

um novo encantamento, uma espécie de sonho coletivo, que é tão bem expresso nas cidades, na arquitetura e nas exposições universais. O que Benjamin condena é a forma repressora com que esta modernidade científica e tecnológica se impôs, restringindo uma modernidade baseada no conteúdo utópico e libertador da razão iluminista. Esta perspectiva talvez explique a aparente dualidade entre os lados moderno e anti-moderno do autor.

Benjamin analisaria o fenômeno da cidade moderna basicamente através de três dimensões.

O "flâneur" e a multidão

O cerne da contribuição de Benjamin para a cidade são, sem dúvida, seus estudos sobre a imagem do "flâneur", evocada largamente em seus escritos, sobretudo nos que são destinados ao seu "flâneur" favorito, Charles Baudelaire.

O "flâneur" desempenhava o papel de observador das ruas, do cotidiano da modernidade, da multidão que se amoldava nas ruas e que desfilava pelos boulevards com os mais variados fins. O "boulevard" é o habitat primordial do "flâneur", sua própria morada, o local sagrado da "flânerie":

"A rua se torna moradia para o 'flâneur' que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede..., muros são a escrivaninha onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente."⁷

Os habitantes da cidade moderna presenciaram o surgimento deste novo profissional, o especialista do olhar, vasculhador, que era até então estranho, pois:

"Antes do desenvolvimento dos "ônibus, trens e bondes no século XIX, as pessoas não conheciam bem a situação de terem de se olhar reciprocamente por minutos, ou mesmo por horas a fio, sem dirigir a palavra uma às outras."⁸

O "flâneur" passeia pela cidade como se andasse por um mundo exótico, como um colecionador a recolher fatos, memórias e impressões⁹. Benjamin, que a certa altura chega a endossar a opinião de Paul de Rattier o que define o "flâneur" como um "tipo fútil, insignificante, extremamente curioso"¹⁰, na realidade acredita que este é um "príncipe que em toda a arte faz uso do seu incógnito". O "flâneur" seria ainda um detetive que, com seu "olhar alegórico", segue os rastros da multidão em sua aventura pela metrópole, tencionado identificar a dimensão individual, o modo de vida, os anseios e o caráter dos transeuntes anônimos. Todavia, se o transeunte é arrastado pela multidão, como um autômato, o "flâneur", ao continuar sua perseguição, tem a ilusão de não pertencer à massa, de conservar a sua personalidade, de continuar a ser o historiador da cidade:

"Entregue às fantasmagorias do espaço, é no espaço ele percebe o tempo. Perambulando pela cidade, ele recorre às memórias nela depositadas e recorda-se do seu próprio passado. Cidadão de um mundo sem história, ele passeia, de madrugada, pelas ruas desertas e tem a ilusão de recapturar tempo."¹¹

"O 'flâneur' despreza a história convencional, que afasta do concreto, mas fareja, nas ruas e fachadas, o "genius loci", trazendo para perto um passado que só para ele está vivo."¹²

As descrições de Engels, Poe, Victor Hugo e, lógico, Baudelaire, foram de inestimável valia para Benjamin, que formulou uma visão singular do espetáculo que consistia a multidão urbana, objeto de fascínio e ao mesmo tempo de terror¹³. Na realidade, todo o estudo das passagens, após sugestões de Adorno, seria redirecionado para a obra de Baudelaire, o "poeta-flâneur", considerado por Benjamin como o primeiro a despertar para a riqueza da modernidade nas ruas:

"Nos primeiros anos de sua existência como literato, seus amigos podiam admirar a discrição com que banira de seu quarto todos os vestígios de trabalho, a começar pela escrivania. Naquela época aspirava, simbolicamente, à conquista da rua. Mais tarde, ao abandonar paulatinamente sua resistência burguesa, a rua se tornou cada vez mais um refúgio."¹⁴

Benjamin, ao analisar a obra de Baudelaire, critica os escritores anteriores que se ocupavam de temas oficiais sem se preocuparem com a dinamicidade da vida urbana. Apesar das ricas descrições da vida parisiense de Victor Hugo, Sue e Balzac, Baudelaire talvez tenha sido o primeiro a entrever a potencialidade da modernidade urbana, a compreender a dimensão enigmática da cidade e absorver em sua poesia o sentimento de choque proveniente do espetáculo da multidão, que está intrinsecamente impressa em seu processo de criação.¹⁵

A análise de Benjamin se torna mais interessante ainda quando aborda a dualidade a que ficou exposto Baudelaire quando, ao necessitar sobreviver no capitalismo, foi forçado a ingressar no mercado para vender seu produto, ou seja, seus escritos. O poeta passou a esquadrinhar o cenários das ruas, procurando matérias, notícias, anúncios, escrevendo o que presenciava e, importante, mantendo-se em público como que para demonstrar o tempo de produção dispendido no seu produto. Para Benjamin, é neste ponto que pode-se encontrar as origens do produtor da cultura de massa.¹⁶

No entanto, os dias do "flâneur" estavam contados. O desenvolvimento dos transportes e a velocidade alcançaram as ruas por onde se desenvolvia calmamente a "flânerie", expulsando-a:

"O fluxo da humanidade perdeu sua grandeza e tranquilidade, agora tudo é uma torrente, onde se é jogado, apertado, empurrado, para frente e para trás, para a direita e para esquerda."¹⁷

Passagens, galerias e o exibicionismo burguês

Um segundo eixo de análise residiria nos espaços da modernidade. Com certeza, a "flânerie" dificilmente teria se desenvolvido em toda sua plenitude sem as passagens ou galerias. Estas constituem a primeira seção de "Paris, capital do século XIX":

"As galerias, uma nova descoberta do luxo industrial, são caminhos cobertos de vidro e vestidos de mármore, através de blocos de casas. De ambos os lados, dessas vias se estendem os mais elegantes estabelecimentos comerciais, de modo que uma de tais passagens é como uma cidade, um mundo em miniatura."¹⁸

Nestes espaços, o "flâneur", interiorizando a rua, está à vontade. A condição para o surgimento destas passagens, além, é claro, do florescimento da indústria têxtil, deve-se à fundação dos primeiros magazines e aos avanços da técnica arquitetônica¹⁹. As passagens se transformam no templo do "fetiche-mercadoria", onde se despontam os desejos consumistas e se expõem uma gama variada de produtos industriais.²⁰

As passagens, "alegorias do feticchismo e da história"²¹, compõem o embrião da modernidade. Seus elementos arquitetônicos principais, o ferro e o vidro, que têm seu uso bastante intensificado neste período, são responsáveis por outro exemplo de fantasmagoria: a materialidade translúcida do vidro e as estruturas finas e delgadas do ferro proporcionam certo deslumbramento do público diante da leveza, da luz descomposta, do despojamento, da repetição em escala gigantesca, de motivos arquitetônicos aparentemente simples, além da impressão do edifício ter saído de uma linha de produção industrial. Estas verdadeiras catedrais do consumo, antecessoras dos shoppings-centers, possuem um interior exposto e ao mesmo tempo indecifrável pelos limites transparentes do vidro.²²

O surgimento posterior das grandes lojas de departamentos, os "grands magasins", uma forma decadente de interior que passaria a ser o último refúgio do "flâneur", ao mesmo tempo desferiria um golpe final neste:

"Com o advento do 'grand magasin', a própria 'flânerie' é posta a serviço do volume de vendas. Se no início, a rua era para ele o interior, agora, observando as mercadorias expostas, o interior se transforma em rua. Antes observador da massa; antes um rebelde contra a mercadoria, cujo ritmo ele combatia com o ritmo mais lento da flânerie", transforma-se em mercadoria no momento em que, como ela, é arremessado ao mercado. Tarde demais, o "flâneur" descobre que se converteu em passante."²³

Estas experiências arquitetônicas seriam repetidas nas Exposições Universais, o "local de peregrinação do fetiche-mercadoria"²⁴. As exposições universais, na medida em que aglutinam os mais badalados produtos industriais de cada país, transfiguram o valor de troca das mercadorias, propiciando uma condição em que o valor de uso se torna secundário. A moda é que passa a conduzir todo o ritual de adoração da mercadoria.²⁵

Na realidade, as exposições criam uma nova fantasmagoria, onde o homem, agora reduzido ao nível de uma mercadoria, distraidamente se entrega vagueando alienadamente, identificando-se com os produtos, mesmo quando não pode consumi-los, e tornando-se submisso às manipulações da moda. As primeiras exposições podem ser consideradas como as primeiras mostras bem sucedidas de cultura de massa na medida em que conjugam a magia das artes mecânicas, a moda obsessiva, o exibicionismo e o otimismo progressista, os mistérios de países longínquos e exóticos e o divertimento²⁶. Tudo em uma exposição ocorre aos desígnios da mercadoria. Benjamim reconhece a importância deste fetiche da mercadoria para entender todos os fenômenos modernos do século XIX.

Hausmann e as barricadas de Paris

Outro importante objeto de análise que não poderia passar ao despercebido para Benjamim são as transformações urbanas parisienses, mais precisamente sob Hausmann²⁷. A idéia da cidade como palco do espetáculo é mais uma vez aqui colocada:

"O ideal do urbanismo haussmaniano consistia em construir amplas vistas perspectivas através de extensas aberturas. Esse ideal corresponde a uma tendência recorrente no decorrer de todo o século XIX: enobrecer as atividades técnicas atribuindo-lhes finalidades artísticas. Nessas transposições nos traçados das avenidas as instituições pelas quais se afirma, ..., o reinado da burguesia encontrarão sua apoteose."²⁸

Ao desenvolver sua análise sobre a implementação da reforma, Benjamim demonstra uma consciência fora do comum para o entendimento das questões específicas da problemática urbana: os privilégios do capital financeiro, a especulação imobiliária, expropriações fraudulentas. O filósofo alemão condena veementemente as reformas, os métodos empregados e o desfiguramento da cidade²⁹. O "artiste démolisseur" fez de Paris para seus próprios habitantes uma cidade estranha: "Os parisienses não se sentem mais como eles mesmos e começam a tomar consciência do caráter inumano da metrópole".³⁰

A etapa mais importante da análise benjaminiana, neste ponto, é quando desvenda o objetivo político das intervenções, visto que é certamente o primeiro historiador a atentar para o "embelezamento estratégico" da reforma:

"O verdadeiro objetivo dos trabalhos de Haussmann era a defesa da cidade contra a guerra civil. Ele desejava impossibilitar definitivamente a construção de barricadas em Paris pretendeu impedi-las por dois modos: a largura dos boulevards' inviabilizaria seu levantamento e os novos percursos estabelecidos encurtariam a distância entre os quartéis e os bairros operários."³¹

Esta alusão, que passaria a figurar em quase todos os trabalhos posteriores de história da arquitetura e do urbanismo, consiste em uma ampla crítica à reforma haussmaniana. No entanto, paradoxalmente, como é inerente à sua teoria da história e à sua concepção de modernidade, Benjamin passa a considerar as novas avenidas pelo lado do sonho, próprio de uma sociedade que se moderniza, de forma a sentir certa afinidade pelos "boulevards". Ele compara Haussmann ao próprio "flâneur" que, perdendo sua personalidade, se transforma em uma figura alegórica. Mais adiante, Haussmann é então comparado ao anjo da História na medida em que transforma a História (a idade) através de um choque brusco e dialético, cortando as ligações tradicionais e perfazendo outras: "Ele rompeu as antigas ligações, mas criou novas, ligando partes da cidade que até então não se comunicavam".³²

ALGUMAS CONCLUSÕES

A guisa de conclusão, alguns pontos do pensamento benjaminiano devem ser aqui ressaltados na medida em que são fundamentais para o entendimento da cidade moderna.

Primeiro, ressalta-se a forma eficiente com que Benjamin capta a turbulência, o movimento e a fluidez da cidade moderna a qual é peculiar ao seu método de fazer História que pode ser sintetizado por dois trechos de suas teses sobre o Conceito de História:

"Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como 'ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo."³³

"A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja, irreversivelmente, no momento em que é conhecido."³⁴

Em segundo lugar, de acordo com o seu conceito de "acúmulo de ruínas", pode se entender porque os símbolos da modernidade burguesa, contudo, não permaneceram por muito tempo na paisagem da metrópole moderna³⁵. O próprio desenvolvimento das forças produtivas iria propiciar o desaparecimento dos sonhos da sociedade capitalista: passagens, galerias, exposições e interiores. Benjamin admite dialeticamente que cada época contém os elementos do seu próprio fim, ou seja, a própria sociedade moderna põs fim aos seus sonhos.³⁶

Em terceiro lugar, a ambigüidade do pensamento benjaminiano elucida a complexidade das reformas urbanas, na medida em que em v rios trechos pode-se notar uma crítica à destruição da cidade antiga. Esta crítica evoca um cariz irracionalista e pessimista da sua tese 7 sobre o Conceito de História, na qual concebe os bens culturais como despojos carregados pelos vencedores em seu cortejo triunfal, o que o leva a concluir que "nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie"³⁷. Por outro lado, como já foi visto, há uma outra visão em Benjamin, uma visão iluminista que compara Haussmann ao Anjo da História e elogia o "boulevard" como signo da modernidade.

Por fim, outra importante contribuição sua é ter interpretado a história da cidade moderna também pela ótica dos vencidos, dos deserdados, dos homens e mulheres que foram rebaixados ao nível de mercadoria. Benjamin resgata, por meio do "flâneur", também um vencido, o lado negativo da cidade moderna: a dissolução do indivíduo autônomo, sua desindividualização na multidão moderna.

Portanto, as "Passagens" não podem ter uma conclusão definitiva, não só pelo fato do trabalho não ter sido terminado, mas sobretudo porque sua significação está na dinâmica de sua composição, no contínuo encadeamento de temas e imagens no seu processo de produção. O método de pensar através de imagens, concebido como um meio alternativo para a apreensão da realidade, não é utilizado por Benjamin como uma forma de dissolver o pensamento, mas, ao contrário, para alcançar o mais abstrato, um abstrato mais rico, e, neste sentido, mais concreto. O fato de abordar os "boulevards", as exposições, as galerias, a arquitetura, a moda, ou seja, os sonhos da sociedade moderna, não desacredita seu estudo pois todas estas facetas consubstanciam uma forte ligação com a realidade material sócio-econômica. A síntese só pode ser conseguida através de uma apreensão do todo, talvez fácil de ser percebida, porém difícil de ser escrita. Os escritos de Benjamin são, sem dúvida, uma grande fonte para o estudo da cidade moderna, sobretudo se esta for encarada como palco de uma moderna produção cultural.

NOTAS

1. BENJAMIM, Walter. Das Passagenwerk (O trabalho das Passagens). Gesammelte Schriften (escritos completos). tomo V, 2 vols. ed. Rolf Tiedemann. Frankfurt: Surkamp Verlag, 1982. "Passagens" terminou por ficar incompleto, reduzido a notas e conhecido pelo público, por muito tempo, apenas por alusões esparsas até ter sido publicado na Alemanha na década passada. Embora consista em grande parte de anotações e citações, estas são de extrema importância e permitem entrever de forma clara a armação geral do livro. O projeto do livro foi iniciado em 1927, porém, logo abandonado e só retomado em 1934.
2. BENJAMIM, Walter. Paris, a capital do século XIX. in: Espaço e Debate n. 27, ano IX, SP: NERU, 1989. Este texto bastante conhecido, de 1935 em sua primeira versão, constitui uma pequena amostragem, um roteiro, do grande trabalho que pretendia Benjamin, pois, contém em poucas páginas todos os temas a serem abordados. "Paris, capital do século XIX" foi reproduzido na primeira parte da referida edição por Rolf Tiedemann que compreende os únicos manuscritos completos. Na segunda parte figuram anotações e materiais sobre vários temas já tratados na primeira parte, enquanto que a terceira apresenta os primeiros esboços da obra.
3. ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.38.
4. Para um aprofundamento maior da teoria benjaminiana é, além dos trabalhos do próprio Benjamin, de Rouanet e Buck-Morss aqui mencionados, é preciso conferir: KOTHE, Flávio. Para ler Benjamin. RJ: Francisco Alves, 1976; KONDER, Leandro. Walter Benjamin: o marxismo da melancolia. RJ: Campus, 1988; GAGNEBIN, Jean Marie. Walter Benjamin: os cacôs da história. SP: Brasiliense, 1982; e Z Aidan, Michel. Razão e História: Walter Benjamin. Brasília/Recife: Ed. da UnB/ Pindorama, 1988.
5. BENJAMIM, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. in: Magia e Técnica, arte e política. Obras escolhidas vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985.
6. WEBER, Max. A Ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967. cf: ROUANET, Sérgio Paulo. Por que a moderno envelhece? in: Folha de São Paulo, 6-6, 12/07/1992.

- ROUANET, Sérgio Paulo. Benjamim, o falso irracionalista. in: razões do Iluminismo, p.110-115.
7. BENJAMIM, Walter. Paris do Segundo Império. in: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1991.p.35. cf. Das Passagenwerk, p.525.
 8. SIMMEL, Georg. Mélanges de philosophie relativiste. Contribution à la culture philosophique. Paris, 1912. Apud. Walter BENJAMIM, Paris do Segundo Império, p.36.
 9. BUCK-MORSS, Susan. O flâneur, o homem-sanduíche e a prostituta: a política do perambular. in: Espaço e Debates n. 29, ano X, São Paulo: NERU, 1990. p.16.
 10. Walter BENJAMIM, Paris do Segundo Império, p.51, p.38.
 11. Sérgio Paulo ROUANET, Razões do Iluminismo, p.76.
 12. Ibidem, p.78.
 13. Cf. ENGELS, op.cit., POE, Edgar Allan. O homem das multidões. in: Ficção completa, Poesia e Ensaios. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965. pp.392-400; VICTOR HUGO. Os Miseráveis. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Walter BENJAMIM, Paris do Segundo Império, p.58
 14. Walter BENJAMIM, Paris do Segundo Império, p.70. Sobre a proposta de Baudelaire de se entregar totalmente às ruas cf.: BUCK-MORSS, Susan. The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the arcades project. Cambridge: MIT Press, 1989. p.185-186; BENJAMIM, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. in: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. p.104-107.
 15. Cf. Walter BENJAMIM, Sobre alguns temas em Baudelaire, p.113, pp.143-145; idem, Paris do segundo império, p.77; Das Passagenwerk, p.369, apud Sérgio Paulo ROUANET, Razões do Iluminismo; ROUANET, Sérgio Paulo. A Razão nômade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. p.24.
 16. Susan BUCK-MORSS, O flâneur, o homem-sanduíche e a prostituta, p.16; idem, The dialectics of seeing, p.187.
 17. Walter BENJAMIM, Das Passagenwerk, p.564. Apud. Susan BUCK-SS, O flâneur, o homem-sanduíche e a prostituta, p.10.

18. Walter BENJAMIM, Paris do Segundo Império, p.35.
19. Walter BENJAMIM, Paris, capital do século XIX, p.5-6; Susan BUCK-MORSS, Dialectics of seeing, p.83.
20. Walter BENJAMIM, op. cit., p.6.
21. Sérgio Paulo ROUANET, Razões do Iluminismo, p.54.
22. Sérgio Paulo ROUANET, Razão nômade p.39-40. cf. Walter Benjamin. Das Passagen-werk pp.215, 230. Sobre arquitetura de ferro na Europa cf. GOMES, Geraldo. Arquitetura de Ferro no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988, pp.23-82; BENÉVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 1976, pp.42-56.
23. Sérgio Paulo ROUANET, Razões do Iluminismo, p.77. Sobre os "grands magasins" cf.: Sérgio Paulo ROUANET, Razão nômade, p.45.
24. Walter BENJAMIM, Paris, capital do século XIX, p.8.
25. idem. Sobre Exposições Universais cf. PLUM, Werner. Exposições mundiais no século XIX: espetáculo de uma transformação cultural. Bonn: Friederich Ebert-Stiftung, 1979. Leonardo BENÉVOLO, op. cit., pp.128-48. Sérgio Paulo ROUANET, Razões do Iluminismo, p.62.
26. HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.50; ORTIZ, Renato. Cultura e modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1991. p.159.
27. Sobre a ação de Haussmann em Paris cf. Leonardo BENEVOLO, op.cit., pp.91-113., idem. Origens da Urbanística Moderna. Lisboa: Presença, 1987. pp.138-141; Anthony SUTCLIFFE, Towards the planned city (1780-1914) Oxford: Basil Blackell, 1981 pp.131-134; OLSEN, Donald. The city as work of art: London, Paris, Vienna. New Haven/London: Yale University Press, 1986. pp.44-53.
28. Walter BENJAMIM, Paris, capital do século XIX, p.12.
29. Walter BENJAMIM, Paris do Segundo Império, pp.84-85.
30. Walter BENJAMIM, Paris, capital do século XIX, p.12.
31. Walter BENJAMIM, op. cit., p.12. Sobre as barricadas de Paris cf. Sérgio Paulo ROUANET, A Razão nômade, p.44.

32. Sérgio Paulo ROUANET, A Razão nômade, p.31. cf. Walter BENJAMIM, Das passagen-werk p.194-210.
33. BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de História. Obras escolhidas vol.I. São Paulo: Brasiliense, 1985a. p.224 (tese 6)
34. Walter BENJAMIM, op. cit., p.224, (tese 5).
35. Walter BENJAMIM, op. cit., p.226, (tese 9). Nesta tese Benjamin clarifica este conceito, de viés pessimista em ação à modernidade quando empreende uma alegoria do quadro de Paul Klee, intitulado Angelus Novus, comparando-o ao anjo da história que procura, inutilmente, juntar os fragmentos das ruínas causadas pelo progresso.
36. Walter BENJAMIM, Paris, capital do século XIX, p.13.
37. Walter BENJAMIM, Sobre o conceito de História, p.225, (tese 6)

O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI

Homero de Oliveira Costa
Departamento de Ciências Sociais

Vivência, Natal, v. 8, n. 2, p. 181-192, jul./dez. 1994

11. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

12. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

13. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

14. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

15. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

16. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

17. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

18. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

19. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

20. HEGEL, G. W. F. *Estética*. Trad. de Américo de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI

Trabalho de Graduação
Departamento de Ciências Sociais

Vivência Natal, v. 8, n. 5, p. 181-192, jul/abx 1994

1. INTRODUÇÃO :

O conceito de hegemonia tem sido considerado como uma das mais originais e importantes contribuições de Gramsci ao marxismo e, ao mesmo tempo, é um dos conceitos que tem servido às mais diversas interpretações teórico-políticas.

Não nos propomos fazer uma genealogia ou exegese dos escritos de Gramsci. Consideramos que nesse sentido Perry Anderson cumpriu em grande parte esse trabalho, pelo menos no que diz respeito ao conceito de hegemonia⁽¹⁾. Tampouco pretendemos fazer comentários extensos a respeito das obras de seus comentadores mais qualificados - e seus intermináveis litígios - e muito menos reivindicar uma leitura mais completa e articulada de um conceito tão rico e controverso como é o de hegemonia. O nosso objetivo é discutir brevemente alguns aspectos do conceito de hegemonia e problematizar sua adoção por um dos principais responsáveis pela introdução do pensamento de Gramsci no Brasil e um dos mais qualificados intelectuais brasileiros : Carlos Nelson Coutinho, que de ter traduzido partes relevantes dos "Cadernos do Cárcere" escreveu obras importantes tendo o pensamento de Gramsci como referencial teórico.

2 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE HEGEMONIA

Não há entre aqueles que estudaram de forma mais sistemática os escritos de Gramsci unanimidade quanto a sua utilização do conceito de hegemonia. Alguns autores dizem que o conceito de hegemonia foi uma criação de Gramsci. É o caso de Macchiocci⁽²⁾. Outros, como Portelli, afirmam que "antes dos Quaderni a noção de hegemonia não era praticamente utilizada na literatura marxista"⁽³⁾ e há ainda os que, salientando que Gramsci foi o teórico marxista que mais insistiu sobre o conceito de hegemonia, o faz relacionando-o particularmente a Lenin

"aliás, diria mesmo que se quer o ponto mais constante, mais importante, mais enraizado de Gramsci com Lenin, esse me parece ser o conceito de hegemonia. A hegemonia é o ponto de confluência de Gramsci com Lenin"⁽⁴⁾.

O próprio Gramsci afirma em várias oportunidades ao longo dos Cadernos do Cárcere, que a noção de hegemonia é a contribuição mais importante de Lenin ao marxismo "o principio teórico-prático de hegemonia (...) é a maior contribuição de Liliith à filosofia da práxis"⁽⁵⁾

No entanto, como salientam Anderson⁽⁶⁾ e Glucksman⁽⁷⁾ o conceito de hegemonia não foi uma criação de Gramsci, nem tampouco de Lênin. Esse conceito teria uma longa história antes da adoção pelos mesmos. Era um dos temas centrais do movimento social-democrata russo de, pelo menos, 1870 a 1917 e pensado para teorizar o papel da classe operária no contexto de uma revolução burguesa⁽⁸⁾. E é exatamente nesse sentido que Lênin se apropria do termo, tendo como referências a situação russa e o papel que o proletariado teria a desempenhar.

Em "Duas Táticas da Social-Democracia", Lenin trata de mostrar a necessidade de uma direção proletária no contexto de uma revolução burguesa, tendo como base para suas reflexões os acontecimentos de 1905 na Rússia e nele vai aparecer o noção de hegemonia no sentido acima referido.

Gruppi chama a atenção para um aspecto relevante na reflexão de Lênin: a de que a utilização do conceito de hegemonia feito por ele se confunde com o de ditadura do proletariado. Talvez por isso, com o advento da revolução russa em 1917 onde a ditadura do proletariado teria sido presumivelmente instaurada, esse conceito cai em desuso. No entanto, como observa Anderson, ele sobrevive nos documentos externos da III Internacional Comunista que vai adotar nos seus dois primeiros congressos uma série de temas que, pela primeira vez, internacionalizariam o conceito de hegemonia utilizado pelos russos⁽⁹⁾. Anderson sugere que Gramsci toma contato com o conceito através da leitura dos documentos da III Internacional (Gramsci esteve em Moscou de fevereiro a dezembro de 1923 como representante do Partido Comunista Italiano) e será exatamente no curso da reviravolta dos anos 1923/24, na Itália (quando Mussolini já havia ascendido ao poder) que Gramsci, após sua estada em Moscou e em plena luta contra Bordiga (fundador e um dos principais dirigentes do Partido Comunista, com quem Gramsci passou a divergir) passar a utilizar, de forma mais sistemática, o conceito de Hegemonia.

Em 1924, Gramsci, refletindo sobre as observações de Lênin quanto à maior dificuldade para a conquista do poder nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, vai formular uma concepção que será posteriormente utilizada nos "Cadernos do Cárcere" que é a noção das diferenças estruturais entre as formações econômicas-sociais do "Oriente e do Ocidente" diferenças que vão implicar em estratégias revolucionárias distintas - "guerra de posição" e "guerra de movimento" que tem como centro a questão da hegemonia.

Embora não haja uma ruptura com o pensamento de Lênin, há nessa formulação elementos novos, conceitos com os quais Lênin não

trabalhou. E a inovação fundamental, nos parece, é uma nova teoria do Estado, a partir da qual ele formula a noção de hegemonia, na medida em que essa teoria do Estado em Gramsci se articula com o problema do "Oriente" e do "Ocidente" cuja preocupação central é a estratégia revolucionária adequada a cada uma delas. Os termos, evidentemente, não se referem a posições geográficas, mas as características dos respectivos estados e da sociedade civil. Para o primeiro caso, com estados centralizados e uma sociedade civil débil, a estratégia é a "guerra de movimento" e para os segundo, onde há um certo equilíbrio entre Estado e sociedade civil, a estratégia é a "guerra de posição".

Entre 1924 e 1926 Gramsci escreveu diversos artigos no "L'Ordine Nuovo" - jornal criado por ele e outros companheiros em 1919 e a partir de 1925, órgão oficial do Partido Comunista Italiano - nos quais está presente a noção de hegemonia, embora, por se tratar de artigos para divulgação através de jornal, não receba um tratamento mais rigoroso e sistemático. E isso vai correr, pela primeira vez, num ensaio (inacabado) escrito pouco antes de sua prisão em 1926. Trata-se de "Alguns temas da questão meridional". É nesse escrito que Gramsci formula os termos essenciais do problema da hegemonia. Há também uma famosa carta escrita por Gramsci dirigida a Togliatti em 1925, quando este representava o PCI junto a III Internacional Comunista, em que abordando a questão das divergências no seio do Comitê Central do PCUS salienta a capacidade que deve ter o proletariado de não limitar sua ação a simples coerção, mas fundá-la sobre o consenso das massas trabalhadoras, em particular do campesinato que, na época, era a maioria da população. A reflexão de Gramsci tinha como referência o exemplo soviético, no qual o partido bolchevique tinha maioria de seus membros constituídas por trabalhadores dos centros urbanos e o campesinato representava algo em torno de 80% da população e o partido tinha pouco inserção no campesinato. Desde o início da revolução isso acarretou diversos problemas: os partidos de oposição, como os socialistas-revolucionários, tinha grande influência junto aos camponeses e foram responsáveis pela derrota do partido bolchevique na Assembléia Constituinte de 1919 e depois lideraram uma série de levantes no interior da URSS contra os bolcheviques. Daí a reflexão de Gramsci, salientando a necessidade do Partido Comunista exercer também o consenso sobre as massas trabalhadoras do campo.

Mas é na "Questão Meridional" que Gramsci ao estudar especificamente a realidade italiana e fazendo uma "análise concreta da realidade concreta" na perspectiva de Lênin, aborda essa noção de forma analiticamente mais elaborada. Essa noção diz respeito à questão das

alianças de classes nas quais o proletariado (em especial do norte da Itália, região mais desenvolvida) deveria exercer sua direção "político-cultural" sobre o conjunto das forças sociais que se opunham ao capitalismo, em especial o campesinato do sul (e aí Gramsci tem claro as diferenças entre o campesinato russo e o italiano, estes com posições anti-capitalistas mais acentuadas).

Há duas coisas importantes nessa formulação. Primeiro, é que a noção de hegemonia aparece como "direção político-cultural" e, em segundo lugar, Gramsci supera a concepção presente nos seus escritos sobre "Os Conselhos de Fábrica" (1919-1920) onde ele concebe a fábrica como "território nacional". Aqui, a conquista da hegemonia implica sua transformação em "classe nacional" e na qual a classe operária PODE e DEVE ser classe dirigente antes de ser classe dominante:

"um grupo social pode e até tem de ser dirigente antes da conquista do poder governamental. Esta é uma das condições principais para a conquista do poder (...)" (10)

Preso em novembro de 1926, Gramsci só vai retomar suas reflexões (escritas) nos "cadernos do Cárcere" (1929-1935) nos quais a noção de hegemonia passa a ocupar um lugar importante, senão fundamental. E, segundo nos parece, há nesses escritos, uma mudança importante em relação aos anteriores - mais precisamente na "Questão Meridional": a hegemonia passa a ser pensada não mais no contexto de uma revolução burguesa - afinal, trata-se de pensar as estratégias revolucionárias adequadas para o ocidente - mais no PODER BURGUESES nos países capitalistas avançados. Gramsci adota o conceito para descrever a relação entre burguesia e proletariado em uma ordem capitalista na qual a situação da classe operária era muito distinta, não apenas da classe operária pré-revolução na Rússia, como nos países capitalistas dependentes e assim as estratégias não podem ser a mesma. E Gramsci se refere mais especificamente as formas de consentimento da classe operária no ocidente em relação ao poder da burguesia.

Gramsci será o primeiro teórico marxista a chamar a atenção para o fato de que a dominação de classe não se dá somente pelo exercício da coerção, da violência, mas também pelo consenso, no qual as classes dominantes impõem sua visão de mundo, ou seja, uma filosofia, uma moral, etc, através do que ele qualificou de "aparelhos de hegemonia" (escola, meios de comunicação, etc)

E vai colocar uma questão fundamental: onde e como são exercidas pelas classes dominantes as funções de dominação? para responder

é fundamental a compreensão do papel do Estado e sua relação com a sociedade civil.

Anderson mostra que nos “Cadernos do Cárcere” há uma oscilação entre pelo menos três posições do Estado no ocidente :

- a) Estado se contrapõe à sociedade civil
- b) Estado engloba a sociedade civil
- c) Estado é idêntico a sociedade civil.

E acrescenta “ambos os termos e a relação entre eles estão sujeitos a bruscas variações ou mudanças”⁽¹¹⁾. Nesse ensaio o autor mostra como essas mudanças não são arbitrárias ou acidentais, mas tem uma precisa significação na arquitetura do conjunto da obra de Gramsci.

Ao analisar esses três “modelos” Anderson faz observações muito pertinentes. O que nos interessa, para os fins desse trabalho, é tendo-as como referência, fazer alguns considerações a respeito de determinadas interpretações de Gramsci, mais especificamente aquelas que têm implícito a noção a prevalência da sociedade civil sobre o Estado, o que traz evidentes consequências no campo a luta política na medida em que a utilização do conceito tende a implicar que a estrutura do poder capitalista no ocidente repousa essencialmente sobre o consentimento e na qual o papel da coerção, da violência por parte do Estado burguês tende a desaparecer.

Um desses intérpretes é Carlos Nelson Coutinho⁽¹²⁾. A leitura do conjunto e suas obras sobre Gramsci revelam a interpretação de uma concepção de hegemonia que tem como pressuposto a idéia de que, para conquistar o poder de Estado, antes é necessário conquistar a hegemonia, o consenso na sociedade civil, na qual propõe a “conquista da hegemonia das forças democráticas na sociedade civil, como base para a formação de um novo regime político centrado prioritariamente no consenso e não mais na coerção”⁽¹³⁾ e nesse sentido “a estratégia gramsciana da conquista de hegemonia através de uma dura “guerra de posição” deve se tornar o elemento inspirador, assimilado sem dogmas por todas as forças que lutam por uma democracia efetiva, de massa, entendida como ponto de partida e condição para a conquista e realização progressiva do socialismo entre nós”⁽¹⁴⁾

Há diversos aspectos(problemáticos) a considerar nas formulações de Carlos Nelson Coutinho, em especial quando diz respeito ao Brasil. Vamos por partes. Primeiro, o autor faz referência a “democracia de massas” que será alcançada nos marcos da sociedade capitalista, antecipando a sociedade socialista “radicalmente democrática”. A demo-

cracia de massas significa a associação da democracia representativa (política) com a democracia direta (uma espécie de "etapa superior" da democracia), o que colocaria em cheque a ordem burguesa que, por não comportá-la, se transformará qualitativamente em direção ao socialismo.

Segundo: fica implícito a idéia de que a hegemonia "das forças que lutam por uma democracia de massas" (popular e operária) se dará antes da conquista do Estado capitalista e previamente a transformação da estrutura das relações de produção.

Terceiro, a hegemonia aparece como sendo o mais importante instrumento de dominação burguesa. A dominação burguesa no capitalismo contemporâneo se realiza por meios do consentimento e não mais pela coerção.

Assim considerado, Coutinho vai formular uma nova concepção, uma nova teoria: a da revolução socialista como "processual." O entendimento é que com a complexificação da sociedade capitalista, a sua "ocidentalização" (com a formação e desenvolvimento de grandes sindicatos, partidos de massa, conquista do sufrágio universal, enfim o que ele chamou de "intensificação dos processo de socialização" traz como consequência a formulação de uma estratégia revolucionária, centrada não mais a concepção "explosiva" do Estado (qual seja, a tomada do poder, dirigida por um partido revolucionário), na "guerra de movimento" mas de uma estratégia de "guerra de posição", de conquista progressiva do aparelho de Estado, através dos aparelhos de hegemonia. A luta pela hegemonia portanto deve ser travada no seio da sociedade civil.

Não se pode negar o peso da ideologia e da cultura das classes dominantes na manutenção e reprodução da ordem capitalista, mas também é inegável que essa manutenção e reprodução tem como papel determinante a violência e a coerção. Em especial quando a ordem capitalista é posta em xeque, aí evidencia-se o papel decisivo da violência e da força para preservação da ordem burguesa.

Quando se pensa no Brasil, há de se indagar: o que ocorrerá quando as "forças democráticas" forem hegemônicas na sociedade civil? ou melhor, isso será possível numa sociedade como a nossa, com um estado secularmente autoritário e uma formação social onde não existe nem se desenvolveu uma sociedade civil forte e autônoma? Toledo, em ensaio recente, amplia a pergunta: "nas sociedades democráticas contemporâneas, os principais e decisivos aparelhos de hegemonia estão inteiramente abertos e acessíveis às classes trabalhadoras e populares? Ou então: as diferentes classes sociais estão em igualdade de condições para deles se utilizar na produção e difusão de suas posições ideológicas

e culturais? sabemos que esses aparelhos não são monolíticos, nem funcionam como meros veiculadores das ideologias dominantes; neles igualmente se refletem as contradições sociais e aí se pode travar a luta ideológica de classes. no entanto, não se deve perder de vista a questão dos limites e do alcance dessa luta dentro desses aparelhos”⁽¹⁵⁾

Coutinho, ao discutir a especificidade do caso brasileiro, estende o raciocínio para a possibilidade de hegemonia popular no âmbito da sociedade civil, nos regimes políticos democráticos modernos, o que leva a supor que tanto os aparelhos ideológicos como principalmente

os aparelhos repressivos sejam neutros e possam, tal como os “aparelhos privados de hegemonia” serem progressivamente conquistados. Creio que o caso do Chile com a vitória da Unidade Popular(1970) com Allende e a sua derrubada por Pinochet (setembro de 1973) pode servir como exemplo para os limites dessa concepção.

No nosso entendimento, a estratégia de “guerra de posição” tal como a formula Coutinho, na qual a conquista do poder de Estado pode ser precedida da conquista da hegemonia no âmbito da sociedade civil, se já é problemática quando pensada para as sociedades complexas do capitalismo, muito mais o será quando se trata de países capitalistas dependentes, como é o caso do Brasil. Aliás, como chama a atenção Anderson a própria noção de “guerra de posição” precisa ser questionada:

“No caso de Gramsci, as inadequações da fórmula “Guerra de posição tinham uma clara relação com as ambiguidades de sua análise do poder de classe da burguesia. Gramsci(...) igualava a “guerra de posição” a “hegemonia civil”. Assim, exatamente como sua utilização de hegemonia tendia a implicar que a estrutura do poder capitalista no ocidente repousa essencialmente no consentimento, a idéia de uma “guerra de posição” tendia a implicar que o trabalho de um partido revolucionário era essencialmente o de converter ideologicamente a classe operária(...)nos dois casos, o papel da coerção-repressão por parte do estado burguês e da insurreição da classe operária, tende a desaparecer”⁽¹⁶⁾

Para alguns intérpretes, como é o caso de Coutinho, a idéia é de que a expansão da hegemonia das classes subalternas implica na conquista progressiva de posições, através de um processo gradual de agregação de um novo “Bloco Histórico” que inicialmente altera a correlação de forças na sociedade e termina por impor a emergência de uma nova classe(ou Bloco Histórico) no poder de Estado.

O Estado, no nosso entendimento, é determinado fundamentalmente pela coerção e não pelo consenso, ou seja, a essência do Estado capitalista reside em seus aparelhos repressivos e coercitivos. Anderson

chama a atenção para o fato de Gramsci nunca ter produzido um estudo completo da história ou a da estrutura da democracia burguesa, sem o qual nada pode ser entendido do poder nas sociedades capitalistas avançadas. E mais, que o “Estado Representativo” é, em sua forma, a arma principal do capitalismo ocidental. Por isso consideramos um equívoco quando ao discutir as estratégias adequadas para a transição ao socialismo, os adeptos da esquerda “moderna” só levem em conta as formulações de “guerra de posição” nos termos gramsciano. Como diz Toledo “Gramsci tem sido invocado para sustentar a interpretação segunda a qual a “guerra de posição” seria a via real e única do processo político em direção ao socialismo. Preferimos uma outra leitura de Gramsci: aquela que não o desvincula dos principais teóricos e militantes do socialismo revolucionário. Nesta visão, seria suicida a estratégia política que exclua a “guerra de movimento” da “guerra de posição”⁽¹⁷⁾

Quando se afirma o papel preponderante da sociedade civil nas formações sociais do “ocidente” pode-se obscurecer o papel repressor do Estado como fiador da hegemonia na sociedade civil e, portanto, incorporar um princípio clássico do reformismo.

Esta concepção não implica na idéia de que não existe hegemonia das classes dominantes no seio da sociedade civil e sim no âmbito da sociedade civil e do estado, por efeito de uma combinação de consenso e coerção, sendo que esta última tem um caráter determinante. A concepção que vê no consenso, localizado na sociedade civil, um papel preponderante, pode levar a conclusão de que o poder burguês é de caráter essencialmente consensual. Não leva em conta o papel determinante da violência na estrutura do poder capitalista. Em síntese, não cremos que a ideologia(ou o sistema de ideologias) das classes subalternas obtenham a hegemonia antes de tais classes terem conquistado o poder de Estado. Gramsci vai se referir em diversos escritos, ao longo dos “Cadernos do Cárcere” à necessidade de uma reforma “intelectual” e “moral” no âmbito da sociedade civil, mas nenhum Estado burguês prepara essas condições, a qual só será possível através da conquista do aparelho de Estado. Para finalizar, indagaríamos como Toledo: “Acreditar piamente que os dominantes aceitarão pacificamente as transformações sociais radicais, submetendo-se à vontade democrática das maiorias, não seria uma idealização da luta social”?⁽¹⁸⁾

NOTAS

- (1) ANDERSON, Perry. "As Antinomias de Gramsci" in **Crítica Marxista n.1**, Editora Joruês, 1986.
- (2) MACHIOCCI, M.A. **Pour Gramsci**, Paris, Seuil, 1974
- (3) PORTELLI, Hugues. **Gramsci o bloco histórico**, Paz e terra, 1977
- (4) GRUPPI, Luciano. **O Conceito de hegemonia em Gramsci**, Graal, 1978, p.1
- (5) GRAMSCI, Antonio. **Materialismo Histórico**, Turim, 1974, p. 39
- (6) ANDERSON, op. cit. p. 18
- (7) GLUCKSMANN, C.Buci. **Gramsci e o Estado.**, Paz e Terra, 1980, p. 227-243
- (8) GRUPPI, op. cit. p. 15 a 32.
- (9) ANDERSON. Op.cit. p.19
- (10) GRAMSCI. **Antologia**, Turim, 1974, p. 486
- (11) ANDERSON. Op. cit. p.15
- (12) Autor de vasta e importante obra intelectual. Foi o primeiro tradutor de Gramsci no Brasil. Para os fins de nosso trabalho, destaco as seguintes obras : "Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político", Editora Campus, 1989; "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira" In **Gramsci e a América Latina** org.por Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira)Paz e Terra, 1985; "A dualidade de poderes: estado, revolução e democracia na teoria marxista Brasileira, 1985 e **Gramsci**, LPM, 1981.
- (13) COUTINHO, Carlos Nelson. "Gramsci e nós" in **Democracia como valor universal**, Salamandra, 1984 e "estratégia da revolução brasileira" in **Crítica Marxista n.1**, Editora Joruês, 1986
- (14) COUTINHO, c.n. "Gramsci e nós" in **Democracia como valor universal**, p. 89
- (15) TOLEDO, Caio Navarro. "A modernidade democrática de esquerda: Adeus a revolução?". in **Crítica Marxista n.1, volume I**, Brasiliense, 1994.
- (16) ANDERSON, Op.Cit. p. 72
- (17) TOLEDO, Op.Cit. p. 36
- (18) TOLEDO,Op.cit. p. 37

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDERSON, Perry. "As Antinomias de Gramsci" in *Crítica Marxista* n.1, Editora Joruês, 1986
- BADALONI, Nicola. "Gramsci : a filosofia da praxis como previsão" in *História do Marxismo*, volume X p. 13 a 128, Paz e Terra, 1987
- CAVALCANTE NETO, Pedro Celso. *Convite a leitura de Gramsci*, Achiamé, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia como valor universal*, Salamandra, 1984
- . *A dualidade de poderes: uma introdução a teoria do estado e da revolução*, Brasiliense, 198
- . *A esquerda e a democracia*. CEDEC/ Paz e Terra, 1984
- . *Gramsci*. LPM, 1981
- FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros Húngaros: uma leitura dos cadernos de Gramsci*. Hucitec/UNB, 1986
- GENRO, Tarso F. "Conceito de hegemonia em Gramsci" in *Revista Praxis* n.4, Editora Tchê, 1986
- GLUCKSMANN, C. Bucí. *Gramsci e o estado*. Paz e Terra, 1980.
- GRAMSCI, A. *Materialismo Histórico*, Turim, 1974 *Antologia*, Turim, 1974
- "Conselhos de fábrica, sindicatos e partidos" in *Revista Cara a Cara*, n.2, dezembro de 1978
- . "Alguns temas da questão Meridional" in *Revista Temas* n.1, 1977
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*, Graal, 1978
- LENIN, W.I. *Dois táticas da social democracia*. Editora Livraria Livramento Ltda
- MARQUES, Luis. "As Antinomias de Perry Anderson" in *Revista Praxis* n.3, Editora Tchê, 1985
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64*, Paz e Terra, 1985
- MICCELI, Sérgio. "Ideologia, Aparelhos de Estado e Intelectuais em Gramsci", FGV, 1981
- NASCIMENTO, Alimar. "Hegemonia em Gramsci: uma teoria das relações políticas nas formações sociais modernas?" in *Revista Ensaio* n.13, 1981
- POULANTZAS, Nicos. *poder político e classes sociais*, Martins Fontes, 1977
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*, Paz e Terra, 1977.

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

- ARAÚJO, Denise Ramalho de. p. 17
ÁRBOCZ, Istvam Imre László. p. 53
BEAUGRAND, Eleonora B. M. T. p.45
DANTAS, Márcio de Lima. p.31.
DUARTE, Constância Lima. p. 79.
DUARTE, Eduardo de Assis. p.7.
FRANCISCHINI, Rosângela. p.93.
MOREIRA, Fernando Diniz. p.165.
OLIVEIRA, Maria de Lourdes. p.71.
OLIVEIRA FILHO, Luiz Gonzaga de. p.71.
QUEIROZ, Liomar Costa de. p.164.
SANTOS, Arilda Guedes dos. p.135.
SOUSA, Ilza Matias de. p.125.
SPINELLI, José Antônio. p.103.

ÍNDICE ALFABÉTICO

- ARAÚJO, Deane Ramalho de p. 13
- ALBUQUERQUE, Inês Inês p. 22
- BEAUREGARD, Elvira B. M. T. p. 23
- DAFAS, Maria de Lina p. 31
- DEANE, (Antônio) p. 32
- DUARTE, Eduardo de Azevedo p. 33
- FRANZONI, Rosângela p. 34
- MIGUEL, Fernando p. 35
- OLIVEIRA, Maria do Carmo p. 36
- OLIVEIRA, Maria do Carmo p. 37
- QUILAS, Maria do Carmo p. 38
- SANTOS, Maria do Carmo p. 39
- SOUZA, Maria do Carmo p. 40
- SPINELLI, Maria do Carmo p. 41
- TAVARES, Maria do Carmo p. 42
- TEIXEIRA, Maria do Carmo p. 43
- TRINDADE, Maria do Carmo p. 44
- VALLE, Maria do Carmo p. 45
- WAGNER, Maria do Carmo p. 46

050

Reg: 577

n. 2/v. 8